



Entre Territórios:
a feira e a praça em assentamento rural.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Entre Territórios: a feira e a praça em assentamento rural.

Lucas Gonçalves Vecchia
Trabalho de Graduação Integrado II

São Carlos | 2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Vecchia, Lucas Gonçalves
VV397e Entre Territórios: a feira e a praça em
assentamento rural. / Lucas Gonçalves Vecchia. -- São Carlos,
2019.
121 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Assentamento Rural. 2. Território. 3. Feira. 4. Renda. 5. Praça. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:Brianda de Oliveira Ordonho Sigolo - CRB - 8/8229

Entre Territórios:

a feira e a praça em assentamento rural.

Comissão de Acompanhamento Permanente

Profa. Dr. Aline Coelho Sanches Corato

Prof. Dr. David Moreno Sperling

Prf. Dr. Joubert José Lancha

Profa. Dr. Lúcia Zanin Shimbo

Coordenador do Grupo Temático

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

Banca Examinadora:

Profa. Dr. Lúcia Zanin Shimbo

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves





O presente trabalho se propõe a trazer alternativas espaciais que respondam às demandas de um contexto periférico da zona leste de Ribeirão Preto, marcado pela vulnerabilidade socioambiental e pela coexistência de cidade e campo.

A partir do contato com os assentamentos rurais do PDS da Barra - em especial o assentamento Mário Lago, do MST - o trabalho a seguir tenta propor soluções projetuais sob a perspectiva do empoderamento da população local e de seu desenvolvimento social, além de sua melhor inserção no município.

Como parte de uma proposta maior de intervenção desenvolvida pelo grupo de trabalho, o projeto consiste em um conjunto de intervenções nas bordas do assentamento Mário Lago, local que toca a malha urbana periférica de Ribeirão Preto, tendo em vista criar espaços de troca e sociabilidade a partir das demandas e dinâmicas produtivas locais.

FIGURA 1 - FRONTEIRA ENTRE PDS DA BARRA E LOTEAMENTO URBANO. FONTE: IMAGEM DE SATÉLITE DE 2019 RETIRADA DO GOOGLE EARTH, TRATADA DIGITALMENTE.

| | |
|---|------------|
| 1. INQUIETAÇÕES..... | 10 |
| 1.1 Introdução | |
| 1.2 Territorialidades e fronteiras | |
| 1.3 Urbano e rural, uma dicotomia? | |
| 2. LEITURAS DO TERRITÓRIO..... | 16 |
| 2.1 Evolução da cana no território | |
| 2.2 Ribeirão preto | |
| 2.3 Zona Leste | |
| 3. A FAZENDA DA BARRA..... | 32 |
| 3.1 História da luta | |
| 3.2 Situação atual | |
| 3.3 Centralidades | |
| 3.4 Recortes temáticos | |
| 3.5 Cooperativas | |
| 4. DESAFIOS E PROPOSIÇÕES..... | 48 |
| 4.1 Conceitos-chave | |
| 4.2 Sistema de educação e renda | |
| 4.3 Síntese | |
| 4.4 Aproximações | |
| 4.5 Referências projetuais | |
| 5. O PROJETO..... | 70 |
| 5.1 Programa | |
| 5.2 Diretrizes | |
| 5.3 Inundação | |
| 5.4 Planta de Situação | |
| 5.5 Plantas Gerais | |
| 5.6 Cortes Gerais | |
| 5.7 Edifícios | |
| 5.8 Ambiências | |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 120 |

1. Inquietações

O Capítulo a seguir mostra um pouco do processo teórico que o trabalho demandou para o seu desenvolvimento. Estão organizados algumas reflexões desenvolvidas em pré-TGI, juntamente com as reflexões posteriores acerca dos temas que permeiam o projeto, feitas tanto individualmente como no grupo de trabalho.

1.1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, o motivo unificador do grupo de trabalho era a vontade de pensar territórios e/ou grupos sociais periféricos, tanto no sentido físico quanto no simbólico e seus desdobramentos.

No primeiro contato com os assentamentos rurais que compõe o PDS da Barra, chamou atenção do grupo a percepção de uma proximidade de espaços muito distintos: um conjunto de assentamentos rurais originados da luta pela terra dentro dos movimentos sociais organizados ao lado de uma ocupação urbana periférica, típica dos processos de constituição das cidades brasileira contemporâneas.

De fato, os assentamentos são uma exceção: dificilmente os territórios ocupados pelo MST se localizam tão próximos à malha urbana. Sendo assim, o local despertou muito interesse em entender como se dava essa integração com a cidade, se ela ocorria, se não, se haviam conflitos, etc.

A partir desse olhar direcionado e o confronto com o objeto de estudo surgiram outras questões tão importantes quanto. Havia a necessidade de entender melhor os territórios rurais e sua relevância para o debate, temas estes tão estranhos aos arquitetos. Nesse sentido, o grupo de trabalho foi imprescindível: pelas conversas, os textos compartilhados e além de tudo, pela vontade de encarar um tema tão exótico na arquitetura como a questão agrária e suas implicações. O contato com um novo tema, portanto, instigou a reflexão durante a realização do TGI, enriquecendo e respaldando as propostas de intervenção.

1.2 TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS

A seguir, algumas reflexões realizadas anteriormente ao início do projeto, na disciplina de Introdução ao Trabalho de Graduação Integrado, mas que acabaram aparecendo indiretamente no decorrer do processo de reflexão e de intervenção presentes neste trabalho.

Território e Lugar

Uma análise antropológica tende a reconhecer nos territórios humanos como resultado de hierarquias e estruturas de poder, estruturas essas que organizam a vida coletiva e que deram origem às mais diversas formas de sociedade. Sendo assim, na escala da cidade, as dinâmicas territoriais se estabelecem, territórios são reivindicados.

Segundo Delgado (1999, p. 30), os territórios funcionam na cidade assim como em um ecossistema, na medida que animais da mesma espécie tendem a defender seu próprio espaço de invasores, citando o autor, os territórios se estabelecem a partir de “uma ecologia do pequeno grupo com suas relações formais e informais, suas hierarquias, marcas de sujeição e domínio, seus canais de comunicação que determinariam territorialidade.” Aqui é importante a noção de proxemias, espaço pessoal imediato que media a relação com os espaços pessoais dos outros e com o mundo.

Outra abordagem que abrange a dimensão simbólica é a de Twan (1983), acerca do conceito de Lugar. Para o autor, é importante distinguir espaços de lugares. Espaço seria uma denominação genérica e abstrata, enquanto lugares são espaços carregados de valor, de conteúdo simbólico atribuído. Espaços transformam-se em lugares na medida em que são vivenciados, que se tornam parte da vida das pessoas.

Se lugares são espaços que atribuímos valor, de alguma forma levam consigo a materialidade e temporalidade da vivência e da experiência. Em sociedade, a experiência rompe o individual e torna-se coletiva. Há um compartilhamento das vivências e práticas entre as pessoas. A experiência no espaço então sai do individual e torna-se comum. Grupos sociais diversos compartilham a forma como as pessoas interagem com o espaço. A experiência coletiva passa a impregnar os espaços, na medida que os lugares passam a carregar significados independentes da experiência individual. Uns adquirem status, prestígio, enquanto outros, estigma, dependendo das relações de poder entre os grupos que disputam esses significados.

“Cada lugar público conforma um núcleo de centralidade material e simbólica (...) que territorializa o espaço urbano gerando uma topologia de continuidades perceptivas, cognitivas e valorativas que alcança à sociedade em seu conjunto.” (ARROYO, 2007)

Em Delgado (1999) também é possível pensar os dois conceitos articulados, já que para o autor, o que se opõe ao espaço é a demarcação social do solo, a constituição dos lugares, dispositivos que expressam a identidade de grupos, comunidades que devem se defender de inimigos externos e internos, em outras palavras, um território.” (DELGADO, 1999, p. 40) Se a constituição de lugares e territórios estão marcadas por hierarquias de poder e disputa entre grupos sociais determinados, uns dominantes, outros, historicamente marginalizados, é na cidade que muitos dos conflitos se espacializam. Na cidade contemporânea, o espaço público que se pressupõe homogêneo se territorializa, formam-se guetos, lugares que contêm apenas grupos sociais específicos, sejam grupos de imigrantes, sejam populações internamente segregadas, por exemplo.

Fronteiras e Bordas do Espaço Público

Se a cidade é um conjunto de territórios sobrepostos, sejam eles lugares simbólicos ou não no imaginário das pessoas, as fronteiras se colocam como o “entre”, o espaço da disputa que podem se relacionar com grupos antagônicos entre si, espaço do conflito.

Fronteiras fazem referência principalmente ao que é externo. Elas se projetam como zona de comunicação e incorporação mútua entre o mundo externo e o interior. (SANTOS, 2011) Justamente por isso, são objeto de interesse do imaginário humano, na medida que determinam os limites do seu controle sobre o espaço. Os espaços além das fronteiras são lugares do desconhecido, do perigoso, do incontrolável ou do que não pertence. Assim, fronteiras servem para delimitar o espaço do outro, se manifestando na construção do inconsciente individual e coletivo. A partir desses processos simbólicos, as fronteiras rompem a natureza subjetiva e são externalizadas no espaço. Materializam-se através de limites e demarcações arbitrárias do espaço entre o que é “meu” e o que é do “outro”. Na cidade contemporânea, entretanto, a noção de território se dilui. Arroyo, 2007 atribui às fronteiras, ou como ele mesmo denomina “bordas” como zonas em que esse fenômeno se torna mais nítido, pois nelas criam-se espacialidades distintas, irreconciliáveis ou não, que fraturam o espaço público, marcadas pela experiência do atravessamento.

“O território é consequência de feitos de centralidade que o constituem (lugares), mas seus efeitos se dispersam em sua extensão espacial e se agravam em suas bordas.” (ARROYO, 2007)

A rigidez territorial que conforma a cidade tradicional dá lugar a territorialidades instáveis, em constante disputa e conflito. Configura-se um espaço marcado pela cisão e indeterminação, onde se reconhecem centralidades, oficiais e sedimentadas historicamente, assim como cidades outras, cujo domínio “vê-se distorcido pela proliferação de poderes formais e informais que operam no espaço público no contexto de uma sociedade contraditória e conflituosa.” (ARROYO, 2007) Representativo disso são os condomínios fechados, as favelas, os shoppings centers, corredores viários, etc. A existência desses espaços deixa claro como o espaço público tornou-se fragmentado, pois neles fica evidente a desintegração e o conflito. O espaço público passa a conter, portanto, um conjunto de territórios diferentes que se articulam ou não, espaços esses que possuem em sua essência a indeterminação, o que abre inúmeras possibilidades de intervenção e apropriação.

“Para isso se propõe deslocar o olhar desde os aspectos constitutivos da centralidade geradora de territórios levando-a às bordas, que marcam o limite, margem ou confínio do público e onde precisamente se avivam os conflitos físicos e sociais, materiais e simbólicos, da cidade contemporânea.” (ARROYO, 2007)

Em resumo, o espaço público está pautado por disputas territoriais. Possui em sua essência o elemento congregador das diferenças, ainda que por isso tenha o conflito como base para sua existência. Em regiões mais desiguais, como as cidades brasileiras, a situação se torna dramática: as delimitações territoriais dos espaços são claras, saindo por vezes do campo simbólico para se materializar na infraestrutura física das cidades.

Um debate em aberto

Justamente por estar muito próximo da malha urbana, a principal questão que apareceu nas discussões feitas em grupo sobre o local era se os assentamentos de Ribeirão Preto poderiam ou não ser chamados de rurais, e se os assentados seriam, portanto, camponeses. Para tentar dar cabo dessas discussões foi necessário recorrer à bibliografia, procurando interpretações de autores que discutam esse tema.

De certo há um debate na academia em torno do desaparecimento do rural. Um dos principais autores que defende essa ideia é Graziano (1997). Segundo ele, houve no curso da modernização brasileira uma descaracterização do campo, sendo que está cada mais difícil de distinguir a diferença entre o campo e a cidade. Ainda o autor sustenta a ideia de que a classe camponesa foi superada pelo desenvolvimento capitalista:

“(...) o rural hoje só pode ser entendido como um continuum do urbano do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.” (GRAZIANO, 1997, p.01)

Outra questão que embasa este argumento é de caráter estatístico, ao reconhecer nos números censitários brasileiros uma grande retração da população rural em detrimento da urbana, o chamado êxodo rural. Entretanto essa constatação é contestada, na medida em que os critérios adotados de classificação do que é rural, para Valadares (2014, p.07), “subestimam - e invisibilizam - em suas reais dimensões e problemas, o espaço rural e a população nele estabelecida.”

Em contrapartida, Oliveira (2004), em “O campo no séc. XXI” após realizar um apanhado de vários autores acerca do tema, faz algumas conclusões, defendendo a existência do campo e do campesinato enquanto categoria central do desenvolvimento capitalista no território brasileiro. Seu ponto de vista parte da concepção do desenvolvimento capitalista no país como contraditório e combinado. Assim, o processo de modernização ao mesmo tempo que produz no campo relações capitalistas avançadas – como o “boia-fria”, trabalhador assalariado - também produz relações não capitalistas de produção, como o campesinato, o trabalho análogo a escravidão, a peonagem, relações estas necessárias para a reprodução do capital nas periferias do capitalismo. (OLIVEIRA, 2004, p.36)

O Rural enquanto categoria do Urbano.

Outro autor, Sodré (2016), se utilizando de Lefebvre, defende a ideia de que o rural não desapareceu, mas tornou-se subordinado aos ditames do urbano, a partir da consolidação do espaço abstrato no mundo pelo capitalismo. Sua argumentação é baseada nas tríades Lefebvrianas: espaço absoluto, espaço abstrato e espaço diferencial.

Antes do domínio do capital sobre o território, o controle do campo enquanto território produtivo é central na configuração da sociedade tradicional e se materializa nas cidades apenas enquanto polos de excedente e poder político. Deste modo, o espaço configura-se como absoluto, como o espaço do domínio da terra, marcado pelos laços de proximidade. Com o advento da produção industrial, é retirado do campo o seu protagonismo no processo produtivo da sociedade. Os valores capitalistas se mundializam impondo lógicas puramente abstratas sobre os territórios como a de mercado. A cidade torna-se o lócus da produção e da valorização, sendo assim emerge uma sociedade configurada a partir do urbano.

Assim, o rural enquanto um espaço idealizado, “guiado por lógicas internas, funcionando em outro tempo, com agentes com rationalidades absolutamente contrastantes com a dos espaços urbanos” (SODRÉ, pg. 13), talvez tenha deixado de existir em boa parte do mundo, entretanto isso não implica que não seja possível defender a ruralidade enquanto modo de vida alternativo e de resistência à homogeneização que o capital implica nos territórios humanos.

Resumindo, na leitura do autor sobre a obra de Lefebvre, a luta de classes implica na criação de espaços diferenciais, que se contrapõe aos espaços abstratos do capital, sem retomar idilicamente os espaços absolutos de um passado marcado pela importância da produção rural na sociedade. Nesse sentido se insere a luta camponesa contemporânea pelo direito à terra e à autonomia. O campo apesar de subordinado ainda tem potência contestadora e revolucionária sobre as formas de produção do espaço.

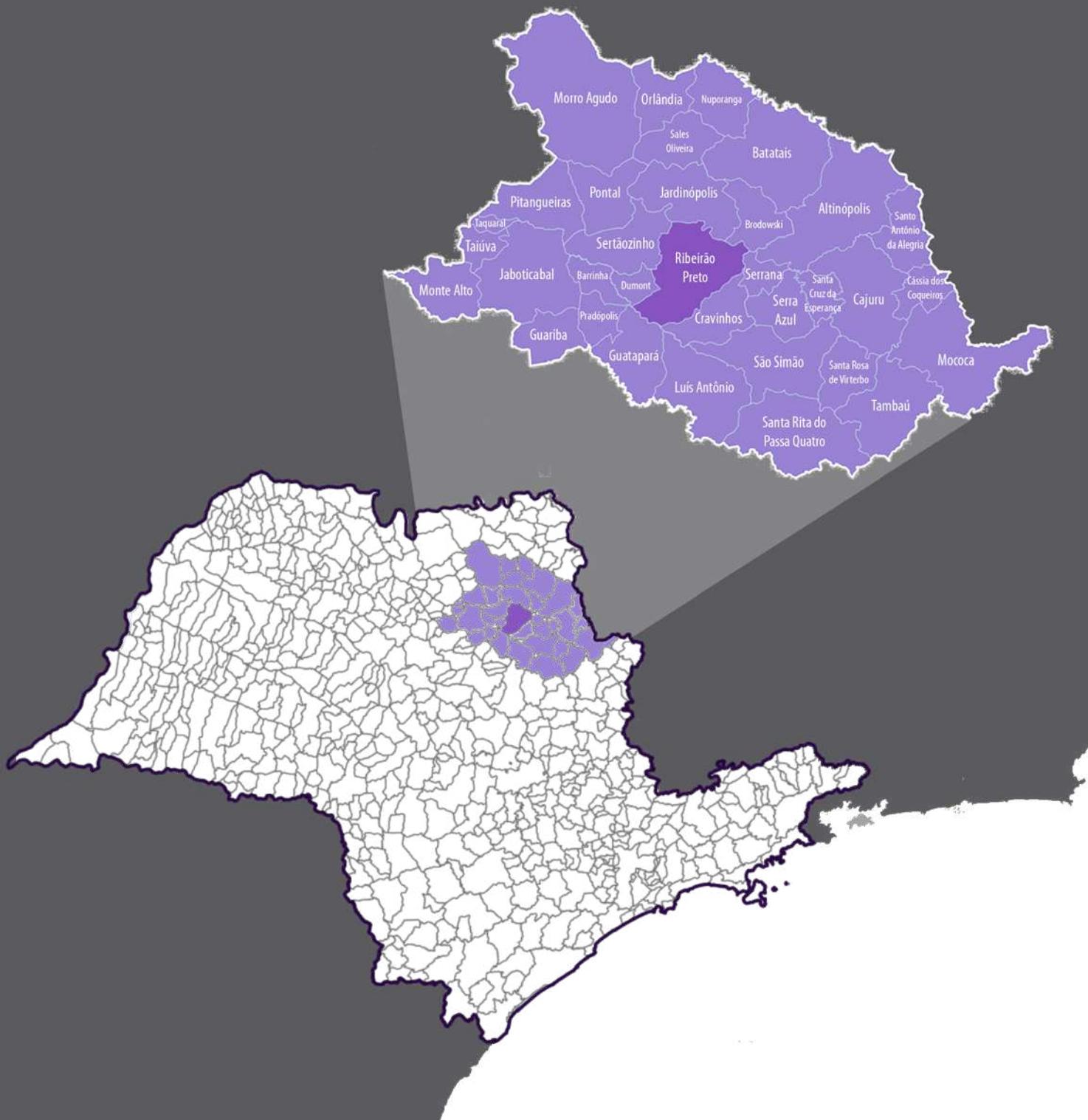
Conceito de Unidade Dialética.

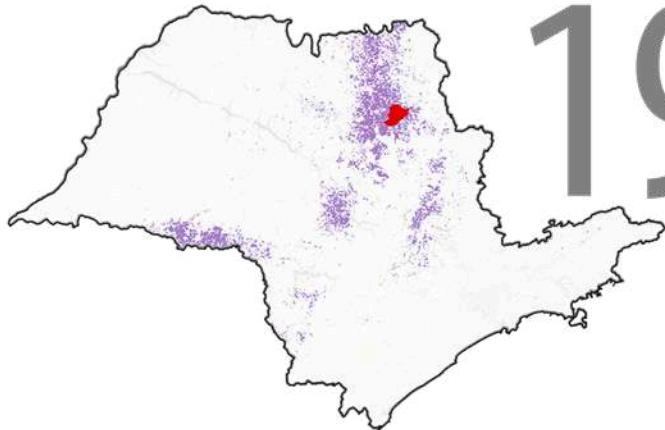
Em suma, mais relevante do que a discussão quem ou qual teoria está correta, é o entendimento sobre a relação contraditória existente entre os dois territórios, a dinâmica que os une e as particularidades que os separam, sem negar o fato de que o campesinato existe enquanto uma das classes da sociedade capitalista:

“(...) que esse processo contraditório e desigual do desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano ficando-os numa unidade dialética. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória” (OLIVEIRA, 2004, p.64)

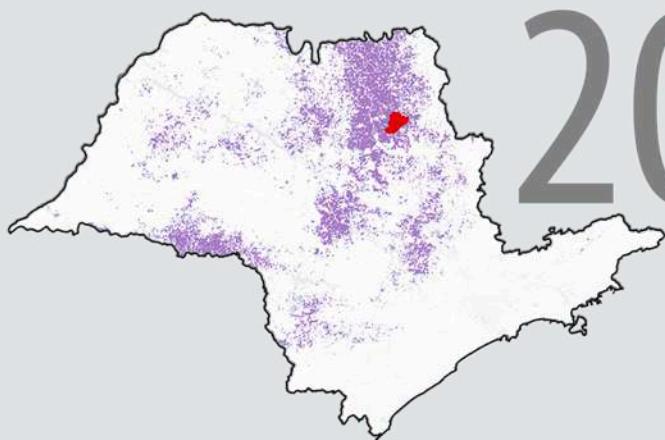
2. Leituras do Território

A seguir, as análises e interpretações sobre a cidade de Ribeirão Preto, a fim de construir um pano de fundo para as propostas de intervenção. A cidade se coloca como um polo regional, concentrando capital político e econômico em seu território. Sede do Agrishow, é atualmente denominada como a “capital do agronegócio”, indicando a importância política e econômica da cidade e da região como um todo.

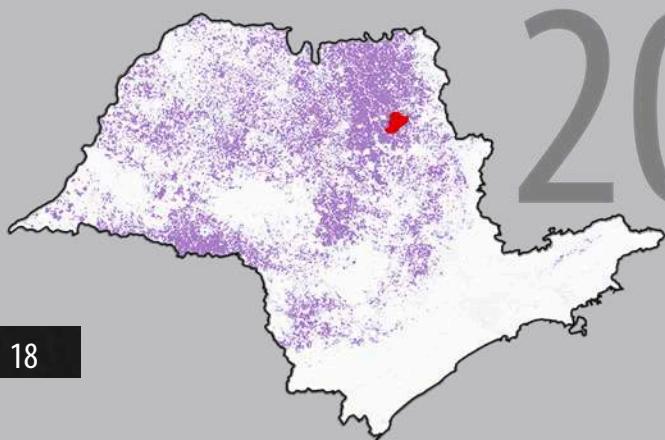




1985



2003



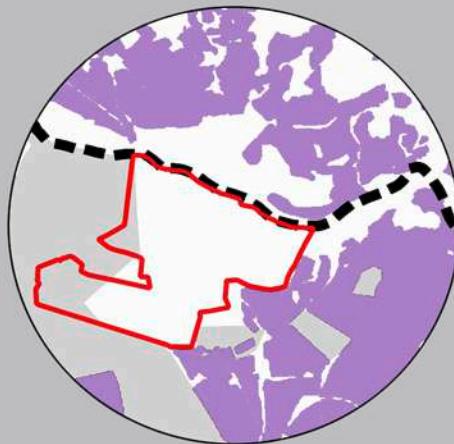
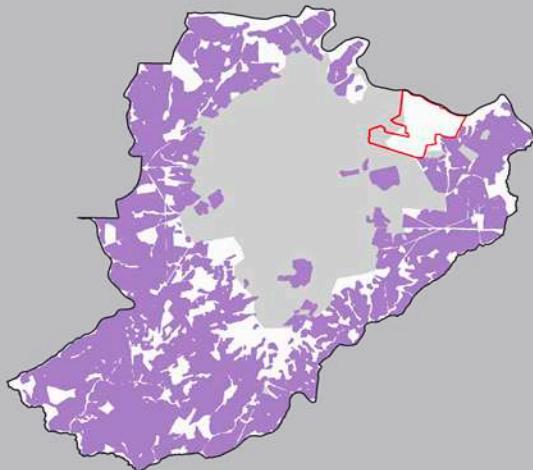
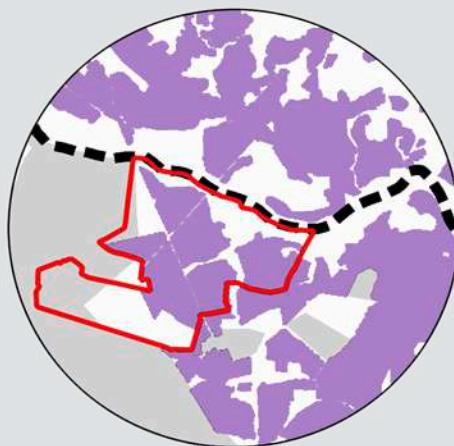
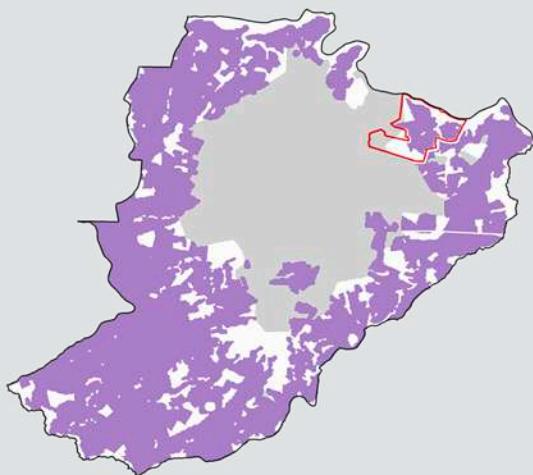
2013

Aqui, é possível observar a disseminação do cultivo de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e o destaque da região de Ribeirão Preto como centralidade neste processo.

A implantação da cana na região foi um processo desde a gênese legitimado pela parceria com o Estado. As iniciativas têm inicio ainda nos anos 30 com a criação Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA. Entretanto, foi somente com a crise do petróleo de 1973 que o governo apostou na cana como alternativa econômica. De 1975 à 1985, com o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, aumentaram os investimentos na agroindústria canavieira nacional, favorecendo o mercado mundial com a valorização do álcool, e por consequência, da cana-de-açúcar produzida no Brasil.

De lá pra cá, o desenvolvimento tecnológico e produtivo possibilitou o alastramento da monocultura de cana por todo o Estado, catalisando transformações profundas no território, além ser a causa muitos processos sociais excluidentes.

2.1 EVOLUÇÃO DA CANA NO TERRITÓRIO

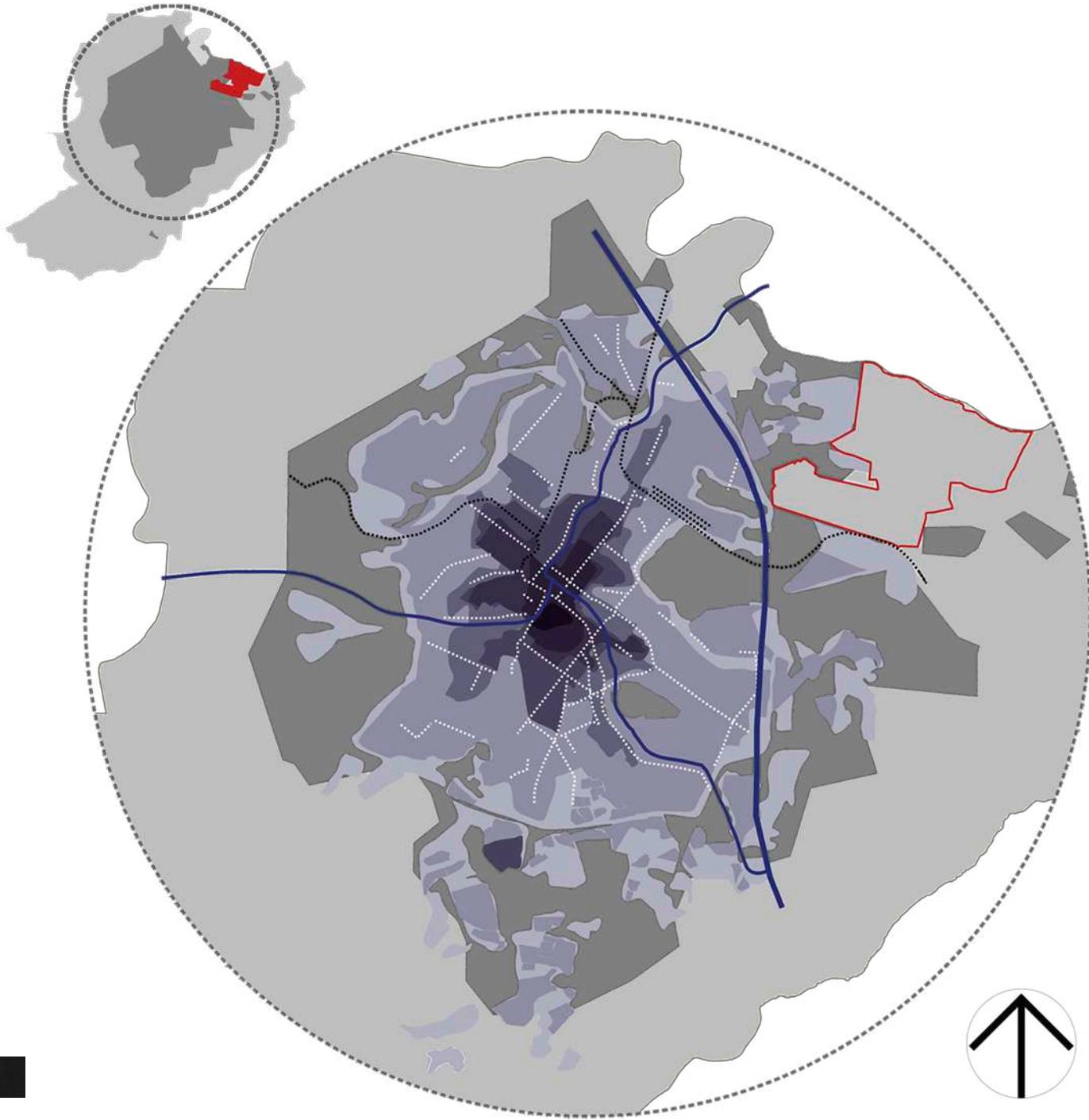


Na escala municipal, a dinâmica nos últimos 15 anos é inversa: o território que antes era ocupado pelo cultivo de cana abre caminho para a criação de novos loteamentos.

Devido à valorização imobiliária, configura-se um cinturão de expansão urbana baseado na incorporação de terras antes arrendadas para a monocultura, visto que torna-se mais lucrativo para os proprietários a conversão em lotes urbanos, de maior valor agregado.

Além disso, o próprio crescimento urbano em si pressiona essas terras, demandando a criação de loteamentos cada vez mais afastados.

O PDS da Barra entra dessa lógica, apesar de sua especificidade, já que a cana deixou de ser cultivada no local devido à irregularidades legais anteriores, e a consequente ocupação pelo MST.



2.2 RIBEIRÃO PRETO | EXPANSÃO URBANA

- Núcleo Urbano Original (1884)
- 1910
- 1935
- 1949
- 1974
- 1996
- 2015
- Via Férrea
- Eixos de Comércio e Serviços
- Vias Estruturais
- Perímetro do PDS da Barra
- Município de Ribeirão Preto
- Área de Expansão Urbana

Como é possível observar no mapa ao lado, o crescimento considerável da malha urbana do município aconteceu entre a década de 70 e 90. Zamboni (2019, pg. 5) classifica esse expaixamento como pautado pelo Plano Viário municipal, que integrou o centro com os principais eixos rodoviários da região, como a rodovia Anhanguera. O plano estabelecia vias radiais ligando o centro histórico do município em direção à periferia.

Já a região à leste da rodovia Anhanguera, local do objeto de estudo, só veio a sofrer transformações nos últimos 20 anos. Até o final dos anos 90, tinha uma ocupação esparsa, com a presença de chácaras de fim de semana e algumas poucas indústrias, rodeadas quase que inteiramente pela produção de cana. A partir de então, na medida em que houve uma retração da cana, foram se abrindo vetores de urbanização com a construção de novos loteamentos populares e alguns condomínios de alto padrão. Já nos últimos 5 anos, o processo de expansão se renova, agora pela construção

2.2 RIBEIRÃO PRETO | CARACTERÍSTICAS GERAIS

Na sequência de Mapas a seguir, estão retratadas algumas características gerais do município.

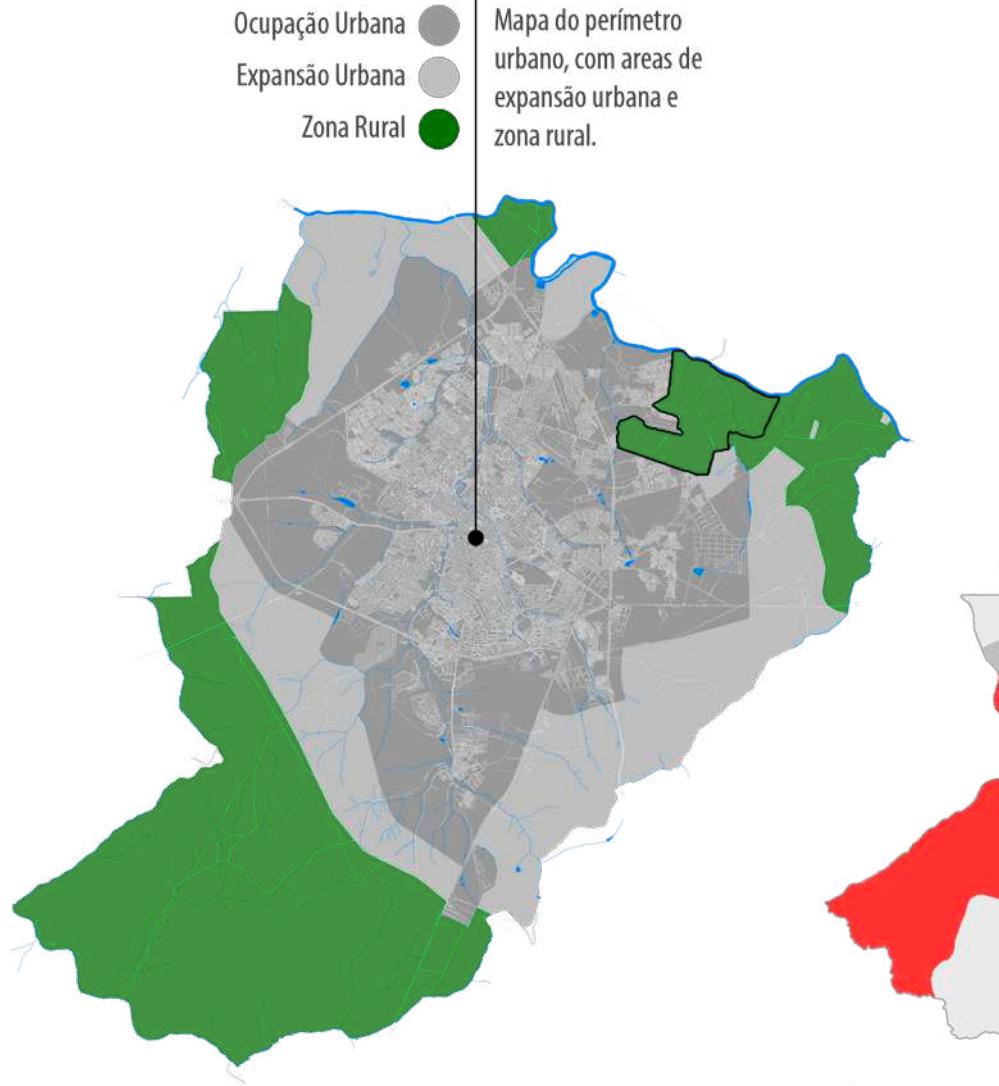
Primeiramente, o mapa do Plano Diretor Municipal referente ao limite do perímetro urbano, zona de expansão urbana e zona rural. Os assentamentos localizam-se na zona rural do município, entretanto, em um ponto em que toca diretamente o limite urbano consolidado.

A seguir é feito um estudo da espacialização das desigualdades na cidade, por meio do mapa de renda e vulnerabilidade social. Aqui, é possível ver claramente uma divisão entre ricos e pobres no território do município: uma região Sul que concentra renda em detrimento de uma região Norte carente e vulnerável.

Essa segregação se consolida no território a partir dos anos 80, com a construção de conjuntos habitacionais de interesse social nas porções Norte e Oeste e, ao Sul, shoppings centers, "conformando novas centralidades urbanas elitizadas". (Zamboni,2019,

Perímetro Urbano

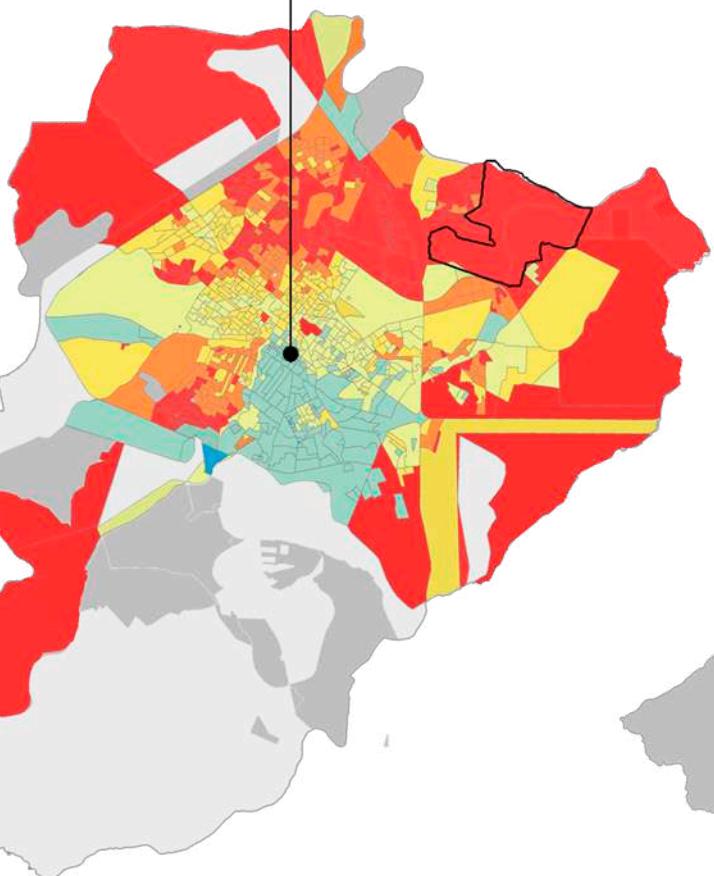
Mapa do perímetro urbano, com áreas de expansão urbana e zona rural.



Renda Média

R\$ 150 - 560
R\$ 561 - 720
R\$ 721 - 990
R\$ 991 - 1.870
R\$ 1.871 - 6.480
R\$ 6.481 - 20.300

Mapa de renda média per capita por setor censitário. Dados extraídos do IBGE, referentes ao censo de 2010.



Vulnerabilidade Social

Baixíssima Vulnerabilidade



Vulnerabilidade Muito Baixa



Vulnerabilidade Baixa



Vulnerabilidade Média



Vulnerabilidade Alta (Urbana)



Vulnerabilidade Muito Alta



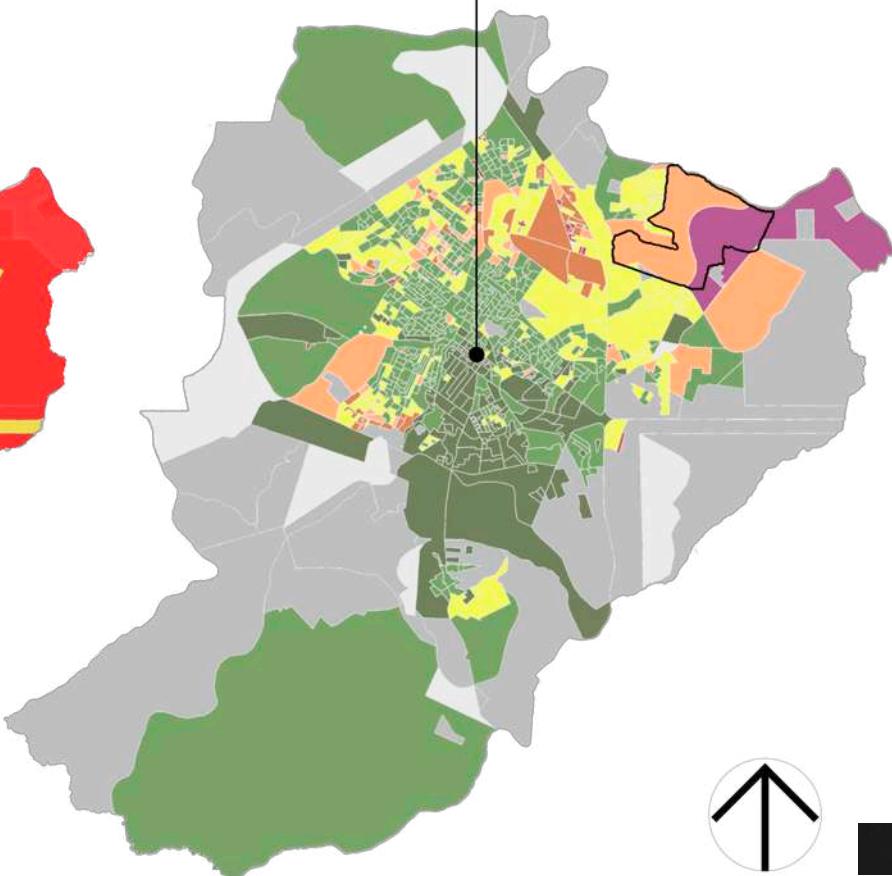
Vulnerabilidade Alta (Rural)



Não Classificado



Dados do IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) de 2010, que classifica setores censitários cruzando dados demográficos e socioeconômicos.



Feiras Livres Municipais

Implementadas em 1954 em Ribeirão Preto, as feiras livres desempenharam por décadas um papel importante no município. São locais que possibilitam uma ponte entre os pequenos e médios agricultores e o consumidor final, sem passar por grandes cadeias produtivas, que acabam por encarecer os alimentos. Além disso, tornam-se pontos de referência na cidade, locais que propiciam o encontro e o uso do espaço público.

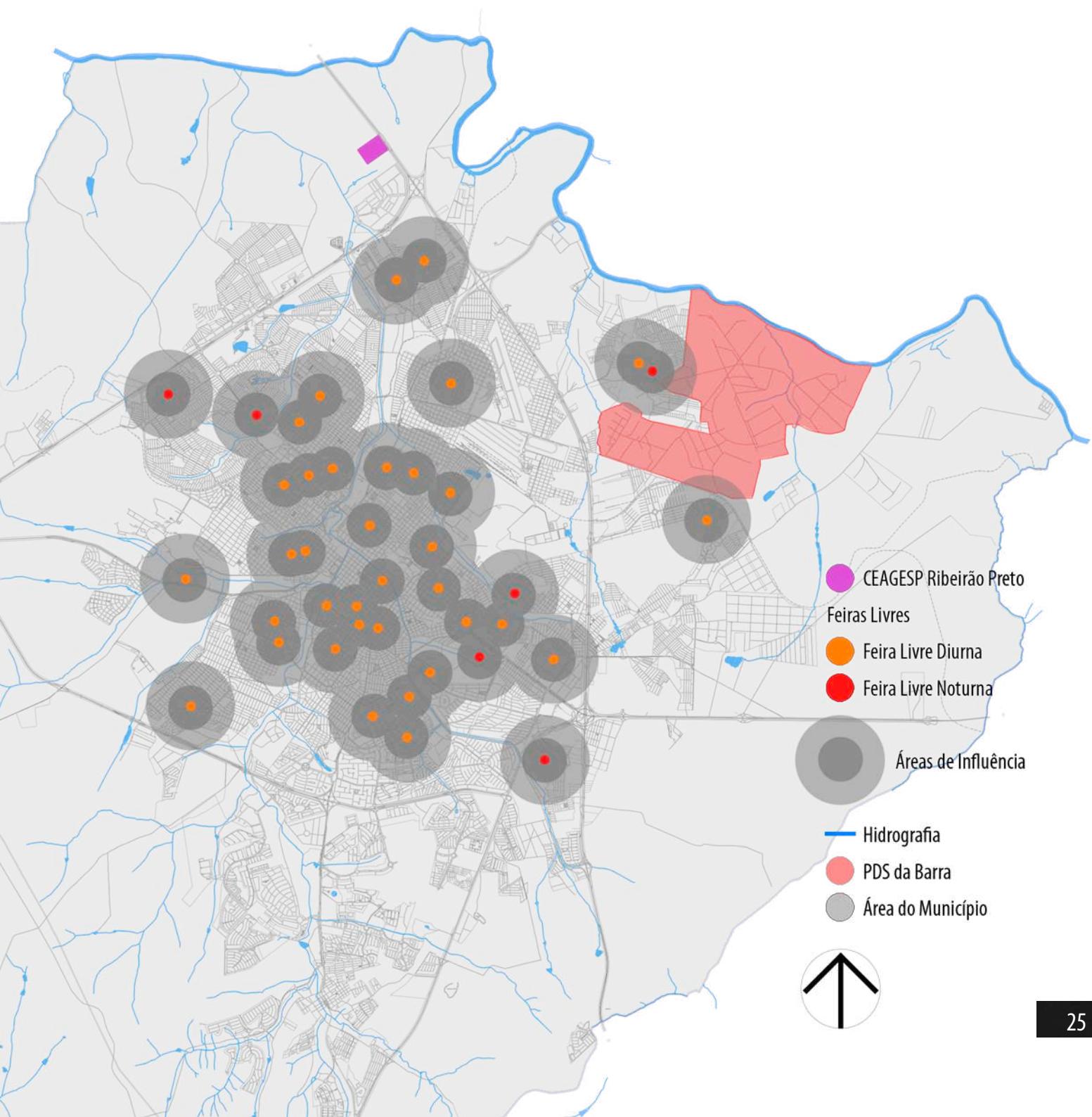
Nunes (2017, pg. 31) observa nas feiras livres um importante mecanismo que vem ganhando destaque nos assentamentos rurais, já que, sendo um comércio de circuito curto, “estas viabilizam a comercialização com preços mais justos para os produtores e também para os consumidores, aumentando o laço entre os dois., além de dar AUTONOMIA aos produtores”

Atualmente o município conta com cerca de 248 feirantes cadastrados, distribuídos em 35 locais de feira durante o dia e 6 locais durante à noite (das 16 às 21hrs).

CEAGESP Ribeirão Preto

O equipamento pertence à Companhia de Entrepósto e Armazéns Gerais (CEAGESP), e é destinado à entrepostagem (depósito ou venda de mercadorias). A companhia possui 13 entrepostos atacadistas espalhados pelo estado, funcionando como ponto de encontro de produtores e comerciantes, canais de distribuição da produção regional para feiras-livres, supermercados, sacolões, restaurantes e distribuidoras de hortifrutícolas.

Em Ribeirão Preto, o entreposto recebe um volume anual de 238,7 mil toneladas de alimento, cerca de 5,6% do total da rede CEAGESP. São 19,9 mil toneladas por mês.



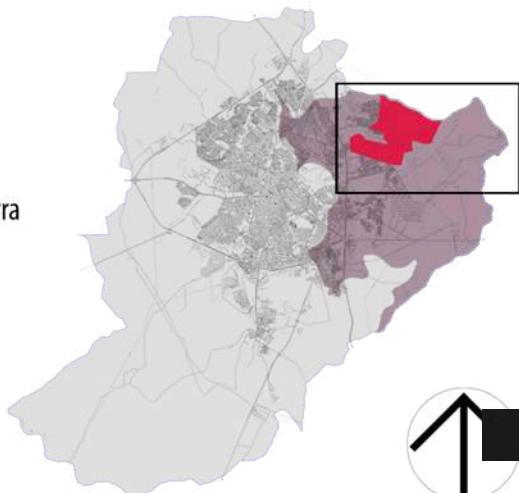




O mapa ao lado consiste na sobreposição entre a carta ambiental de 2018 e o mapa de urbanização do município do mesmo ano, ambos fornecidos pela prefeitura municipal. Sua análise permite observar alguns pontos chave ao trabalho desenvolvido:

1. A localização dos assentamentos sobre a ZUE, ou Zona de Uso Especial, caracterizada pelo AFLORAMENTO DO AQUÍFERO GUARANI, o que determina sua área de recarga;
2. Remanescentes consideráveis de cobertura vegetal, com destaque à várzea do Rio Pardo e as áreas de floresta no interior do PDS;
3. A presença de um grande número de ÁREAS PÚBLICAS no interior dos loteamentos, sejam elas AREAS VERDES (verde claro) ou destinadas ao uso INSTITUCIONAL (rosa).

Esta é uma característica recorrente dos loteamentos constituídos a partir da década de 90 no município, devido à necessidade de RESERVA DE ÁREA PÚBLICA assegurada pela lei de uso e parcelamento do solo (Lei Complementar Nº 2157). Mesmo assim, pela especificidade da ZUE, os novos loteamentos em toda esta região estão obrigados à uma reserva maior de áreas públicas se comparada às outras zonas (cerca de 35% contra 20% das demais). Isto significa a presença massiva de quadras vazias espalhadas no interior desses bairros, impedidas de se ocupar pela legislação municipal.



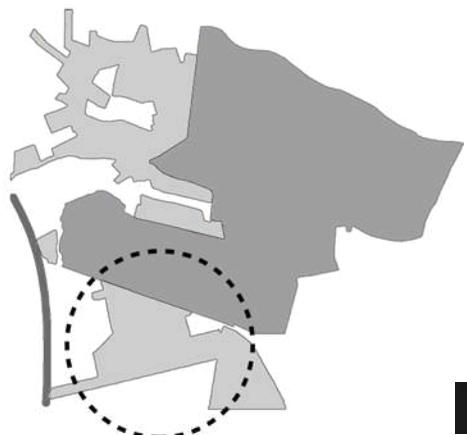




O mapa ao lado esmiúça esses bairros ao sul, a partir da caracterização atual do uso e ocupação de cada lote nessa área, além de localizar a possível área de interesse para intervenção projetual. São retrados o Pq. Res Cândido Portinari ao centro, o Jd. Ouro Branco ao norte, o e o Pq. dos Flamboyans à leste. Com a análise do mapa surgem alguns apontamentos:

1. Apesar da aparente densidade nas imagens de satélite, feita uma aproximação, observa-se uma enorme quantidade de LOTES VAZIOS na área, demonstrando o quanto jovens ainda são os loteamentos.
2. Observa-se com mais clareza as ÁREAS PÚBLICAS indicadas anteriormente. São muitas e espalhadas por toda o loteamento, criando até situações urbanas inusitadas como a presença de muitas ruas sem saída no traçado urbano.
3. A Coexistência de USOS DIVERSOS, por vezes, CONFLITUOSOS, como por exemplo, residências próximas à chácaras, indústrias de grande e médio porte e condomínios fechados de alto padrão.

- Reserva Legal
- Reserva Legal Florestada
- Habitação Rural
- Habitação Urbana
- Comércio
- Serviços
- Indústria
- Institucional
- Ferrovia
- Limite Zona Rural



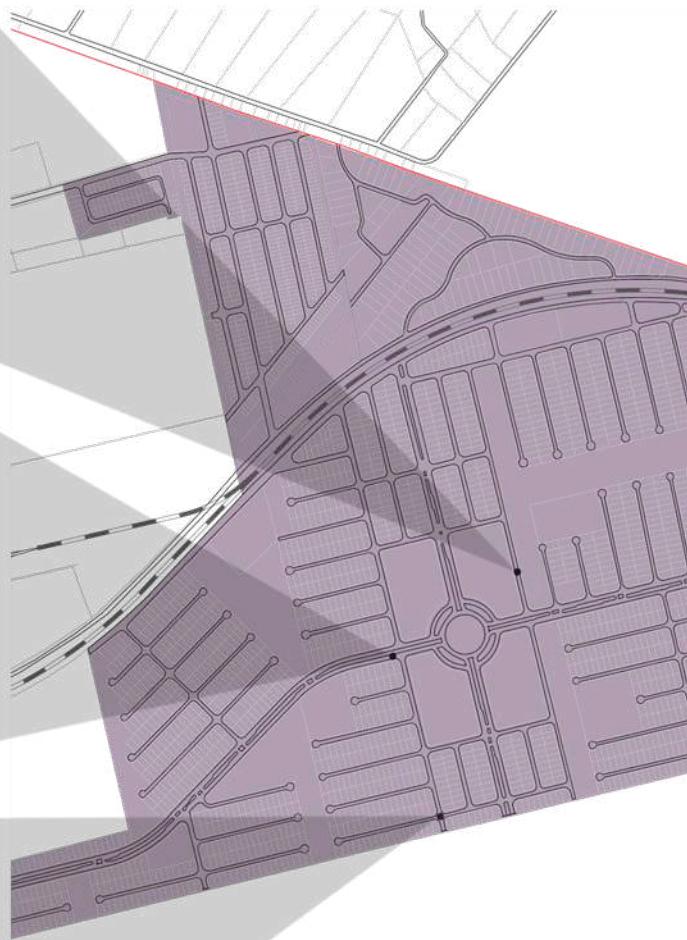
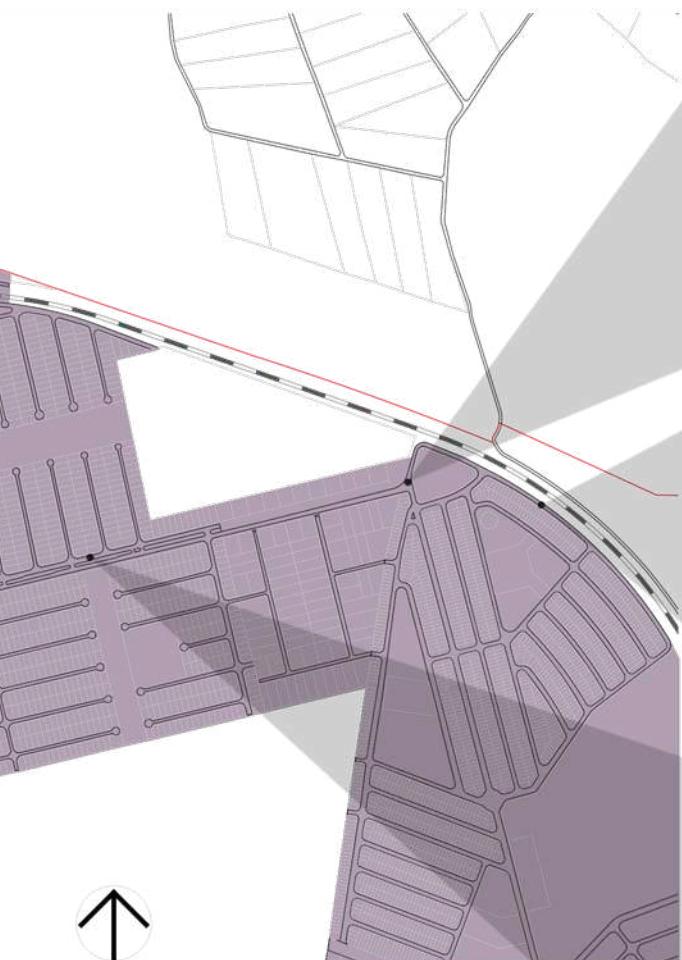


FIGURA 23 A 28 - FOTOGRAFIAS DAS RUAS DOS BAIRROS NO

Por fim, seguem algumas imagens desses loteamentos, datadas entre o final de pouco do que foi dito anteriormente, desde a baixa densidade e abundância de Pelas imagens, fica muito claro a aridez desses lugares , além da péssima experiência por vezes sem calçamento. Além disso faltam espaços de referência nesses locais

2.3 ZONA LESTE | PAISAGEM



2011 e a primeira metade de 2012. Apesar de antigas, servem para ilustrar um
àreas livres, até a fronteira com o PDS da Barra e a possível àrea de intervenção.
éncia urbana para o pedestre, com a presença de quadras vazias muito extensas e
, espaço ocupado pelas igrejas e escolas, que inclusive são muitas por sinal, como



3. A Fazenda da Barra

FIGURA 3 - PAISAGEM NO INTERIOR DO PDS DA BARRA FONTE: ACERVO DO GRUPO. AUTOR: AUTORIA PRÓPRIA

O capítulo adentra o objeto de estudo do grupo: os assentamentos rurais do PDS da Barra. O objetivo do capítulo é fornecer uma base para o leitor compreender esse território, como foi no passado e como está organizado atualmente. Faz-se necessário ressaltar a que foi realizada algumas visitas ao local, feito um reconhecimento da área, tomando contato com algumas lideranças e dinâmicas internas, principalmente no Mário Lago, um dos assentamentos.



Crime Ambiental

Geograficamente localizado sobre a área de recarga do Aquífero Guarani, o atual território do PDS da barra é resultado da desapropriação das terras da antiga Fazenda da Barra - propriedade privada pertencente à Fundação Sinhá Junqueira que, segundo as diretrizes do código florestal brasileiro, deveria conservar, como área de proteção permanente, 20% dos 1.550,00 hectares totais de que dispunha (AGUIAR, 2011, p. 19). No entanto, o extensivo arrendamento de terras para o setor sucroalcooleiro realizada pela família, a partir da década de 80, foi o estopim de um intenso processo de desmatamento, o qual, consequentemente, em um dado momento, veio a exceder o limite legal estabelecido. Além disso, era constante, e cada vez mais intensa, também, a drenagem irregular de água do rio pardo para a irrigação desta mesma monocultura de cana de açúcar. Estas duas práticas ilegais foram, no início da década de 90, catalisadoras da instauração de inúmeros inquéritos civis pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN) a fim de averiguar os danos ambientais na área. “A partir dos laudos de vistoria realizados, foi aberta uma ação civil pública em 1993, que constatou as irregularidades ambientais da área investigada e aplicou seguidas multas pelos passivos ambientais.” (AGUIAR, 2011, p. 20).

Desapropriação e Ocupação

No entanto, desde a Constituição Federal de 1988, terras em situação de irregularidade ambiental estavam passíveis à desapropriação para fins de reforma agrária, o que inevitavelmente levaria ao início do processo de desapropriação da área, no ano 2000, após membros do poder público e da sociedade civil se organizarem “a fim de construir um projeto para área com uma utilização que garantisse o cumprimento da função social da propriedade.” (AGUIAR, 2011, p. 20). Assim, em 2003, 400 famílias convidadas pela frente de massas do MST montaram o primeiro acampamento de Ribeirão Preto, o Acampamento Mário Lago, que pretendia pressionar o Governo Federal pela efetivação da desapropriação da Fazenda da Barra, a qual corria risco de ser revertida, uma vez que a família detentora da terra havia recorrido judicialmente pela decisão. A formação do acampamento, neste contexto, contou com uma particularidade em relação à outras formações do MST: a maioria das famílias participantes possuíam raiz urbana, advindos de cidades vizinhas - indivíduos marginalizados, trabalhadores desempregados e em busca de um novo modo de vida, em sua maioria migrantes afetados pela crise da indústria de calçados de Franca e pela crise das usinas de cana de açúcar da região.

Porém, o acampamento não pôde ser erguido dentro da área da Fazenda, já que uma medida provisória editada em 2000, pelo Governo FHC, na tentativa de desmobilizar esse tipo de iniciativa, “impede a vistoria em terras ocupadas e sua desapropriação para fins de Reforma Agrária no período de dois anos, podendo esse prazo ser prorrogado, no caso de reincidência na ocupação.” (AGUIAR, 2011, p. 23). Ainda segundo o autor, como nova estratégia os movimentos sociais passaram, a partir daí, a ocupar áreas adjacentes à área reivindicada de fato. No caso em questão, o local inicialmente ocupado foi o Sítio Braghetto, escolhido por estar em situação fiscal irregular. No entanto, mediante a um pedido de reintegração de posse o acampamento precisou se deslocar. Esse processo de deslocamento, de ocupação e desocupação foi repetido algumas vezes ao longo dos anos, em diferentes locais, o que implicou em um desgaste muito grande para as famílias integrantes e um consequente esvaziamento do movimento. Em 2004, após a devida vistoria e laudo do INCRA, 117 famílias ocuparam definitivamente a área da

azenda e, em 2005, o número de famílias já chegava a 600.

Conquista da Terra e Conflitos Internos

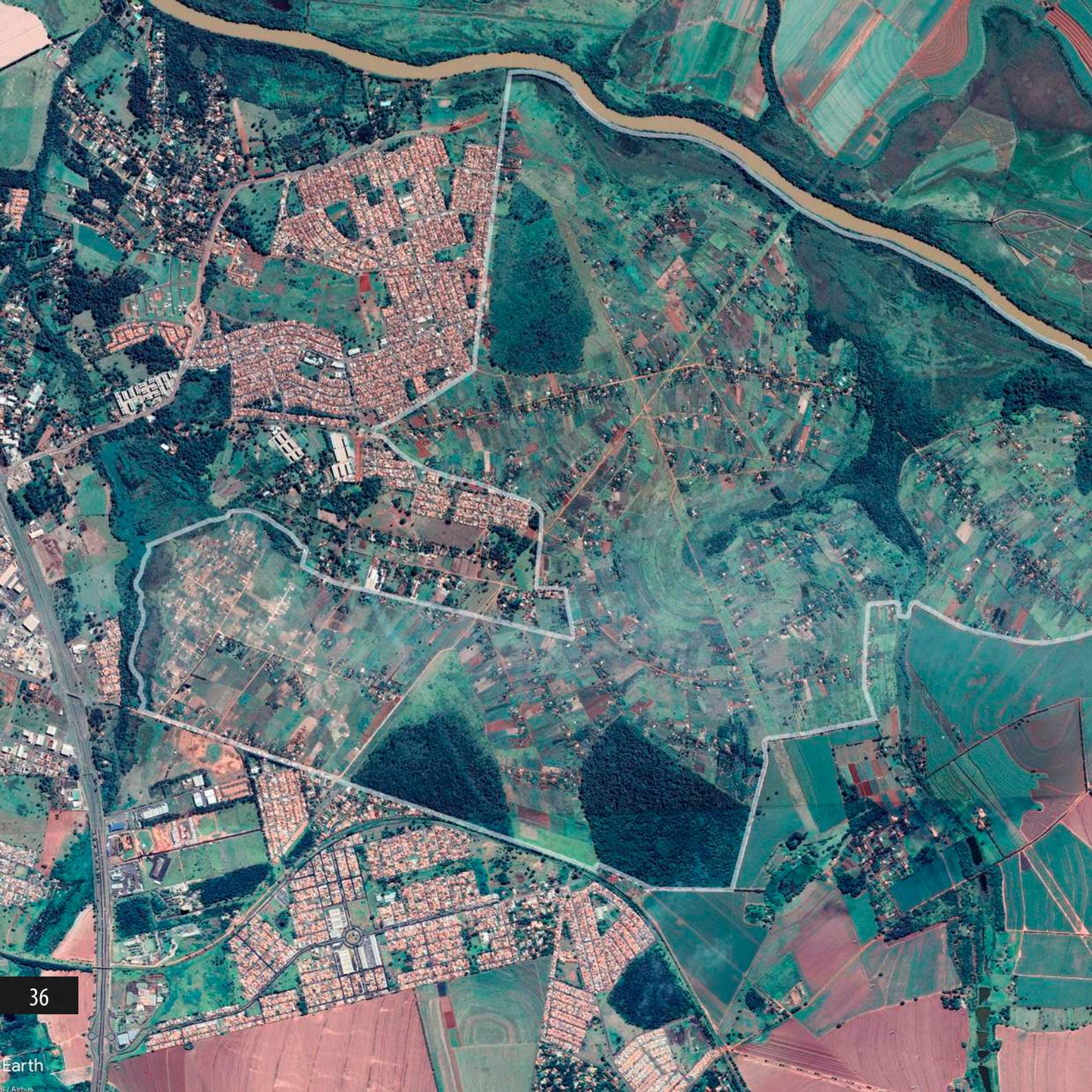
O período de acampamento perdurou, ainda, por mais 3 longos anos até que a admissão da posse fosse efetivada pelo agora então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2007. Neste período, a família proprietária da terra utilizou todos os recursos cabíveis para impedir a desapropriação: contestou os laudos do INCRA e argumentava ilegalidade na ocupação, que impedia a realização de um novo laudo naquela área. Diante deste cenário conturbado, durante os anos de acampamento, divergências ideológicas desgastaram a convivência entre as famílias do movimento, o que ocasionou uma ruptura: um grupo se separou do MST, montando o “Acampamento Santos Dias” em outro setor da Fazenda e erguendo, agora, a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Esse grupo, que começou pequeno, foi recebendo novos integrantes ao longo do tempo e se tornando cada vez maior. No entanto, este movimento, por sua vez, também enfrentou conflitos e uma nova ruptura interna se fez: 56 famílias se separaram para formar o “Acampamento Índio Galdino”, sem nenhuma filiação à movimentos sociais (bandeira branca). É importante que se entenda esta divisão política uma vez que o recorte projetual do grupo não abrange a área total do PDS, e sim a apenas o denominado como “Assentamento Mário Lago”, do MST.

A Criação do PDS

Mediante a admissão da posse, o INCRA iniciou, em 2008, a elaboração do projeto do assentamento conjuntamente com os três assentamentos - os quais já estavam devidamente homologados. Devido ao histórico ambiental da área, e também por estar sobre o aquífero, a proposta do INCRA era de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) - um modelo de assentamento que tem como objetivo uma produção sustentável no lote, em detrimento do modelo monocultivista, mecanizado e agressivo do grande latifúndio. Esta proposta, segundo Aguiar (2011, p.38), de certa forma ia de encontro ao desejo das famílias que compunham o acampamento Mário Lago, as quais idealizavam um modelo alternativo ao tradicional, que pudesse se contrapor ao agronegócio e à agricultura moderna que, cada vez mais mecanizada, não precisa de pessoas morando no campo.

Proposta de Comuna da Terra

Além disso, neste modelo diferenciado de assentamento proposto pelo MST, devido à característica ambientalmente sensível da área em que se encontrava “as famílias não poderiam fazer queimadas, usar veneno nas plantações, desmatar os resquícios de mata que restaram na fazenda [...]. A discussão sobre a formação de um assentamento agroflorestal perpassou pelos sete anos durante os quais as famílias ficaram acampadas.” (AGUIAR, 2011, p.38). No entanto, apesar de ter sido o modelo de fato implantado, para o MST, tais anseios ideológicos não seriam contemplados pelo modelo de PDS neste contexto devido à raiz urbana das famílias assentadas. Estas, nas palavras do autor, “acostumadas com as mordomias da cidade”, não se acostumariam à realidade de falta de infraestrutura básica comumente enfrentada pelos assentamentos rurais brasileiros (AGUIAR, 2011, p.41). Como alternativa, a proposta ideal defendida pelo movimento seria a de Comuna da Terra, que se caracteriza por: "...moradia em lotes menores, devido ao alto valor da terra próximo às grandes cidades, com uma produção voltada para pequenos animais e hortifrutigranjeiros, com área coletivas de produção e com agroindústrias. Essa concepção de assentamento, na visão do Movimento, permitiria ao assentado manter uma renda o ano todo. Mas, para que isso pudesse ocorrer, os novos modelos de assentamentos agroecológicos teriam que ter, na sua implantação, as políticas públicas de estruturação como luz elétrica, água encanada para o consumo das famílias assentadas e a irrigação, moradia, agroindústrias, escola, posto de saúde, transporte escola etc.” (AGUIAR, 2011, p.41)



36



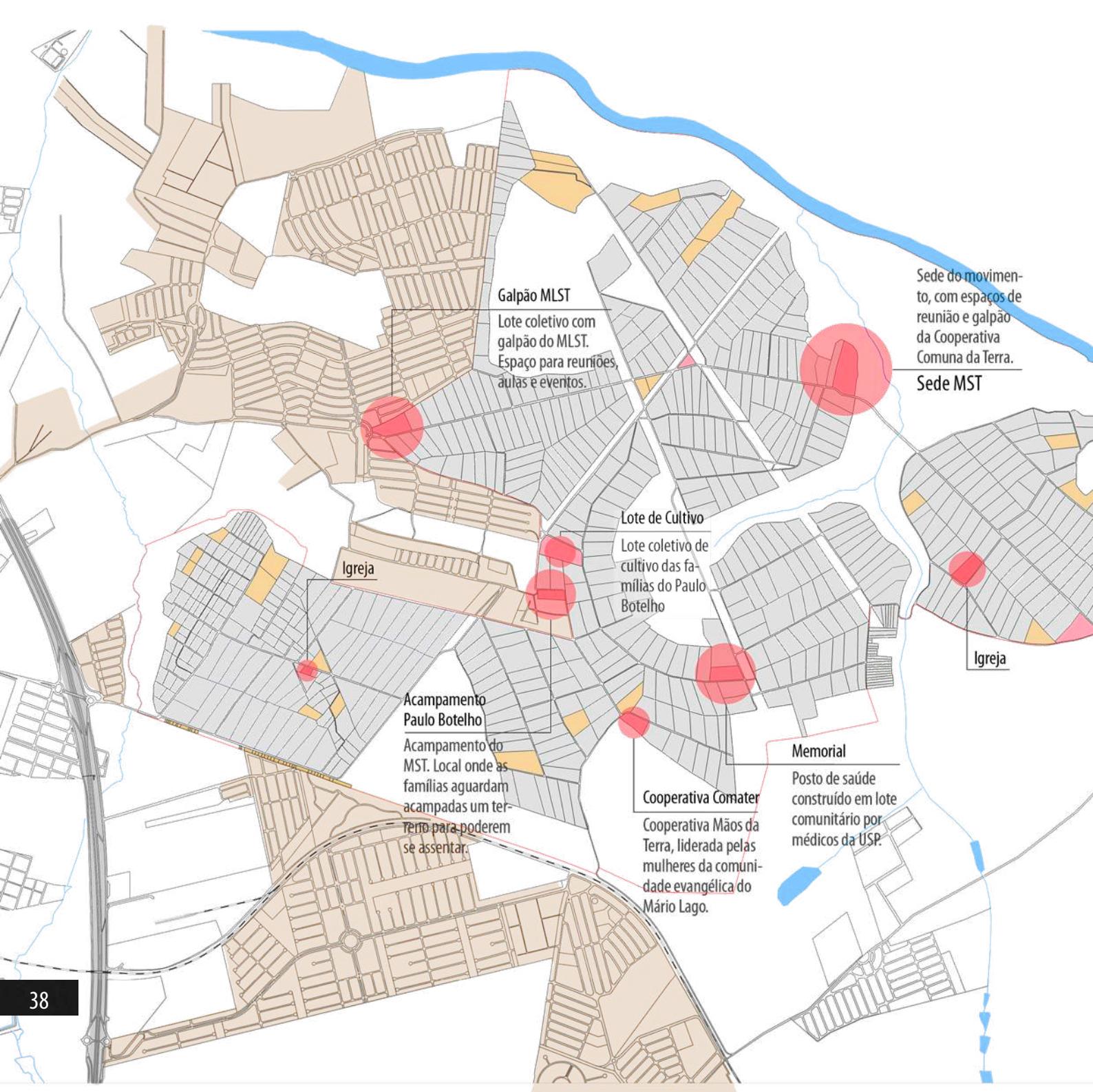
FIGURA 4 - IMAGEM DE SATÉLITE DE 2019 SOBRE O PDS DA BARRA FONTE: GOOGLE EARTH, MANIPULADA PELO AUTOR.

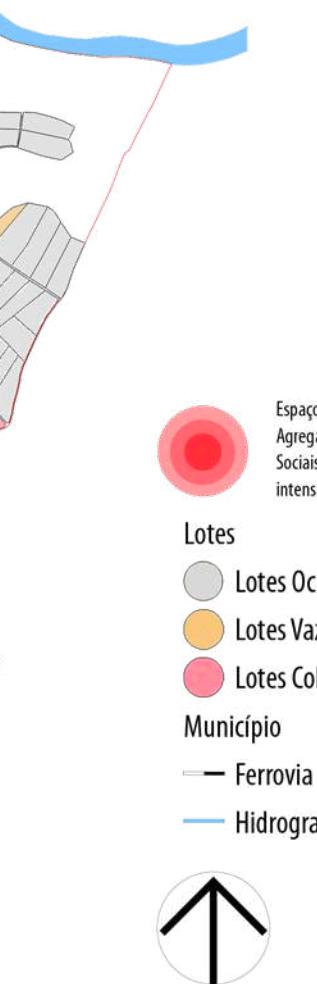
Enfraquecimento da Luta

O panorama encontrado, hoje, nos assentamentos que compõe o chamado PDS da Barra, além do esvaziamento e improdutividade já comentados é, também, o de desmobilização. Como uma consequência natural da conquista da terra, após anos de luta, as famílias querem desfrutar a tranquilidade e os benefícios de seu lote, desse modo, acabam se afastando das discussões políticas e das novas articulações organizadas pelas lideranças de seus respectivos movimentos, uma vez que, mesmo depois de assentados, é necessário que constantemente se cobre do poder público a provisão de infraestrutura e de condições mínimas de qualidade de vida naquele local. Além disso, a grande distância entre uma moradia e outra no momento em que se oficializa o assentamento, ao contrário do convívio intenso que era facilitado dentro de uma realidade de acampamento, contribui para o isolamento das famílias. Por esse motivo, um objetivo comum entre os 3 trabalhos debruçados sobre essa área é o de promover espaços de atividades sociabilização entre as famílias, de modo a reverter o isolamento, não só no sentido de mobilização política como no de interação pessoal: um resgate do sentimento de pertencimento e comunidade, experimentado nos tempos de acampamento e lembrado com saudosismo pelos assentados.

Questão Ambiental

Há também a problemática constante da questão ambiental intrínseca a esse território se apresentando de forma latente no cotidiano dessas famílias. O modelo de PDS, aliado às limitações impostas pela presença do Aquífero Guarani, e também ao reflorestamento necessário para que se restabeleça a legalidade de preservação da área são responsáveis por uma série de dificuldades e particularidades que precisam ser contornadas dia-a-dia. Primeiro, a criação animal para consumo próprio ou comercialização é rigorosamente restrita, uma vez que uma possível contaminação ou insalubridade do solo teria consequências imediatas para o Aquífero. Além disso, não só pelo aquífero, mas como pelo próprio modelo de PDS adotado, a utilização de agrotóxicos é estritamente proibida - ao passo que, ao mesmo tempo, o agronegócio pulveriza os mesmos aditivos por sobrevoos de avião nas plantações de cana de açúcar adjacentes ao assentamento, sem nenhuma consequência, indiretamente inviabilizando a certificação oficial dos alimentos dos assentados como produtos orgânicos, já que o vento espalha esses agrotóxicos por toda a área.





Agrofloresta e Reflorestamento

Como alternativa, a estratégia produtiva veementemente defendida pelo MST, não só no Assentamento Mário Lago, como também ao longo de todos os assentamentos em que está presente, é da agrofloresta: um modelo de produção sustentável e de nome autoexplicativo - um conceito de plantação aliado à um sistema de reflorestamento. O modelo agroecológico se faz presente também não só pela vontade do MST, mas também pela obrigatoriedade de reflorestamento da área, acordada entre poder público e assentados no momento em que se optou pelo modelo PDS: 20% da área de cada um dos assentamentos deveria ser reflorestada com árvores nativas, e outros 15% cobertas pelo modelo produtivo sustentável em questão. No entanto, há muita dificuldade por parte dos assentados em cumprir esse acordo, uma vez que a área a ser reflorestada é muito grande e que seria necessário uma mobilização e articulação muito forte entre eles para a produção e plantio de mudas nativas, o que, como já foi apresentado, não acontece. Por esse motivo, também, o projeto de espaços que facilitem os encontros e atividades em grupo se apresenta importante para fins de educação e restabelecimento gradual de áreas ambientais, em regime colaborativo.

Acesso à Infra-estruturas

Outra dificuldade enfrentada diariamente no território em questão é o da falta de acesso à água potável: a perfuração de poços é rigorosamente limitada devido à sensibilidade do aquífero. Além disso, não há sistema apropriado de abastecimento em ampla escala a partir dos poucos poços existentes. Frente ao abandono do poder público, a alternativa encontrada pelos agricultores foi a do autoprovimento de abastecimento via mangueira preta, que cumpre a função paliativa de levar a água desses poços aos lotes. No entanto, apesar de facilitar, até certo ponto, a irrigação dos cultivos, a água conduzida por mangueira preta não é indicada para fins de uso potável, de modo que esta continua inacessível para consumo e ainda representa uma precariedade gravíssima no dia-a-dia dos moradores. A respeito das outras infraestruturas humanas básicas, o único serviço cedido à essa população é o de fornecimento de energia e, mesmo assim, com metragem de cabeamento limitada, o que obriga os moradores a manterem suas casas próximas à estrada na tentativa de evitar investimento de recurso próprio neste serviço. Esse tipo de implantação a que se veem forçados a adotar reforça ainda mais o aspecto urbano do território.

A seguir, algumas fotografias tiradas em trabalho de campo, retratando a visita feita ao PDS em abril de 2019. Da esquerda para direita e de cima à baixo:

1. Produção agroflorestal em lote visitado;
2. Antiga sede da fazenda da barra, atual sede do MST;
3. Curral, espaço para reuniões do Movimento;
4. Galpão da Cooperativa Agroflorestar Comuna da Terra;
5. Memorial, ponto de atendimento médico dos assentamentos;
6. Igreja Assembléia de Deus, localizada no Mário Lago;
7. Acampamento Paulo Botelho, também do MST;



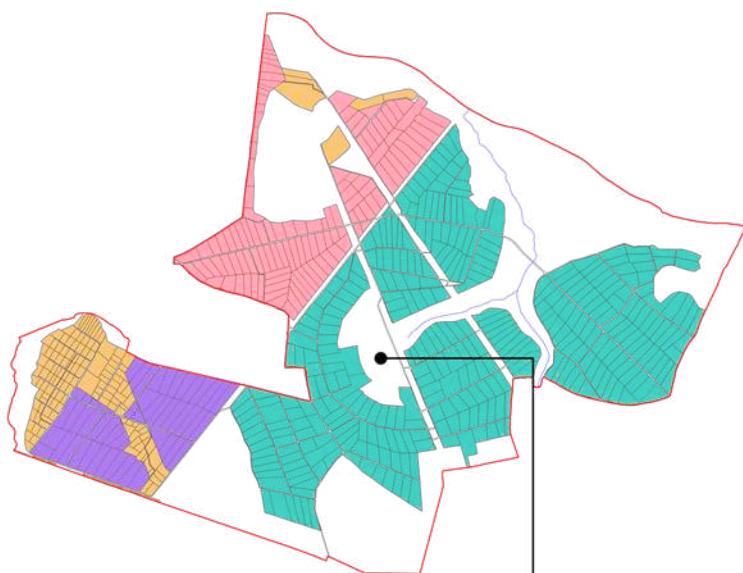
FIGURA 5 A 12 - FOTOGRAFIAS NO INTERIOR DO PDS DA BARRA



3.3 CENTRALIDADES | LUGARES



3.4 RECORTES TEMÁTICOS



Assentamentos

Santo Dias
Mário Lago
Índio Galdino
Ocupação Posterior

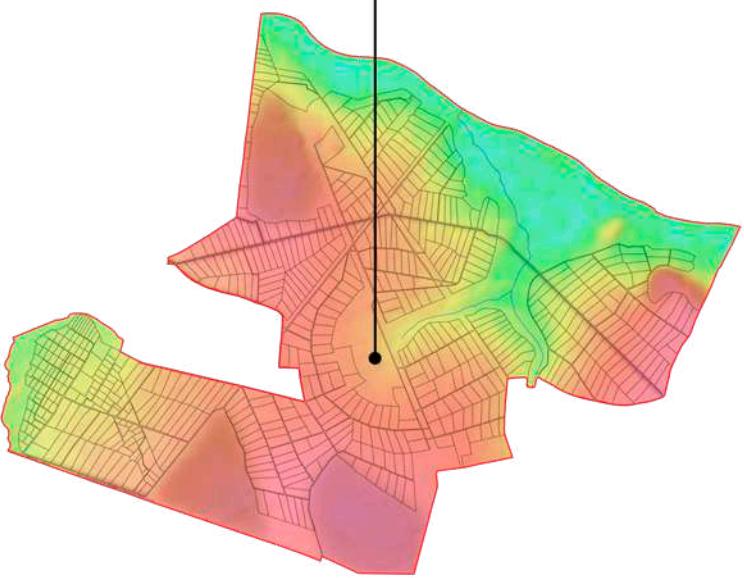
Mapa mostra a espacialização dos três assentamentos no PDS, assim como os lotes ocupados posteriormente.

Cultivo
Mapa de intensidade de cultivo, baseado em análise de imagem de satélite.



Topografia

Mapa topográfico do PDS, com altitude mínima e máxima de 510 e 605, respectivamente.



Áreas Verdes

Reserva Legal (light green)
Campo de Várzea (medium green)
Área Florestada (dark green)

Mapa com as áreas de interesse ambiental presentes no PDS.

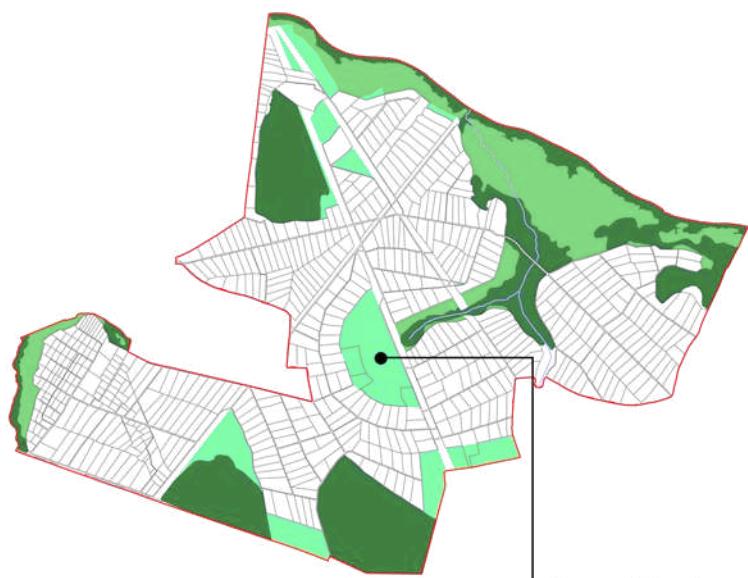




FIGURA 13 - FOTOGRAFIA DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS CESTAS AGROFORESTAIAS FONTE: ZONETTI, 2019, P.69. AUTOR: VITOR ZONETTI.

Feiras Auto-Organizadas

Os produtos são expostos na Associação Ribeirão-pretana dos Funcionários da Universidade de São Paulo (ARFUSP), na Escola Jardim Bela Líria que segue a pedagogia Waldorf, na Loja Livre Leve e na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Todos estes pontos de comercialização se encontram no centro urbano do município de Ribeirão Preto-SP.

Distribuição de Cestas Agroecológicas

As cestas são entregues pelos próprios cooperados, por meio de caminhão adquirido (ver figura 14). A distribuição de cestas ainda é a maior fonte de renda da cooperativa, devido à popularidade entre as classes mais intelectualizadas.

FIGURA 14 - FOTOGRAFIA DO CAMINHÃO REFRIGERADO DA COOPERATIVA AGROFLORESTAL COMUNA DA TERRA. FONTE: ZONETTI, 2019, P.69. AUTOR: VITOR ZONETTI.



PAA

Apesar de cortes progressivos, o Programa de Aquisição de Alimentos, do governo federal ainda está presente dentro dos assentamentos. O governo adquire os alimentos por meio de edital e distribui gratuitamente para pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e também para entidades de assistência social.

Ao todo são 7 cooperativas existentes no PDS da Barra, estruturadas organicamente a partir da cooperação entre as famílias de assentados. Segundo Morais e Seleguim (2019), “formaram-se núcleos por afinidade, grupos de famílias amigas que moram em lotes próximos e vizinhos. A cooperação entre essas famílias amigas possibilitou que elas alcançassem meios de superar suas dificuldades.” Em AGUIAR (2011, pg. 51), a organização em Cooperativa é vista como uma necessidade no sistema de Comunas da Terra, “para poder ter uma maior autonomia de compra ou na comercialização dos produtos para acessar projetos para escoamento da produção.” Além disso, as cooperativas possuem um papel formativo para os agricultores, que aprendem o manejo da terra a partir de sistemas de cultivo alternativos, como os SAF (Sistemas Agroflorestais).

Na visita ao assentamento Mário Lago, que conta com cerca de 500 hectares para habitação e cultivo, divididos 281 lotes, tomou-se contato com 2 das cooperativas atuantes. A principal e maior delas é a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, situada na sede do assentamento e vinculada ao MST. Outra cooperativa existente no assentamento é a COMATER - Cooperativa Mãos da Terra, organizada pela comunidade de mulheres evangélicas do Mário Lago. As informações a seguir se referem à Cooperativa Comuna da Terra.

Devido ao apoio de iniciativas governamentais, a Comuna da Terra tem implantado os SAFs nos lotes de cultivo e áreas de reserva. Até este ano (2019), a cooperativa já conta com um grupo de 22 produtores que comercializavam coletivamente toda a produção. Os alimentos são reunidos num galpão localizado no lote da Sede do MST, onde são selecionados para a armazenagem e montagem das cestas. Além da distribuição das cestas para estabelecimentos locais, o escoamento dos alimentos se dá em pontos de vendas e locais de realização de feiras.

Os cooperados se organizam através de um sistema de pregão, em que “semanalmente, estes assentados se reúnem em um antigo curral da Fazenda da Barra [...] Nestes encontros cada assentado oferece a cultura disponível para a colheita em sua propriedade e , assim, formam as cestas e feiras com os produtos prontos para saírem dos sistemas agroflorestais.” (ZONETTI, 2019, pg. 72)

Localização

Apesar do esforço na estruturação produtiva por meio das cooperativas, as possibilidades de venda ainda são restritas. Em geral, os produtos ainda não podem ser vendidos em supermercados, quitandas ou restaurantes, devido a insuficiência de recursos para a adequação às regulações rígidas dos órgãos de vigilância sanitária. Desse modo, o mapa a seguir, utilizando-se da mesma base do mapa de canais de venda de alimentos da pág. 31, apresenta os locais onde as principais cooperativas estudadas podem vender sua produção.

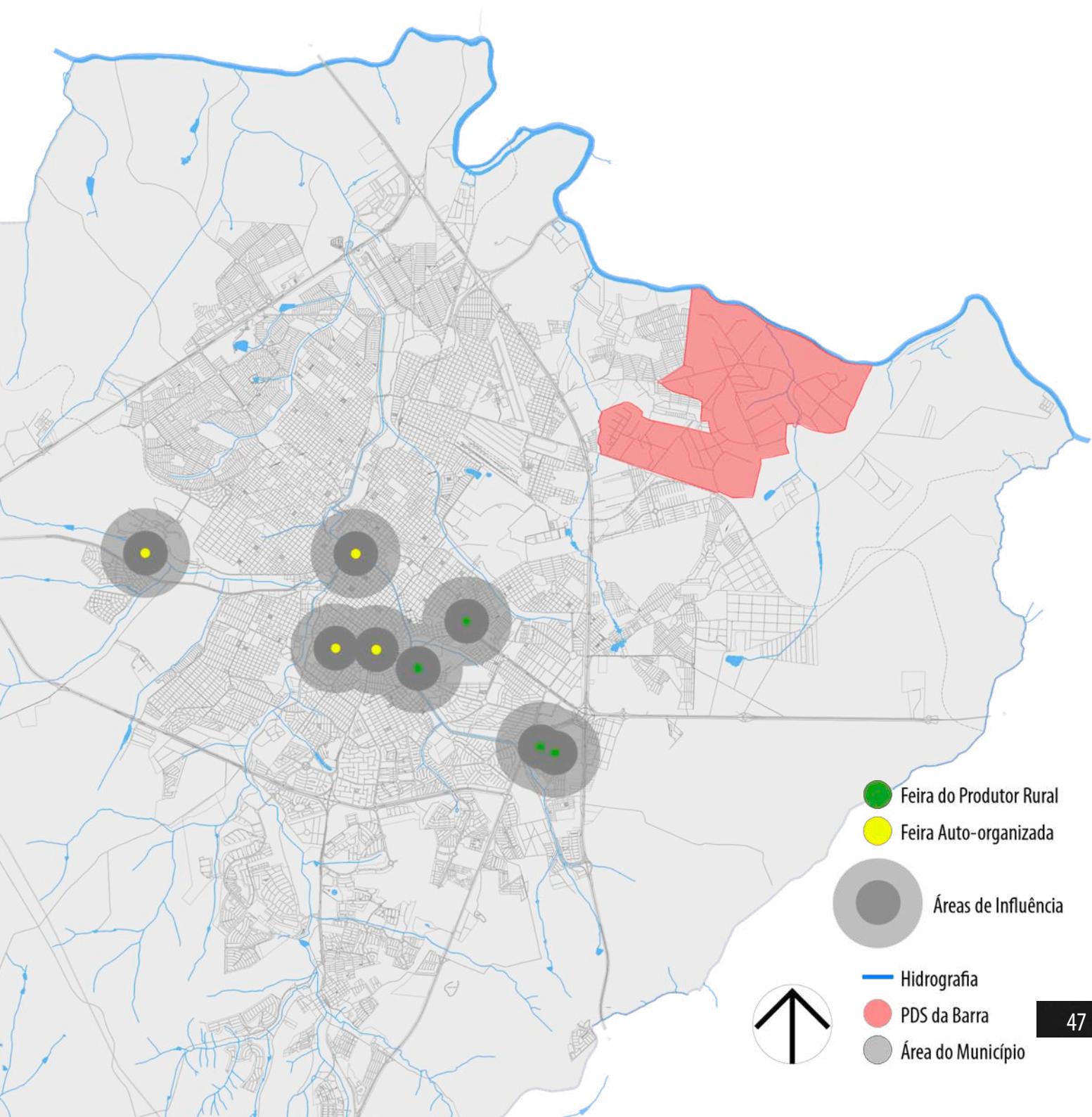
Se o mapa anterior mostrou uma certa DISPERSÃO das feiras livres ao longo do município, o mesmo não ocorre com os locais de venda de alimentos agroecológicos, os quais se encontram em sua totalidade no eixo centro-sul da cidade. Ou seja, é possível aferir que, em geral, para as populações periféricas é mais difícil consumir esse tipo de alimento produzido de forma mais sustentável, que acaba infelizmente tendo um maior valor agregado e destinando à populações de maior renda.

Distâncias e Acesso

Apesar de estar muito próximo da cidade para um assentamento rural, o PDS da Barra está na periferia de Ribeirão Preto, distantes das principais infra-estruturas e equipamentos da cidade.

A maioria dos pontos de venda estão a cerca de 25/30 minutos de distância por automóvel dos assentamentos. Relativamente ao porte do município, é um TEMPO CONSIDERÁVEL alocado somente no transporte das mercadorias, isso sem contar o tempo extra para percorrer as mesmas distâncias de caminhão, levando em conta a qualidade precária das vias internas ao PDS. Isso implica numa demanda tempo e recursos preciosos dos assentados que, em sua maioria, possuem outros trabalhos na cidade e por isso não conseguem consiliar com a produção no lote.





4. Desafios e Proposições

No Capítulo a seguir, serão discutidas as bases da proposta de intervenção do TGI, seus principais objetivos e diretrizes, bem como localizá-la dentro do projeto maior desenvolvido pelo grupo de trabalho.

Territórios Fragmentados

A partir das questões levantadas e das leituras, vimos que a zona leste de Ribeirão Preto, assim como muitas periferias brasileiras, se caracteriza como um local extremamente fragmentado. Nela coexistem territórios muito distintos e desarticulados entre si. A região também se coloca como uma nova fronteira de expansão imobiliária, com o surgimento nos últimos anos de novos empreendimentos, requalificação de vias e uma vontade política de flexibilização sobre a legislação de uso e ocupação na área. Apesar da questão ambiental, que deveria restringir a ocupação na área, vê-se novamente que o poder público age em prol dos interesses privados de atores econômicos. Mesmo assim, os assentamentos do PDS da Barra se apresentam como um contraponto, pois ainda têm uma presença forte na região, o que constitui um obstáculo para a valorização da área. Sua existência impacta as relações locais nos bairros e, apesar da enorme dificuldade de acesso pelas distâncias e falta de infraestrutura, os assentados ainda estão relativamente próximos a um grande centro econômico que é Ribeirão Preto.

Camponeses Urbanos

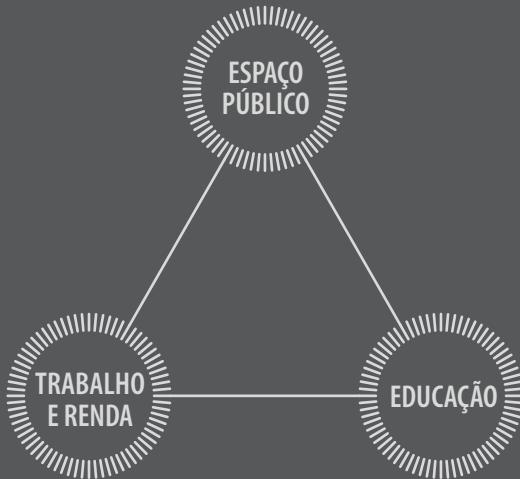
De forma análoga ao território, também não é possível traçar nos assentamentos um perfil preciso de sua população. Ao longo dos anos, com os vários rachas no movimento, criação de novos assentamentos, ocupação ilegal de áreas de reserva e o baixo índice de cultivo das terras, vemos que, apesar da possibilidade da existência de modos de vida alternativos no local, observa-se que a maioria dos assentados estão extremamente integrados à economia urbana. Assim, independentemente de serem camponeses ou não, o desafio se situa, portanto, em como pensar através do projeto sua permanência no local enquanto instrumento de luta e empoderamento, e no fim das contas, cidadania.

Objetivos

Tendo em vista esses desafios, as propostas de intervenção na área objeto de estudo resultam da articulação do grupo de trabalho em prol de alguns objetivos em comum:

1. Criar mecanismos de permanência dos assentamentos enquanto defesa de um modo de vida alternativo;
2. Fomentar o empoderamento das populações assentadas, sejam elas camponesas ou não;
3. Promover uma melhor articulação do PDS com o restante do município.

Para tanto, foi proposto um sistema de equipamentos baseados em três pilares: a EDUCAÇÃO, O ESPAÇO PÚBLICO E A RENDA, exemplificado no esquema a seguir:







1 e 4. Unidades de Integração

Equipamento desenvolvido neste trabalho, o qual reúne funções pedagógicas e mercantis, de modo a integrar o PDS com o bairro e constituir um local de lazer e encontro. Inclui galpão para a realização de feiras ou eventos em geral, bloco para aulas complementares ao currículo da escola do campo ou oficinas abertas à comunidade, bem como uma cozinha coletiva.

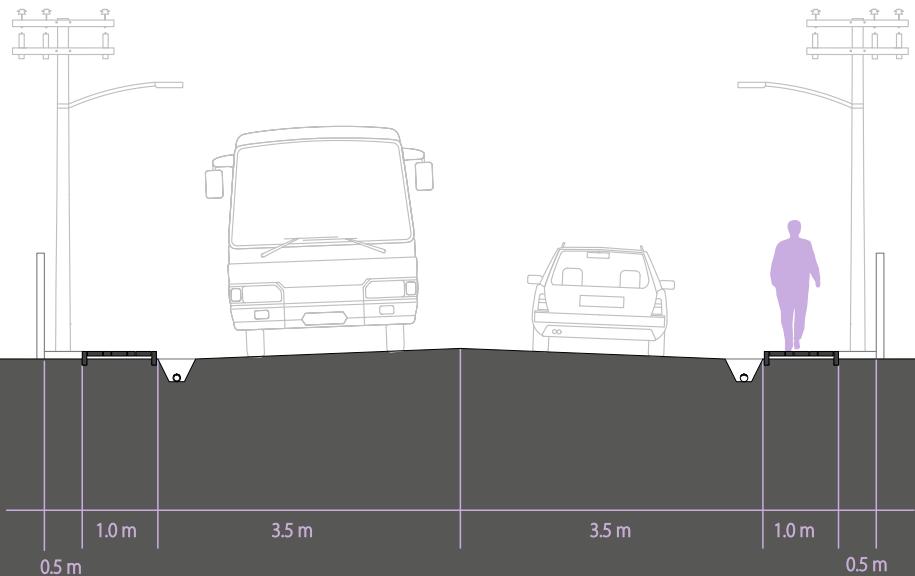
2. Escola do Campo

Implantação de uma escola do campo no lote do casarão da antiga Fazenda da Barra (atual sede do MST) - que abrangerá o currículo escolar básico obrigatório e atividades extras inerentes ao conceito do MST de escolas do campo. Pretende-se aproveitar um potencial latente de convívio entre renda e educação, e destes diretamente com as lideranças do movimento.

3. Centro Comunitário de Trocas

Equipamento anexo à unidade de Saúde do Memorial Sebastião Lemes, destinado à venda e troca entre os assentados, seja de alimentos, sementes, insumos, ou quaisquer bens e serviços. O programa aproveita a importância do Memorial como centralidade no interior do PDS para estabelecer um espaço de sociabilidade e escoamento de alimentos em pequena escala.





Devido à grande dimensão do território em que se propõe o sistema educacional e de renda em questão, é importante que se investigue as condições de mobilidade entre os elementos do sistema, a fim de que se proporcione melhores condições de acesso e uma boa experiência de percurso aos assentados.

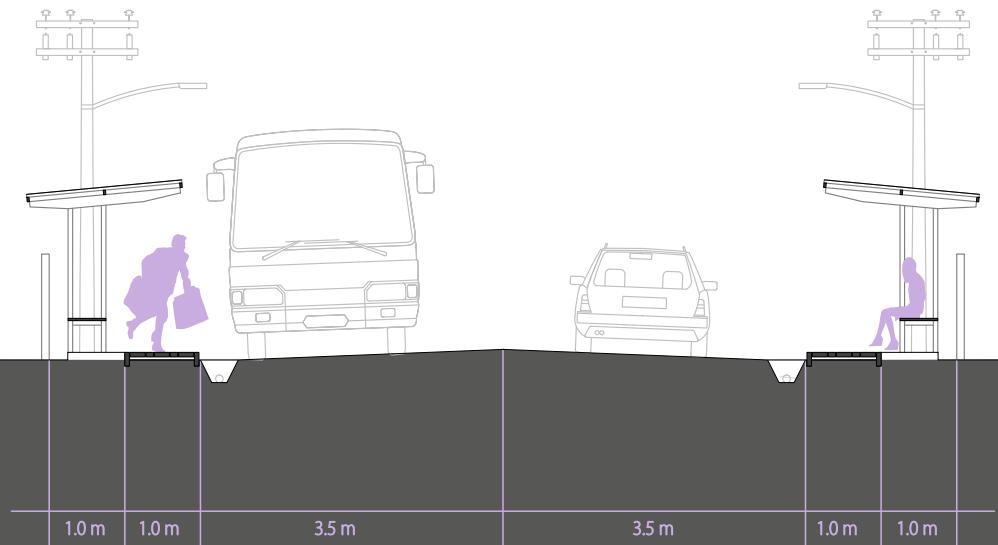
Condições das vias.

A partir dos levantamentos de campo foi possível identificar que, hoje, as estradas se encontram em condições precárias. A abertura das vias foi efetuada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), por solicitação do INCRA, porém nenhum órgão ou instituição ficou responsabilizado pela manutenção, não havendo, portanto, iluminação, nivelamento, bem como também nenhum tipo de cobertura ou pavimentação - desse modo, são constantes os alagamentos em períodos de chuva, e a dispersão de poeira nos períodos de seca. Os caminhos principais de conexão entre os elementos do sistema, portanto, já existem enquanto vias de terra, porém se faz necessário sua qualificação.



1:30.000

- Perímetro PDS da Barra
- Áreas do Sistema
- Cooperativas
- Pontos de Ônibus Previstos
- Linha de Ônibus
- Mancha Urbana
- Linha Férrea
- Rod. Anhanguera



Qualificação das Vias [ver cortes na pág. atual e anterior]

Diante disso, a proposta do grupo é a criação de um percurso principal, que conecte todos os pontos do sistema e as cooperativas do assentamento Mário Lago, e que nele circule um transporte público integrado nas rotas municipais de ônibus. Além disso, progride-se o alargamento das vias, que hoje têm aproximadamente 6 metros de largura - para leito carroçável e pedestres - para 10 metro de largura em toda a extensão desse percurso principal e para 11m nos pontos em que há abrigo para espera de ônibus.

Importante ressaltar que o tratamento das vias proposto leva em consideração o reconhecimento de um território não urbano e, portanto não pretende adotar soluções típicas da cidade. A solução adotada é a divisão da via em duas águas de 4% para melhor escoamento da água, até uma calha coletora, e a utilização de cobertura de resíduo reciclado de fresa - moagem e reutilização do asfalto antigo retirado das vias urbanas.



Fronteira ao Sul

Dentro do sistema proposto foi escolhido uma das Unidades de Integração para o desenvolvimento projetual. A escolha da área na fronteira ao Sul do PDS com o bairro - no caso Jd. Flamboyans -se justifica por dois motivos:

1. Pela proximidade com o assentamento Mário Lago, local que tivemos contato desde o início como grupo, em que foram feitos os trabalhos de campo, reuniões, conversas com as lideranças do MST, visita às cooperativas, etc.
2. Pela clara fronteira existente no local, separando fisicamente o assentamento da cidade, o que retoma as questões teóricas iniciais e insere uma complexidade ao desenvolvimento projetual.

No mapa à esquerda, a área de intervenção em destaque, assim como a relação entre ela, o caminho proposto e as três principais cooperativas do PDS.

A seguir, é apresentado de forma resumida as principais premissas para o projeto que será desenvolvido no próximo capítulo, bem como algumas aproximações da área de intervenção e suas problemáticas.

DIAGNÓSTICOS

DIFÍCULDADE DE ESCOAMENTO DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS NOS ASSENTAMENTOS.

Grande distância dos atuais Pontos de Venda;
Falta de infra-estrutura viária no interior do PDS;
Dificuldade de obtenção de registro municipal.

FALTA DE ESPAÇOS PÚBLICOS COM QUALIDADE NOS BAIRROS.

Muitos lotes vazios, com extensas áreas livres entre as edificações;
Ausência de espaços para o lazer e encontro; Praças abandonadas, apesar da disponibilidade de espaço.

PROPOSIÇÕES

PROPOR NOVAS FRENTES DE ESCOAMENTO DE ALIMENTOS NO BAIRRO.

Venda Direta, pela criação de espaço para realização de feiras;

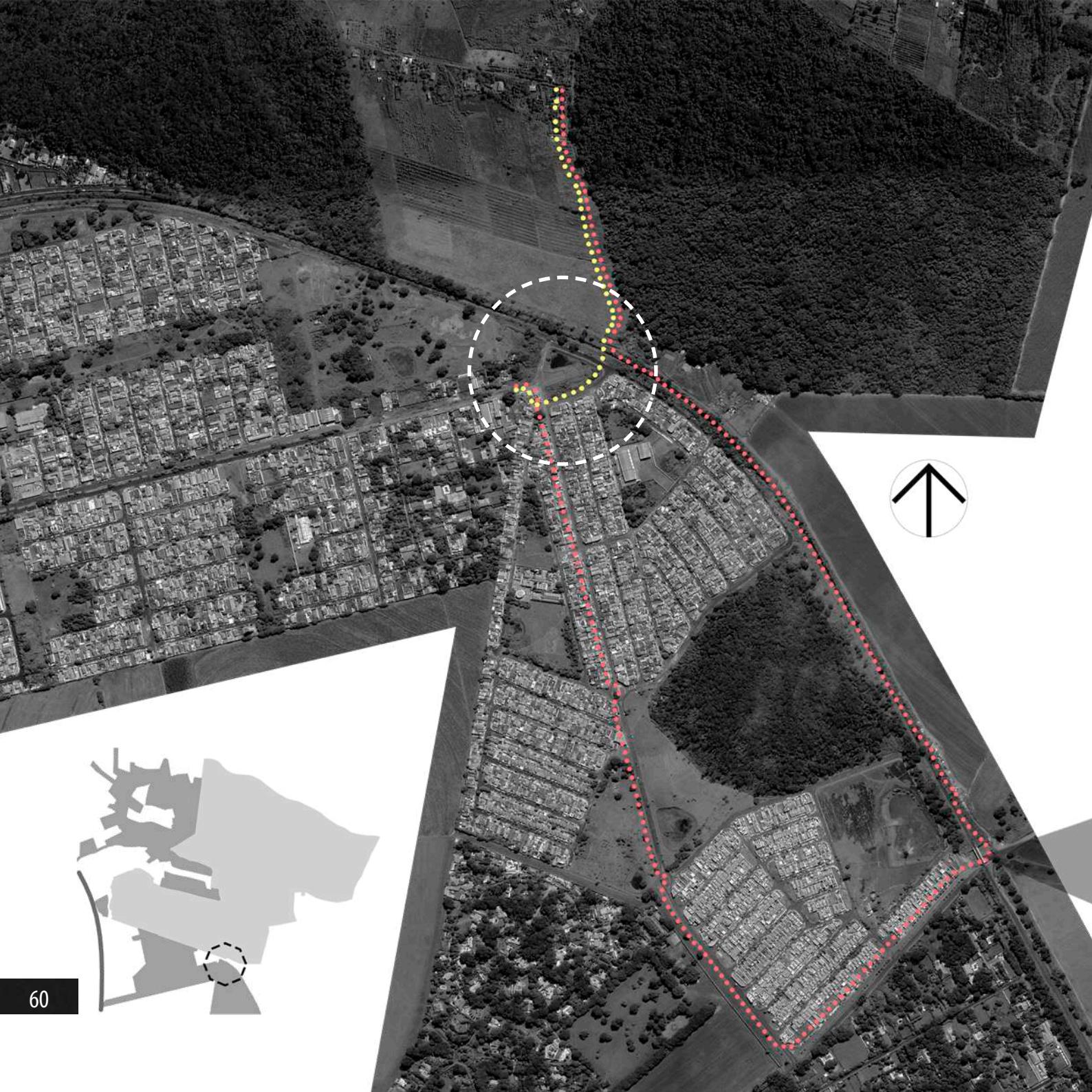
Venda Indireta, pela criação de um pequeno armazém do MST;

Fornecimento de alimentos, pela criação de uma cozinha coletiva.

ESTABELECER UM LOCAL DE LAZER E ENCONTRO.

Articular com centralidades pré-existentes, como as feiras livres, escolas, comércios e igrejas;

Criar lugares agradáveis para estar.



Linha Férrea

A primeira aproximação na área, uma problemática surge: a presença de uma linha férrea, destinada ao escoamento industrial da região. A implantação da linha causa uma fratura no local, com uma escavação no solo que chega a 6 metros de profundidade próximo à área de intervenção. Com isso, o acesso do PDS para o bairro fica comprometido, com uma única transposição a alguns quilômetros de distância (ver fotografia abaixo). Por isso, estuda-se a proposição de um caminho alternativo, como representado abaixo:



Trajeto Atual [4,2 Km]

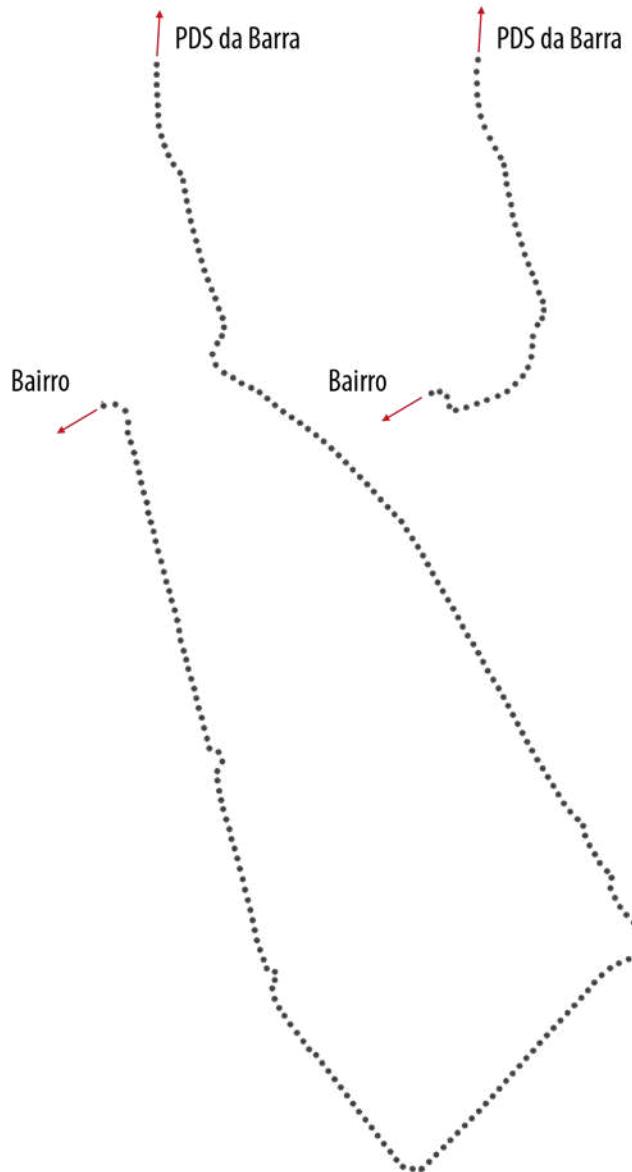
| | 52 min | 14 min | 10 min |
|---------|--------|--------|--------|
| Walking | | | |
| Cycling | | | |
| Car | | | |

Trajeto Proposto [900m]

| | 11 min | 3 min | 3 min |
|---------|--------|-------|-------|
| Walking | | | |
| Cycling | | | |
| Car | | | |



Trajeto Antigo Trajeto Proposto



4.4 APROXIMAÇÕES | PAISAGEM





FIGURA 17 - BAIRRO PQ. DOS FLAMBOYANS. FONTE: ACERVO DO GRUPO.



FIGURA 15 - VISTA DO LOTE COLETIVO. FONTE: ACERVO DO GRUPO.



FIGURA 16 - VISTA DA LINHA FÉRREA. FONTE: ACERVO DO GRUPO.



Feira da Cidade, Ananindeua, Pará

O projeto em questão trata-se de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Ananindeua em remanejar uma feira de rua chamada “Feira do Quatro”, para desafogar as ruas e de devolver para a cidade um equipamento urbano bem estruturado para esse fim.

Seu projeto consistiu em constituir uma grande cobertura independente em lona tensionada por estrutura metálica. A estrutura está organizada em três tipologias a partir de módulos hexagonais para se adequar à quadra triangular sem que haja espaços não cobertos.

O programa no interior se articula para que de dentro da cobertura seja possível ter uma visão geral do espaço, com uma disposição de balcões de venda baixos, enquanto nas extremidades são alocados os boxes fechados, que reforçam o papel das ruas auxiliares. Ao centro os boxes dão lugar à bancas baixas cuja disposição conformam um espaço de estar para descanso com mobiliários.

Para o desenvolvimento do trabalho final de graduação interessa o reconhecimento da dificuldade de se constituir de forma artificial uma edificação dessa natureza. O desafio reside na adoção ou não do novo espaço pela população enquanto espaço simbólico, assim como era utilizada a antiga feira. Assim, a questão que se coloca é se seria possível um projeto de



FIGURA 18 - VISTA AÉREA DA FEIRA. FONTE: ARCHDAILY, PÁGINA DA INTERNET. AUTOR: OCTAVIO CARDOSO.



FIGURA 19 - FUNCIONAMENTO NOTURNO DA FEIRA FONTE: ARCHDAILY, PÁGINA DA INTERNET. AUTOR: OCTAVIO CARDOSO.

4.5 REFERÊNCIAS PROJETUAIS | FEIRA DA CIDADE



FIGURA 20 - VISÃO INTERNA. FONTE: ARCHDAILY, PÁGINA DA INTERNET. AUTOR: OCTAVIO CARDOSO.

4.5 REFERÊNCIAS PROJETUAIS | MERCADO PÚBLICO DE LONGBAXIANG



FIGURA 21 - VISTA AÉREA DO MERCADO. FONTE: ARCHDAILY, PÁGINA DA INTERNET. AUTOR: LIAN HE.



FIGURA 22 - VISTA DO MERCADO ILUMINADO. FONTE: ARCHDAILY, PÁGINA DA INTERNET. AUTOR: LIAN HE.

Mercado Público de Longbaxiang, China

“Longba Town ou Longbaxiang é uma comunidade rural composta por dezenove pequenos vilarejos no centro leste da China. Como na maioria dos pequenos povoados do interior do país, Longa Town se organiza ao longo de uma única via ou estrada, aonde se comercializam todos os tipos de produtos agrícolas produzidos na região. A carência de um espaço especializado para a comercialização destes produtos faz com que até mesmo animais sejam abatidos na beira da estrada. Em resposta a isso, as autoridades locais demarcaram um pequeno terreno de propriedade do estado para a construção de um mercado público aonde todos os produtores rurais das pequenas comunidades adjacentes podem se reunir para comercializar seus mais variados produtos. Além disso, esta estrutura de 2.500 metros quadrados é muito mais do que um simples mercado, ela também será utilizada para a realização de festivais e atividades cul-



FIGURA 23 - VISTA DO INTERNA DO MERCADO. FONTE: ARCHDAILY, PÁGINA DA INTERNET. AUTOR: LIAN HE.

FIGURA 24 - INAUGURAÇÃO DO ENTREPOSTO DO PRODUTOR, EM PORTO FELIZ. FONTE: ONG INICIATIVA VERDE, PÁGINA DA INTERNET. AUTOR: DESCONHECIDO.



4.5 REFERÊNCIAS PROJETUAIS | ENTREPOSTO DO PRODUTOR

Entreposto do Produtor, Assentamento Rural de Porto Feliz

Em julho de 2010, foi inaugurado na cidade de Porto Feliz - SP o Entreposto do Produtor Rural do Assentamento Porto Feliz. O entreposto situa-se às margens da rodovia Castelo Branco, e destina-se à comercialização de produtos da reforma agrária provenientes do assentamento.

O assentamento conta com 1100 hectares (cerca de 70% da extensão do PDS da Barra), sendo 780 hectares para a produção agrícola e moradia das cerca de 83 famílias.

A construção do entreposto foi resultado de um processo de articulação entre o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania e as cooperativas de assentados e possibilitou um escoamento melhor para a produção de alimentos desenvolvida no interior do assentamento, o que fortaleceu as cooperativas existentes e a agricultura familiar como um todo na região.

São vendidos frutas, legumes e hortaliças, produzidas diretamente no assentamento, além de

5. O Projeto

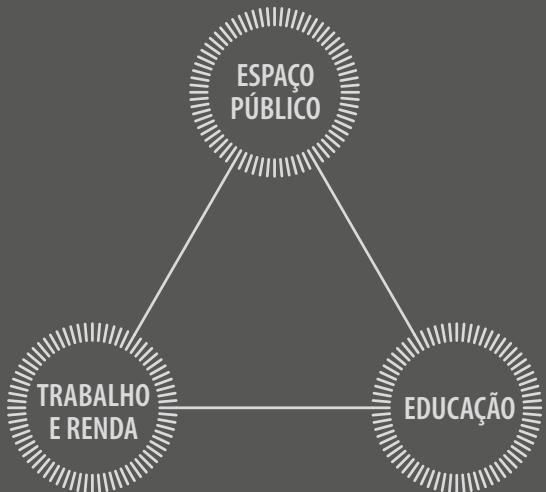


FIGURA 25 - FOTOGRAFIA DO CONTADO DO PDS COM O BAIRRO PQ. DOS FLAMBOYANS. FONTE: ACERVO DO GRUPO AUTOR; AUTORIA PRÓPRIA.

O capítulo a seguir refere-se à proposta projetual para o ponto de intervenção escolhido. Apresenta as principais diretrizes e, por último, parte-se para a experimentação, com reflexões sobre o programa dos edifícios



5.1 PROGRAMA I CONCEITOS-CHAVE



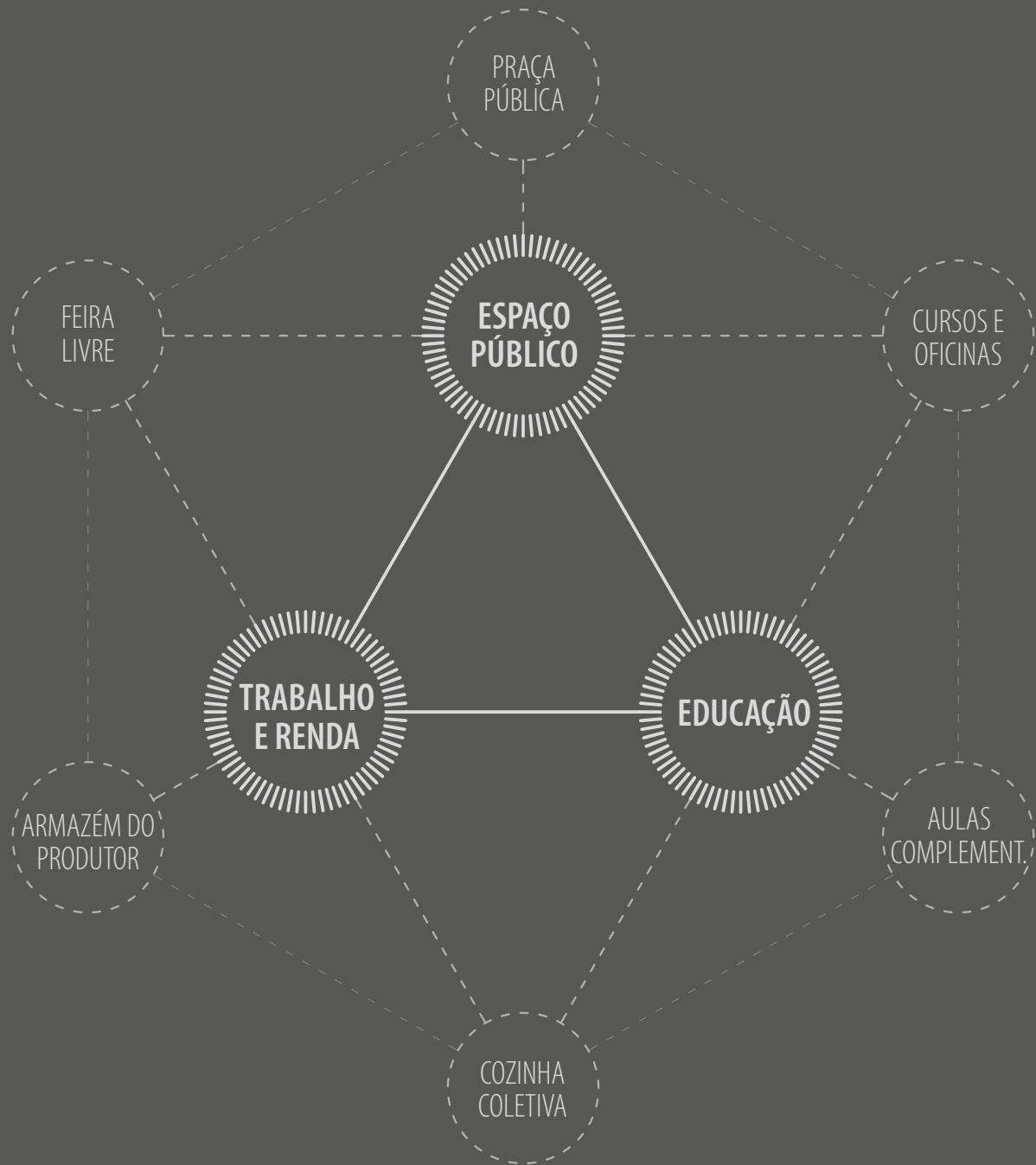
Para a conformação de um programa para os edifícios propostos nos limites do assentamento, foi necessário retomar os conceitos-chave que nortearam o sistema de equipamentos. A partir da sobreposição desses conceitos, Educação, Trabalho e Renda e Espaço Público, foi possível expandi-los, de modo a vislumbrar possibilidades de uso que se enquadrasssem melhor nas propostas iniciais, auxiliando no processo de transformar as demandas observadas a partir das leituras e das visitas à campo em categorias de usos, além de mostrar articulações possíveis entre os temas e os usos derivados dessas articulações.

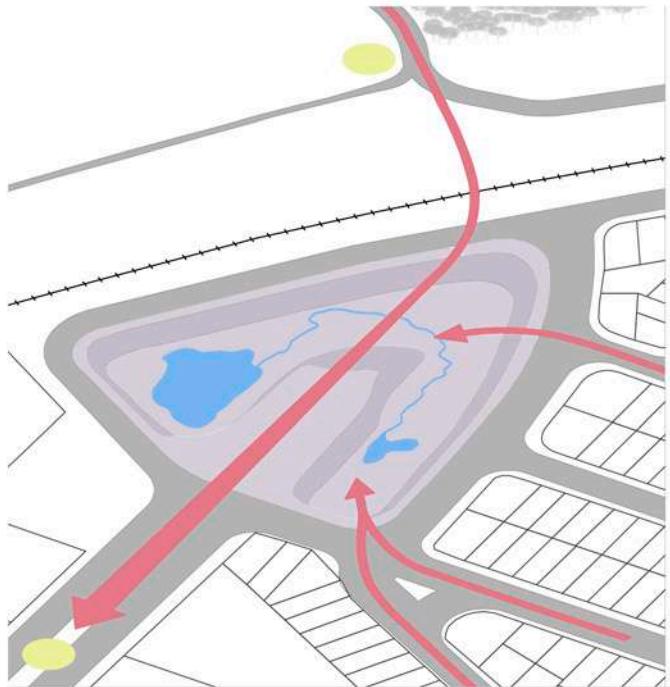
Em suma, a partir da necessidade levantada de espaços de escoamento da produção de alimentos e de espaços públicos, foi propostos usos que trabalhem essas questões de três formas:

Venda Direta: Um galpão aberto para o espaço público que serve de passagem e tem capacidade para receber tanto a feira livre do bairro como outros espaços de venda constituídos pelos próprios assentados.

Venda Indireta: Um pequeno armazém, de gestão do MST, para a comercialização direta de alimentos beneficiados ou não, produzidos pelas principais cooperativas e assentados vinculados ao movimento.

Fornecimento de Insumos: Uma cozinha de pequeno porte, gerida pelo município, que possa vender tanto refeições de baixo custo aos moradores do entorno, como para entregar marmitas para algumas indústrias localizadas na região.



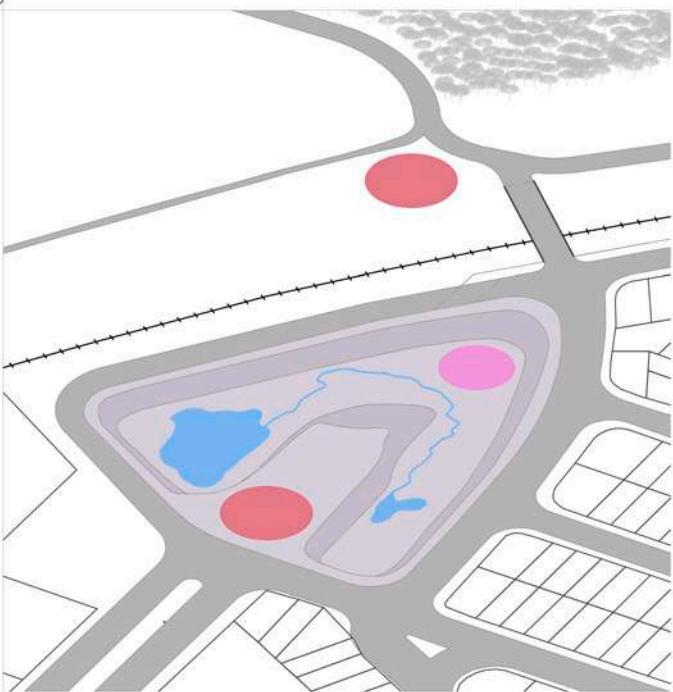


Estares

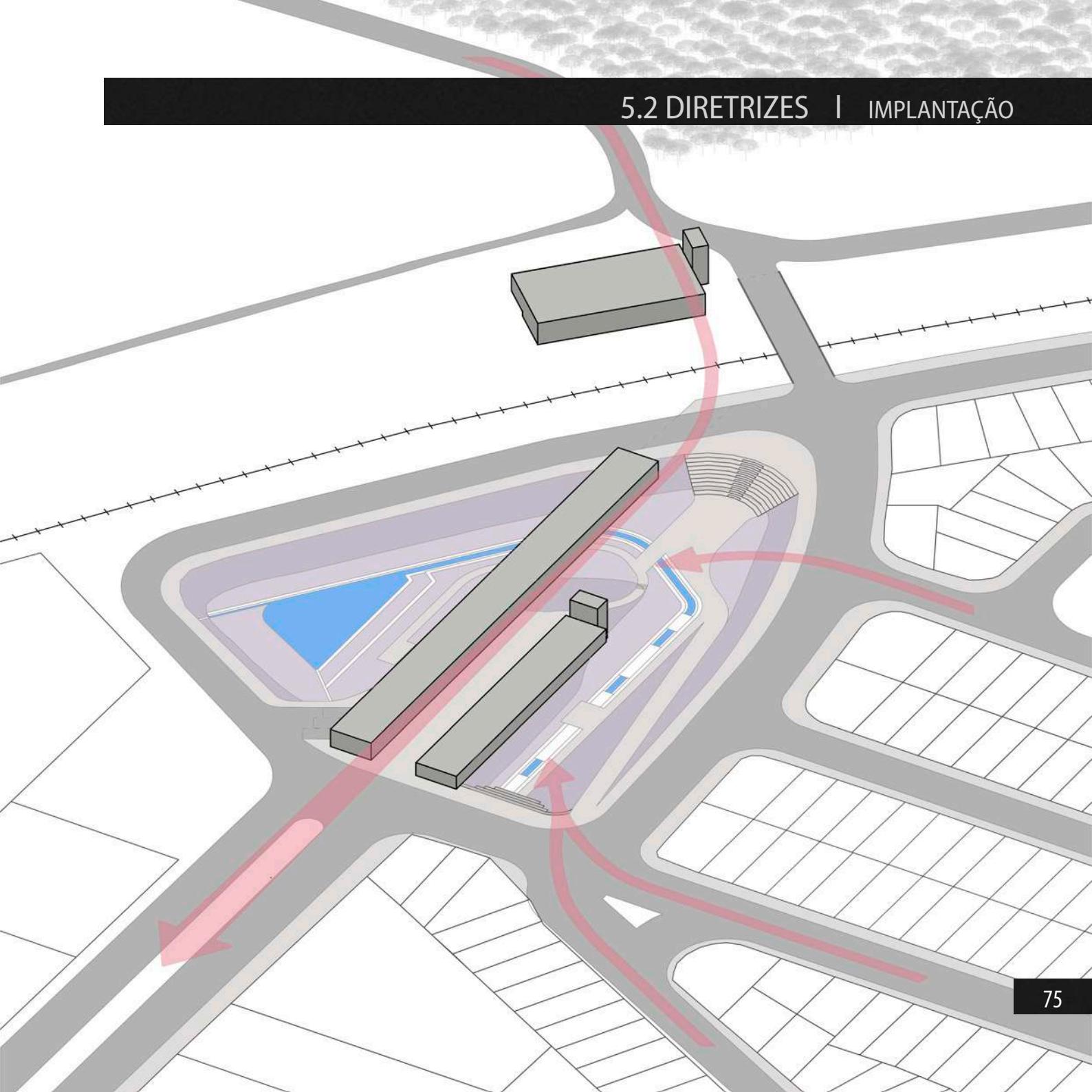
À direita, os locais que concentram os usos e que, possivelmente, podem se tornarem pontos de atração de pessoas. Em vermelho, os pontos que concentram os programas, e em rosa, a principal área livre.

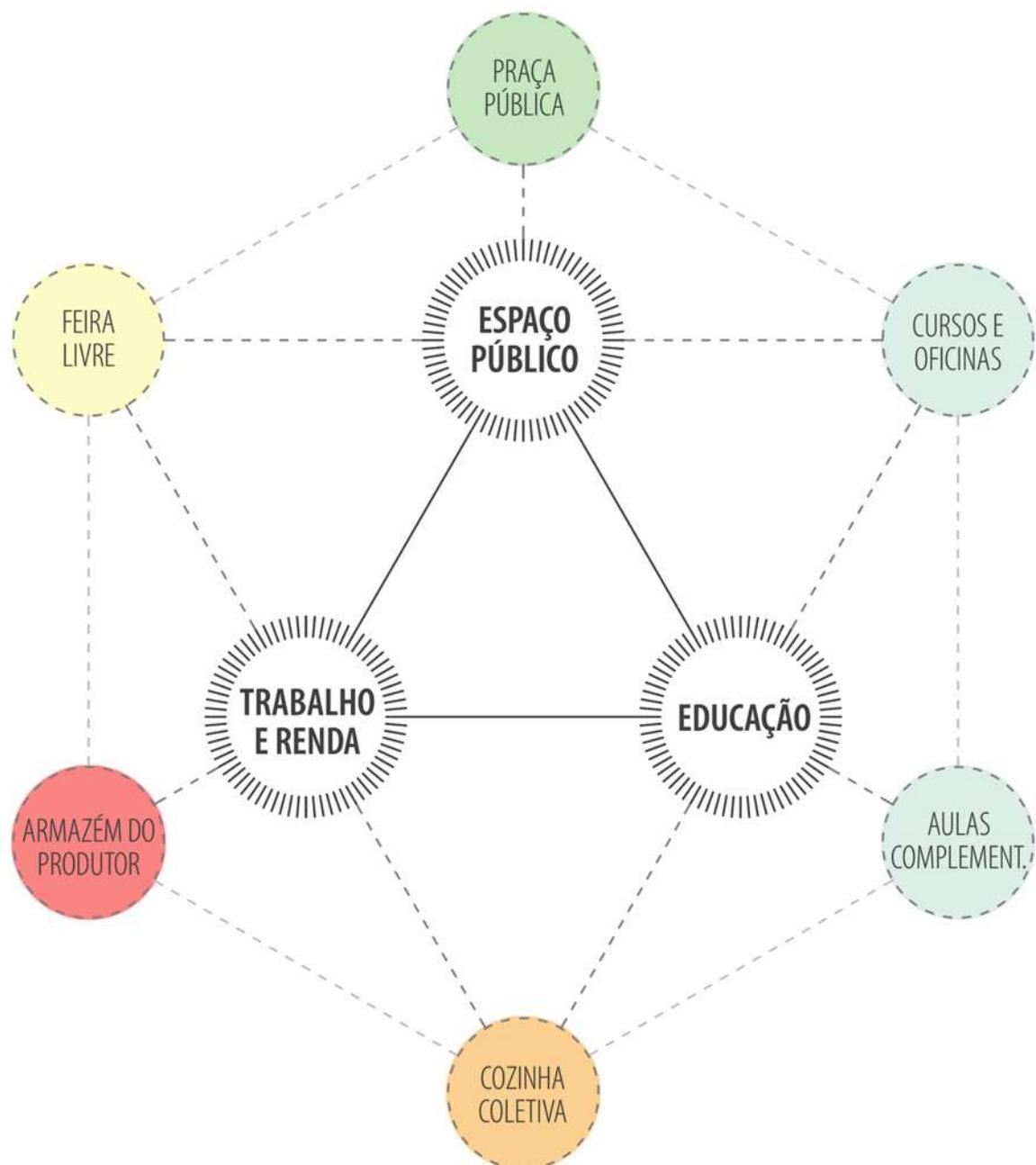
Fluxos

À esquerda, aparece o principal fluxo proposto que norteia a implantação do projeto, bem como outros fluxos secundários a partir das principais vias e os pontos de ônibus, um proposto [acima], outro existente [abaixo].

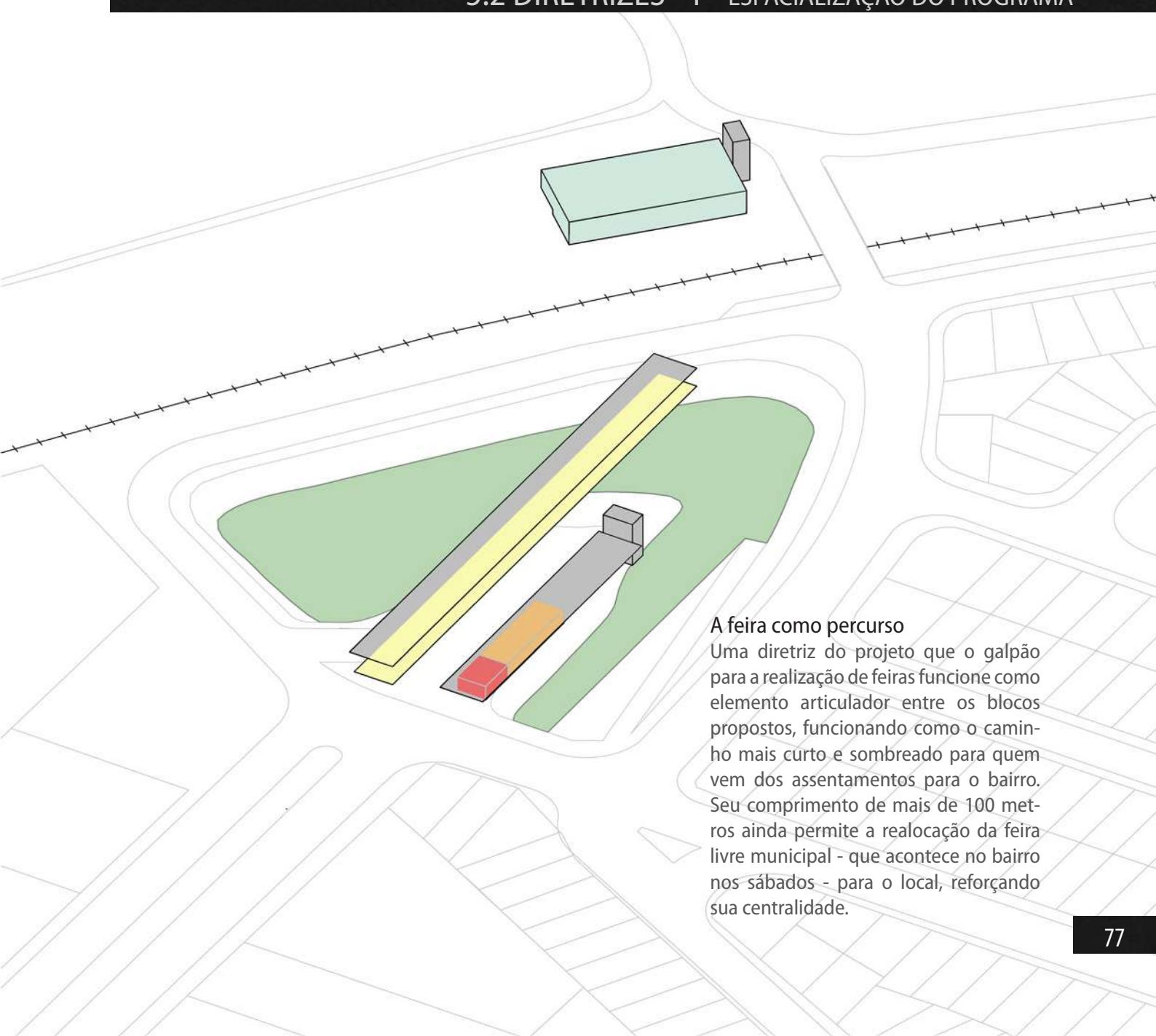


5.2 DIRETRIZES I IMPLANTAÇÃO





5.2 DIRETRIZES I ESPACIALIZAÇÃO DO PROGRAMA



A feira como percurso

Uma diretriz do projeto que o galpão para a realização de feiras funcione como elemento articulador entre os blocos propostos, funcionando como o caminho mais curto e sombreado para quem vem dos assentamentos para o bairro. Seu comprimento de mais de 100 metros ainda permite a realocação da feira livre municipal - que acontece no bairro nos sábados - para o local, reforçando sua centralidade.

5.3 INUNDAÇÃO | SAZONALIDADE



Sem acúmulo pluvial.
Foto de 08/07/2018, na
época mais seca do ano.

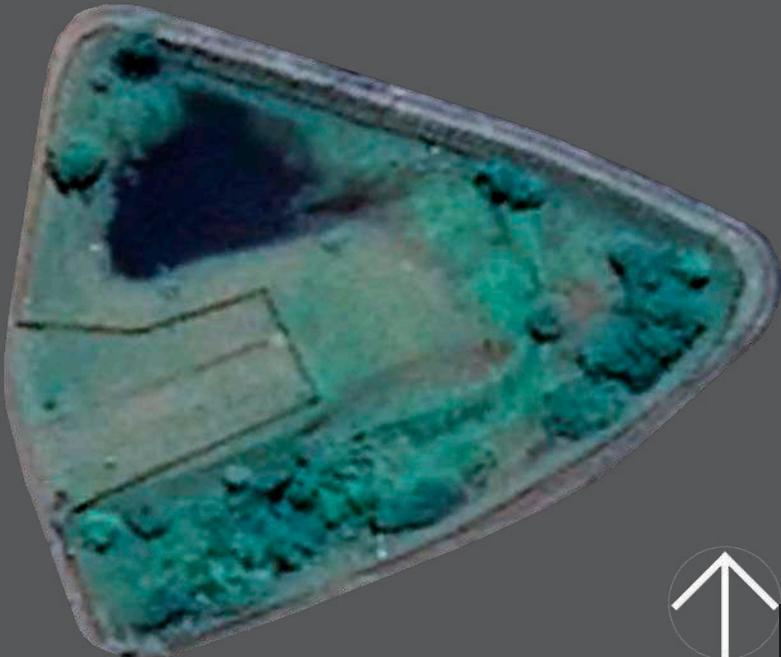


Baixo acúmulo pluvial.
Foto de 28/04/2017, já no ou-
tono.





Acúmulo pluvial intenso.
Foto de 10/04/2019, logo
após o período de chuvas.



Acúmulo pluvial considerável.
Foto de 16/02/2018, durante
a estação de chuvas.



5.3 INUNDAÇÃO | PROPOSTA

Conduzir a água

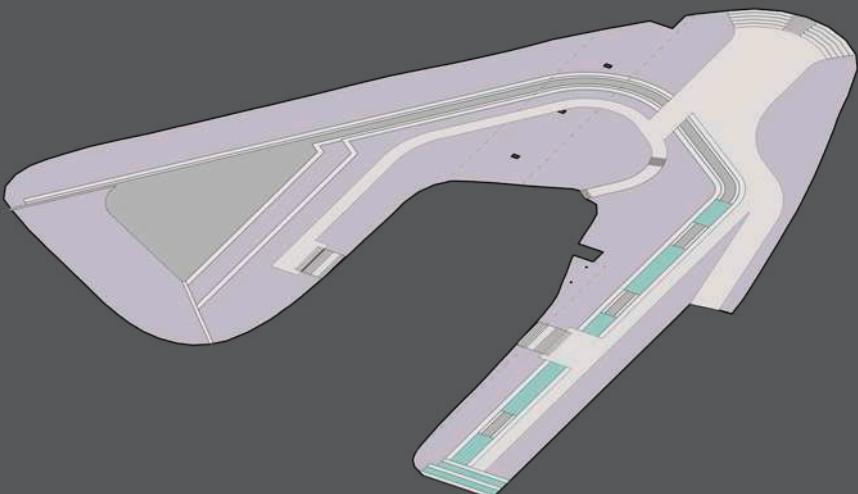
Tendo em vista a problemática ambiental de toda a região, referente à necessidade da recarga do aquífero guarani e a morfologia física da área de intervenção, obtem-se uma das principais diretrizes para o projeto: constituir uma praça abaixo do nível da rua, com função dupla, de lazer e infiltração pluvial.

A idéia aqui é se utilizar do acúmulo sazonal de água da chuva como um dado de projeto. Nesse sentido foi estabelecido uma espécie de calha que percorre toda a extenção da área rebaixada e se alarga na região onde há maior acúmulo de água.

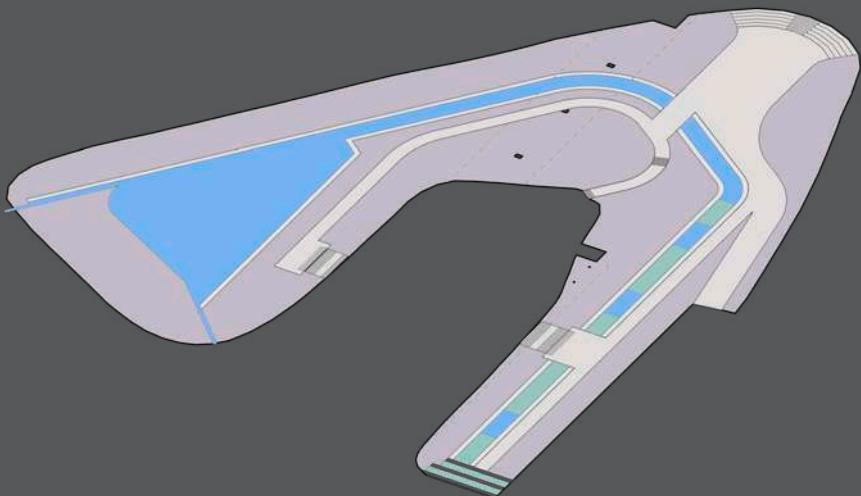
Ao lado, o digrama demonstra melhor essa questão. Assim, nos períodos mais secos do ano, a calha funciona como mobiliário e nichos de vegetação baixa, enquanto nos mais chuvosos faz a função de uma pequena bacia de retenção/infiltração.

A presença da água e a sazonalidade tornam-se, portanto, elementos centrais no desenho do espaço público do equipamento proposto.

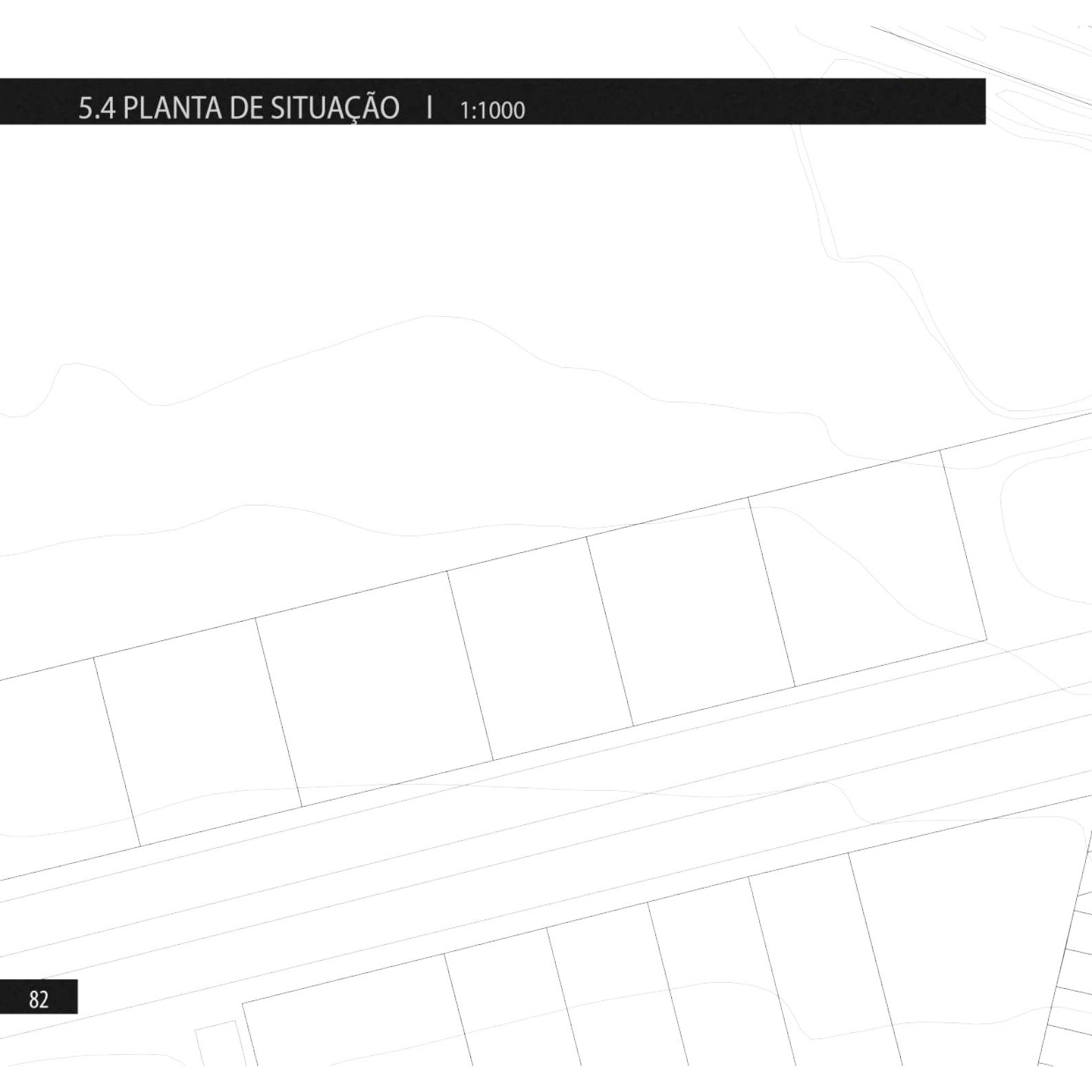
Sem Acúmulo Pluvial.
Para boa parte do ano,
os espaços rebaixados servem como
mobiliário.

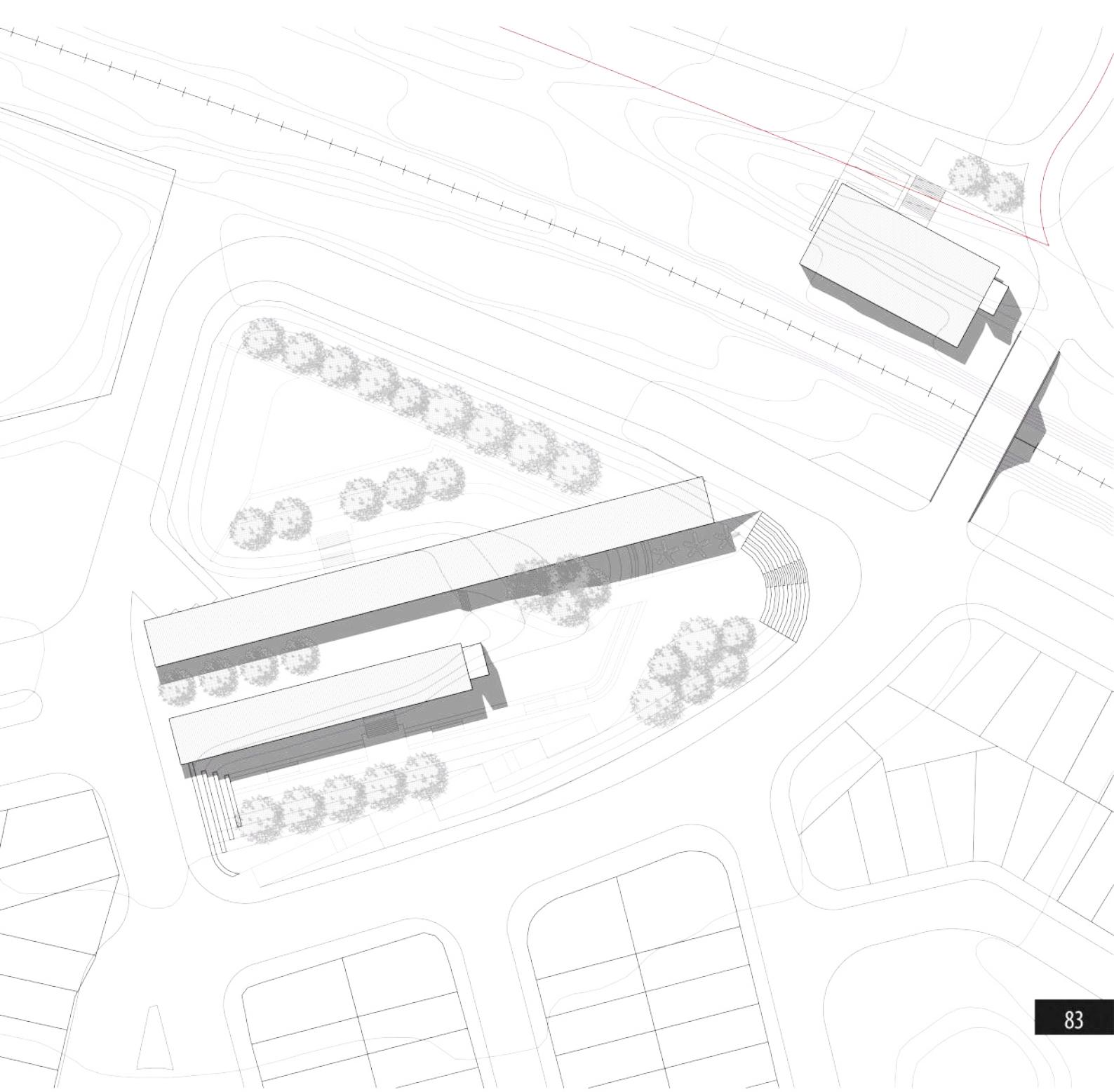


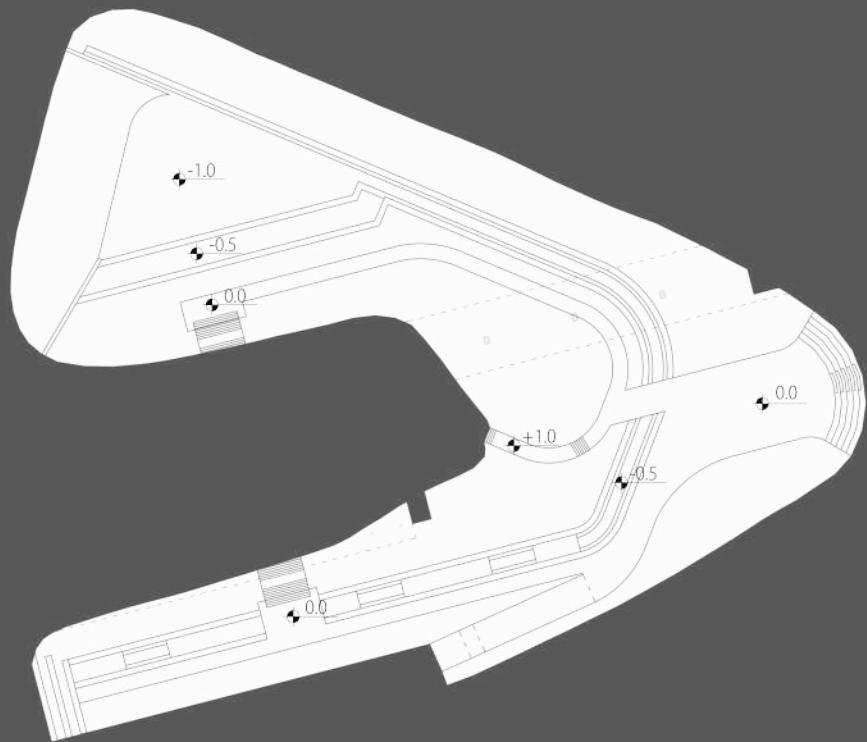
**Acúmulo pluvial
máximo.**
Nos meses de cheia,
a área rebaixada atua
como bacia de retenção
e infiltração.

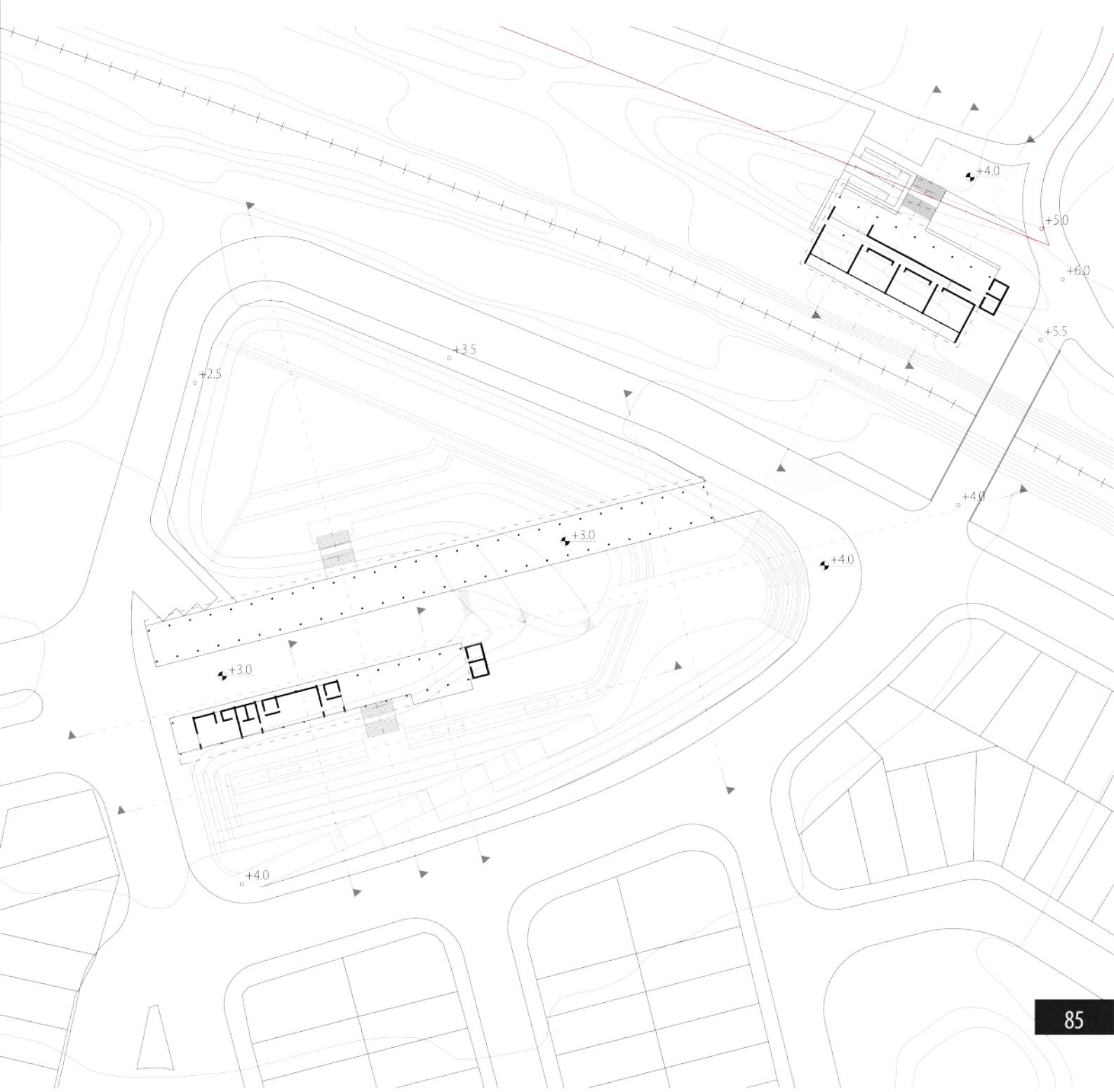


5.4 PLANTA DE SITUAÇÃO | 1:1000

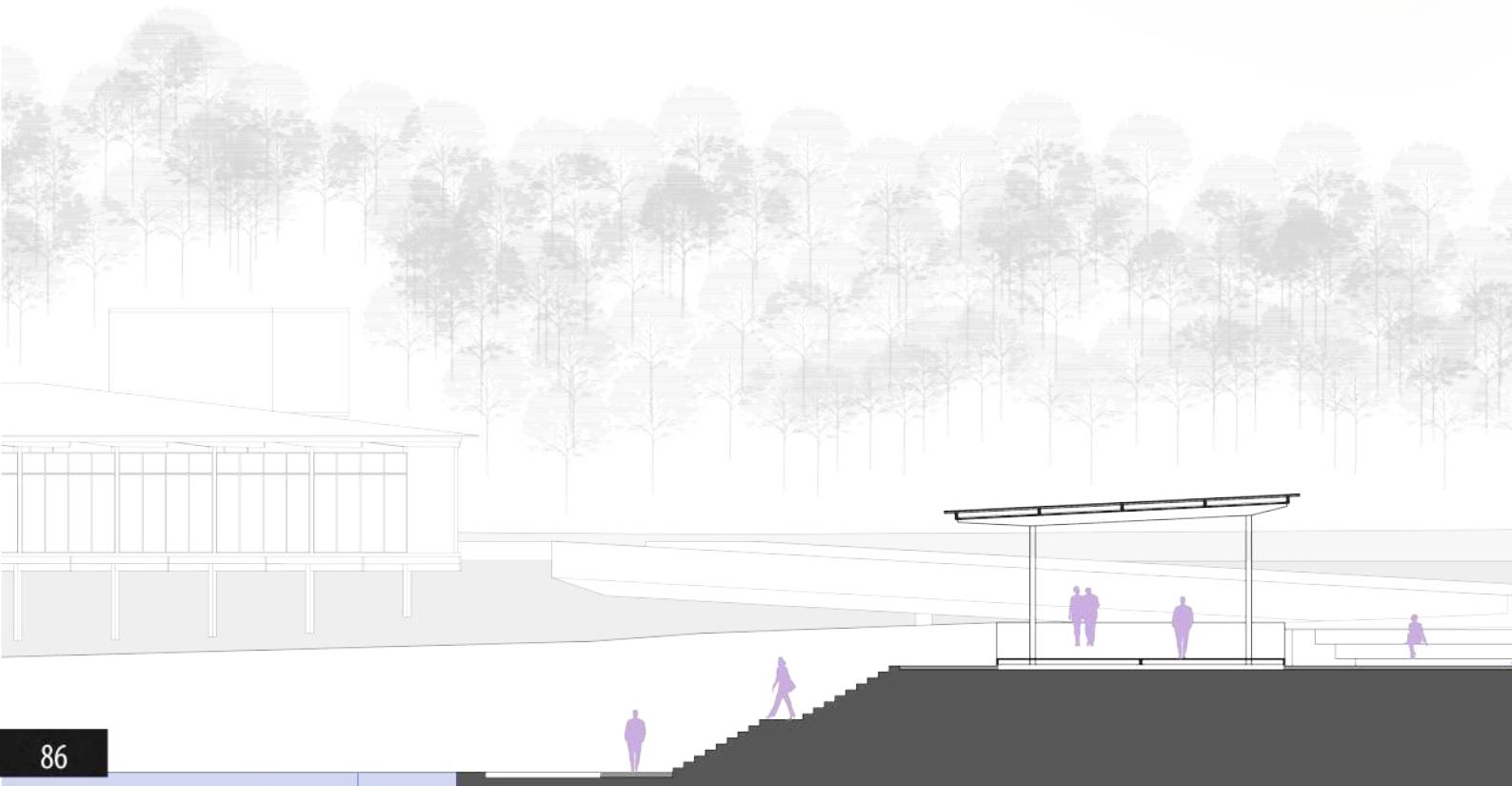


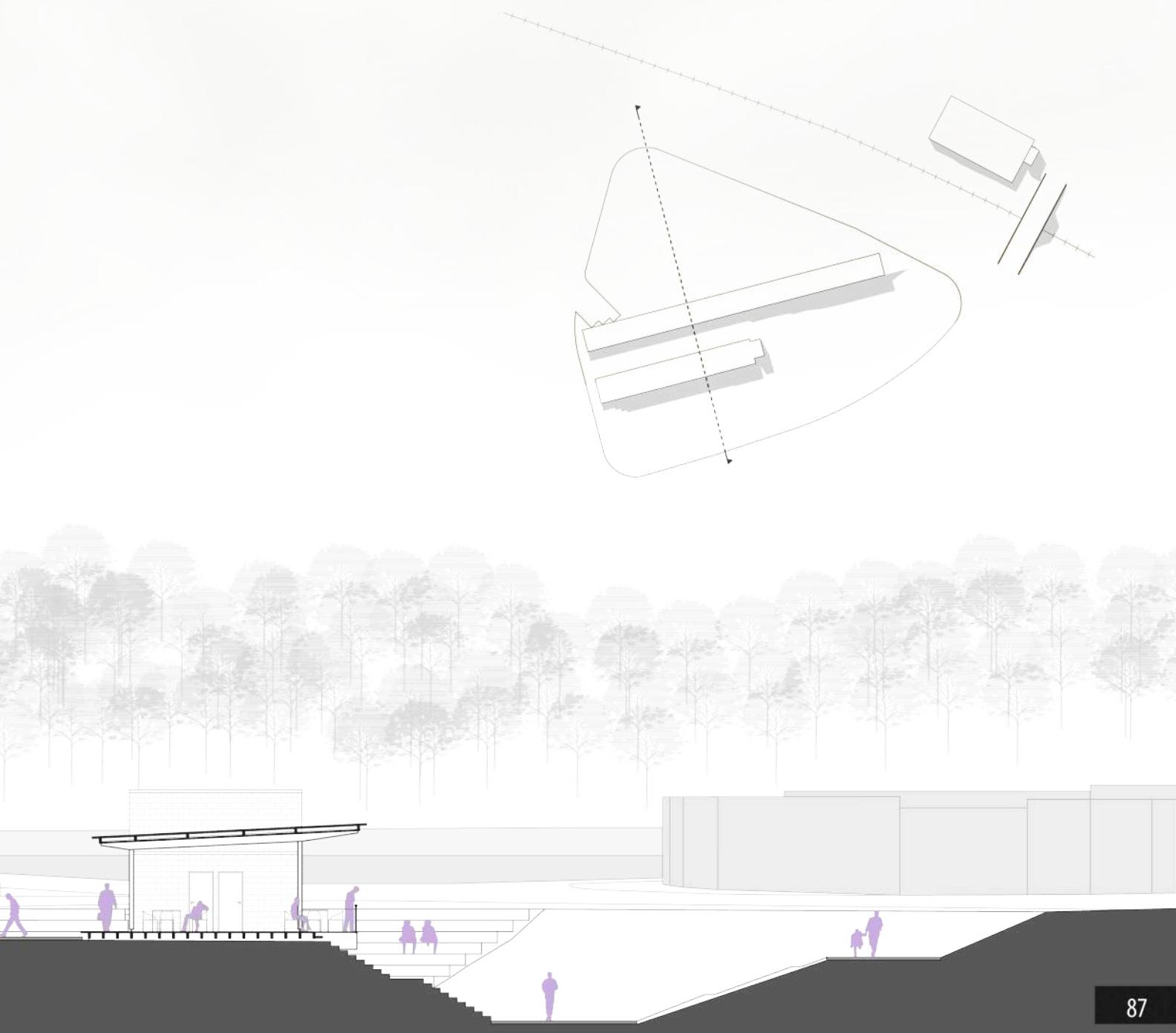




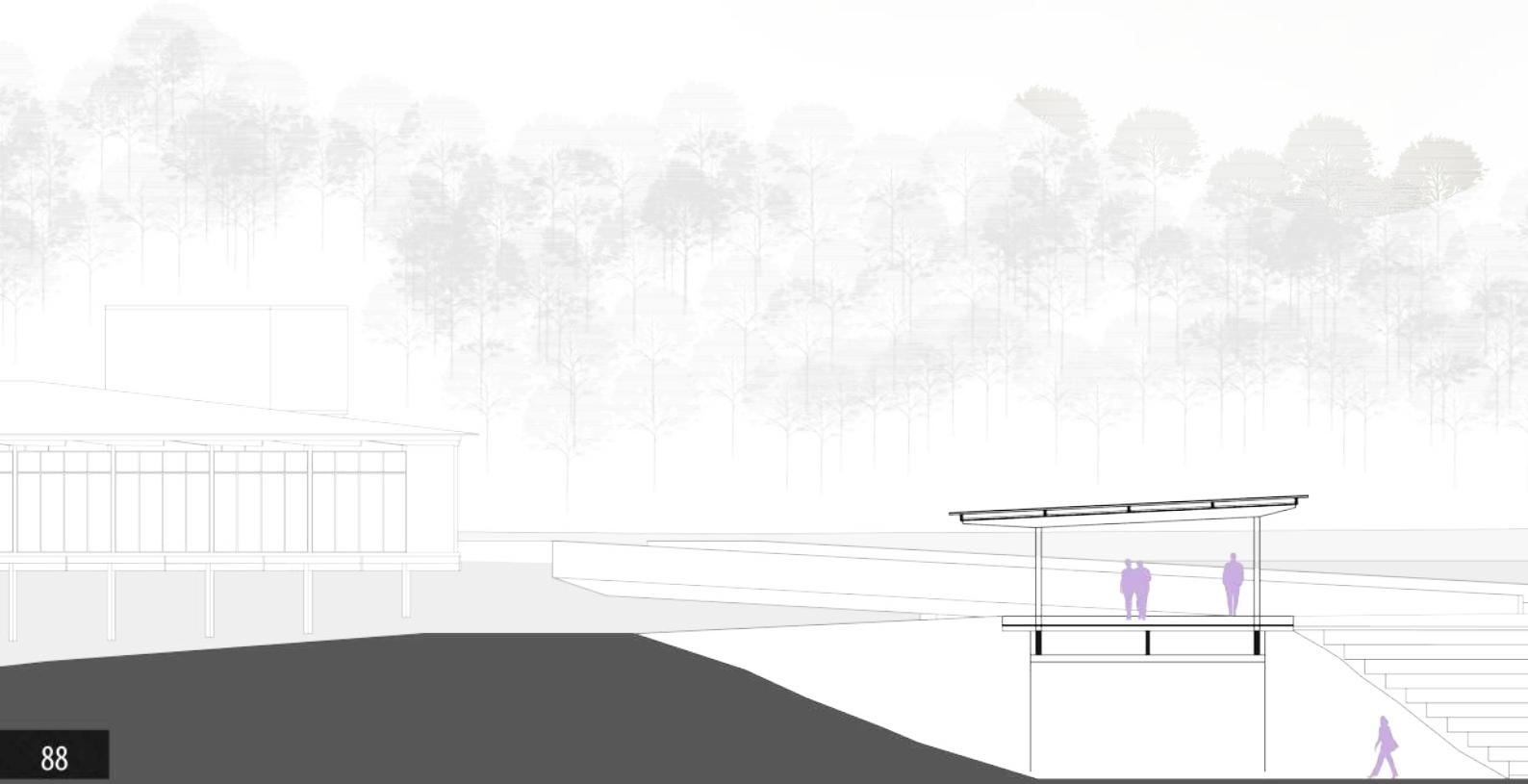


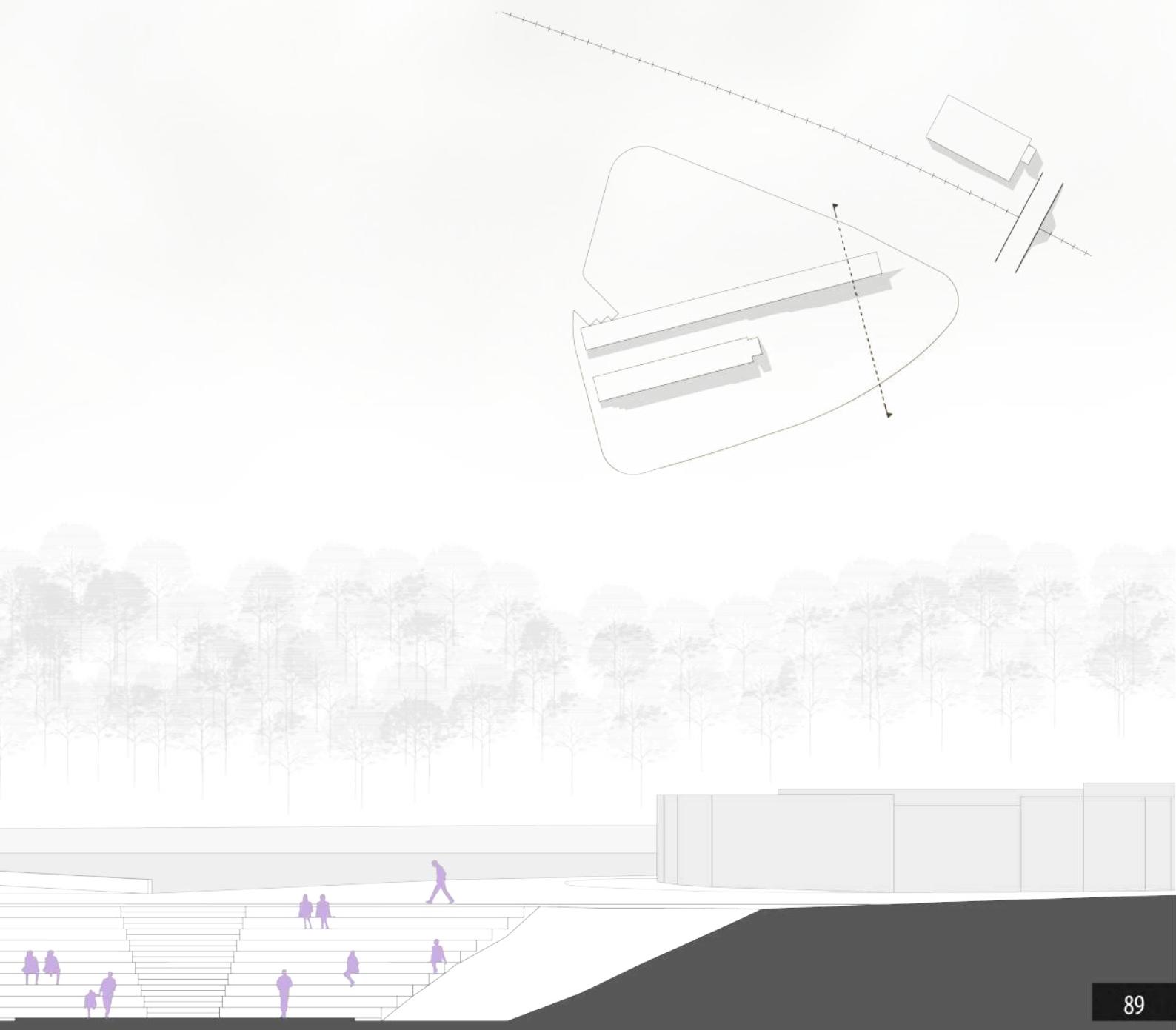
5.6 CORTES GERAIS | CORTE 1 | 1:200





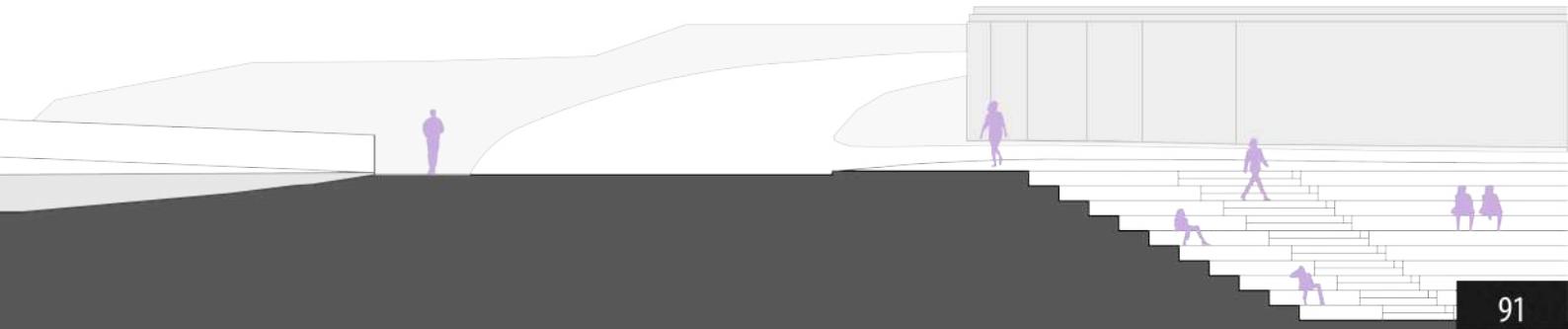
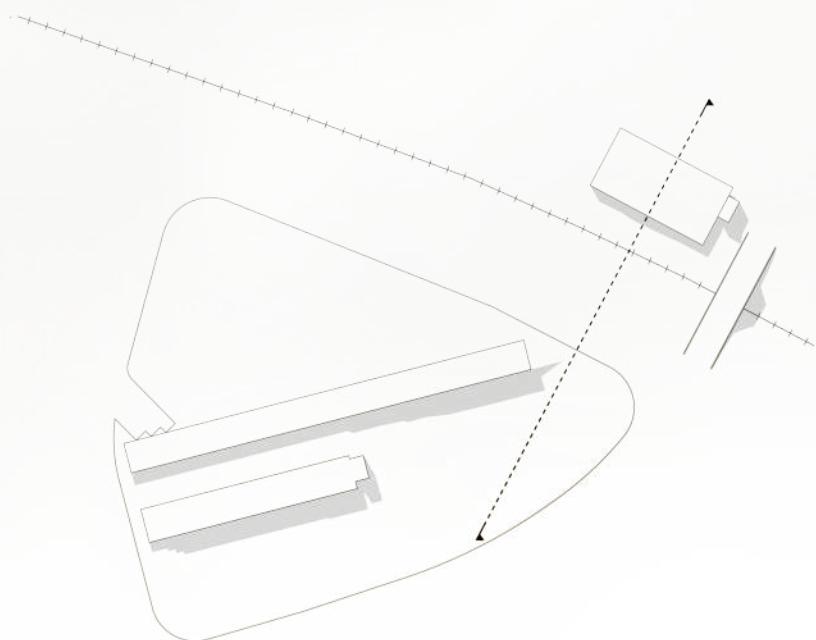
5.6 CORTES GERAIS | CORTE 2 | 1:200



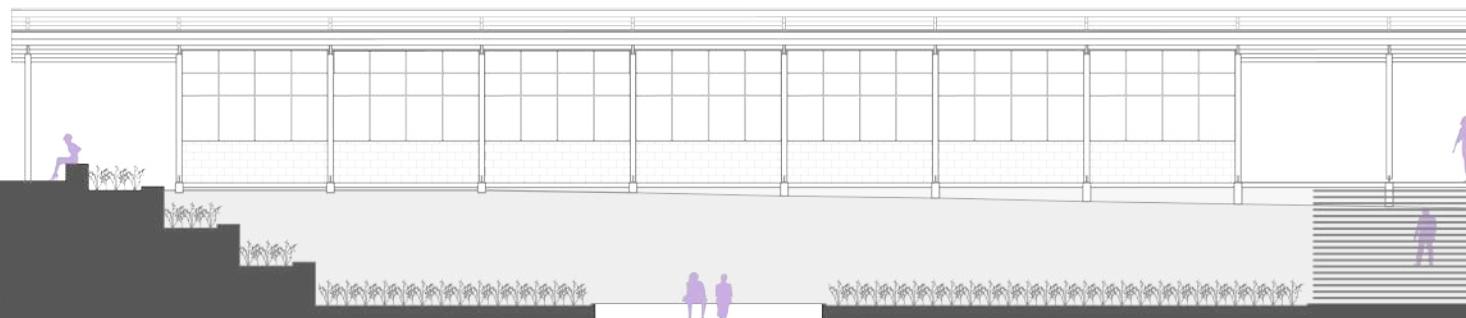


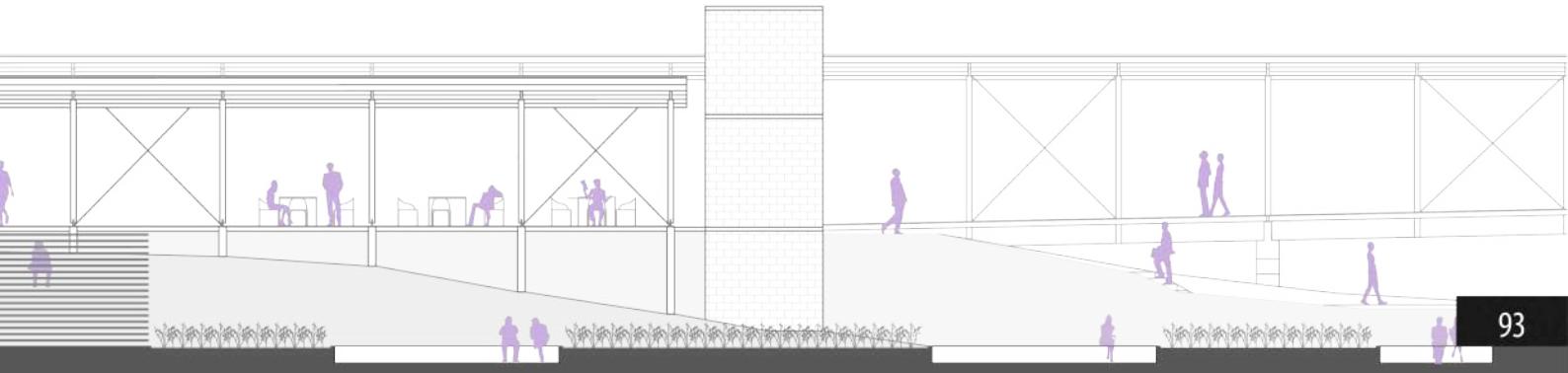
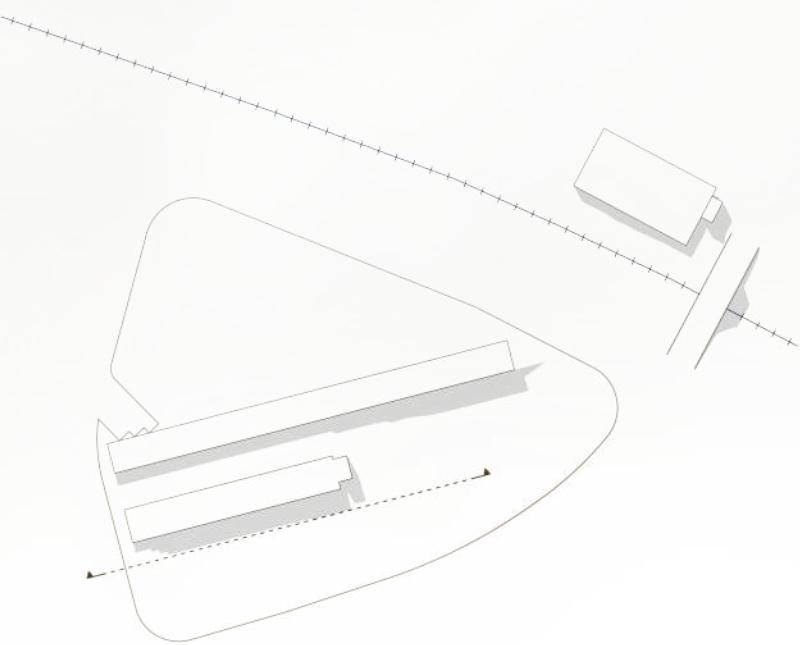
5.6 CORTES GERAIS | CORTE 3 | 1:200

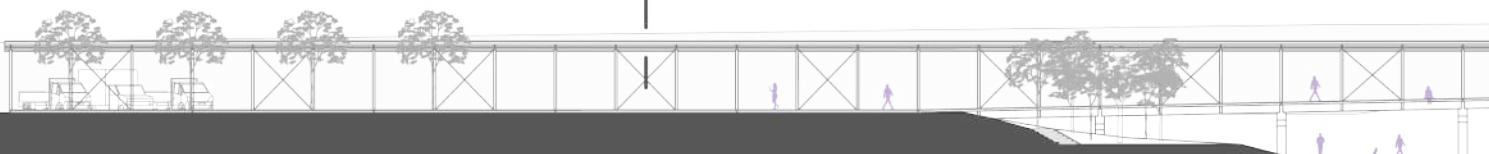




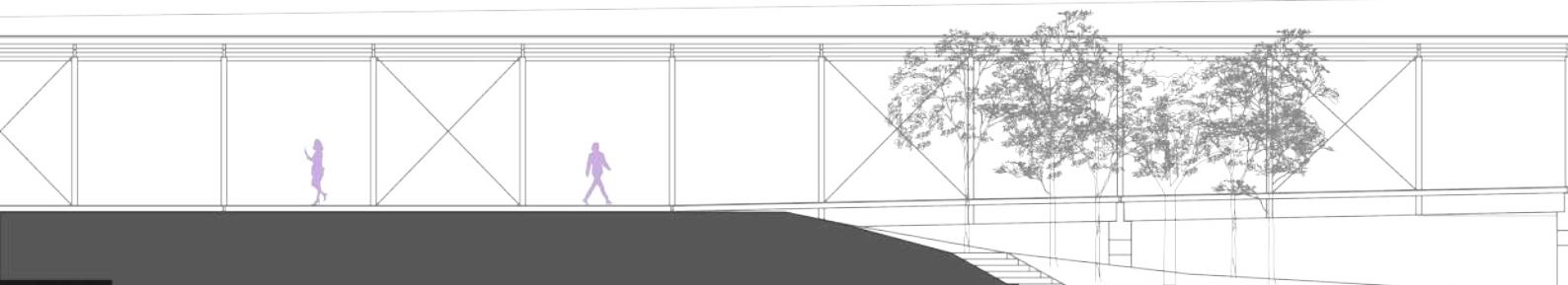
5.6 CORTES GERAIS | CORTE 4 | 1:200

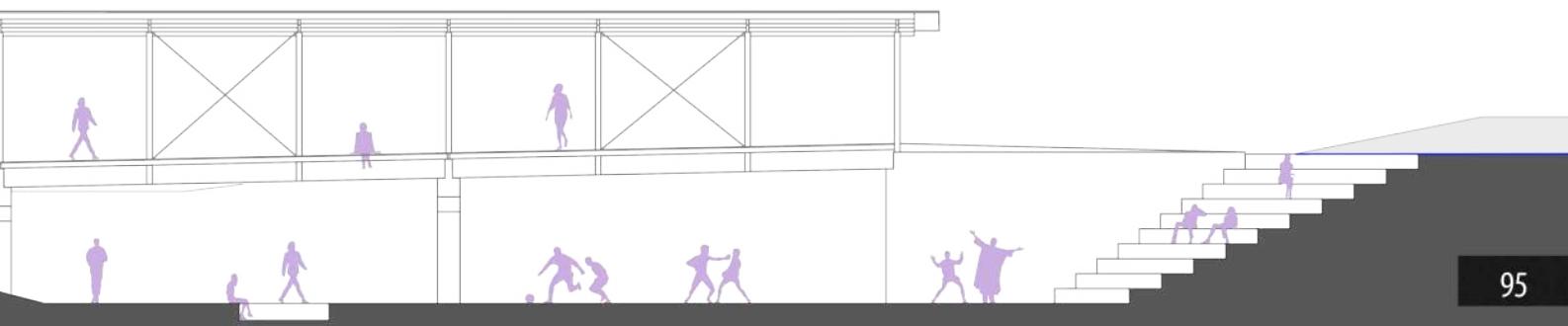
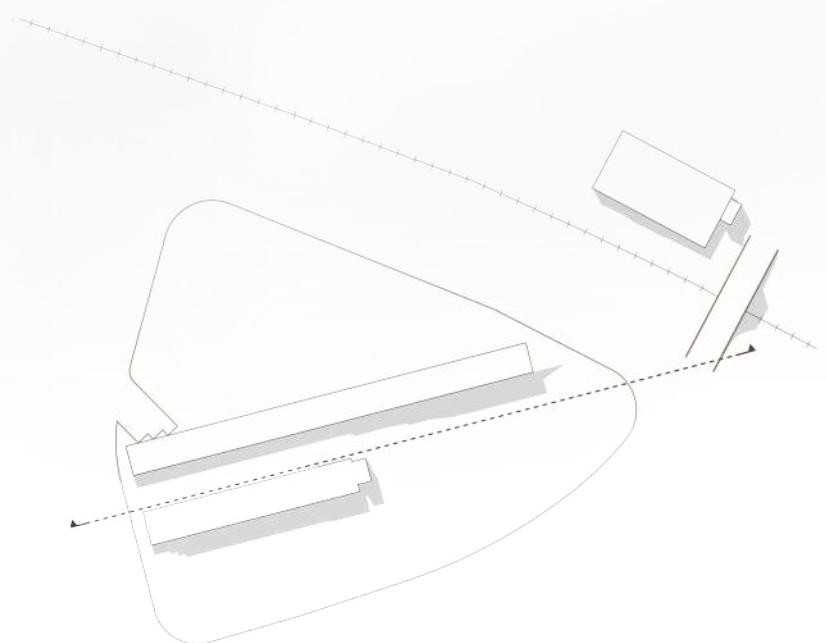
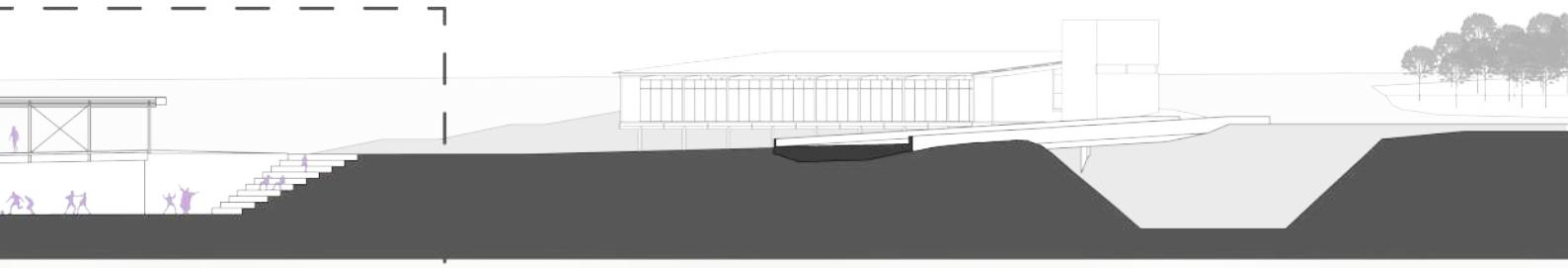


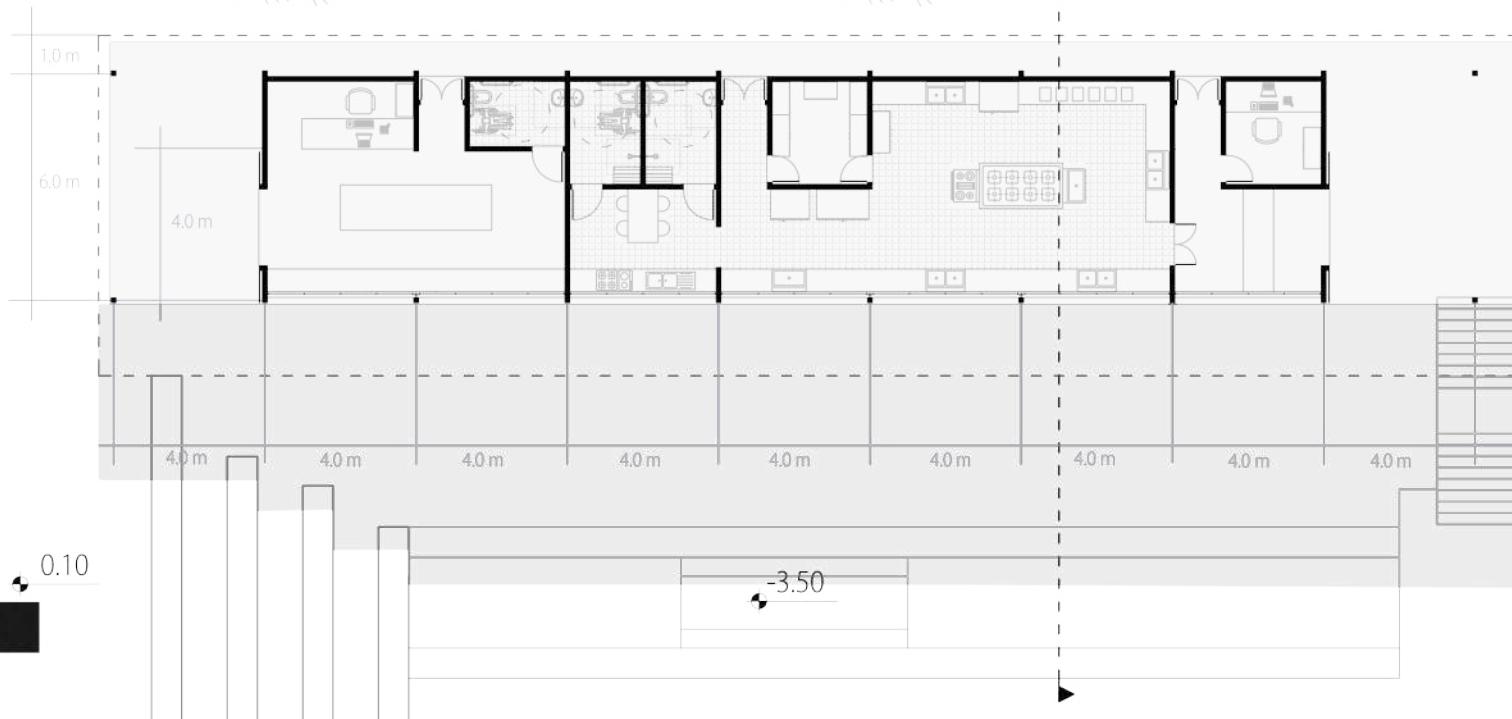
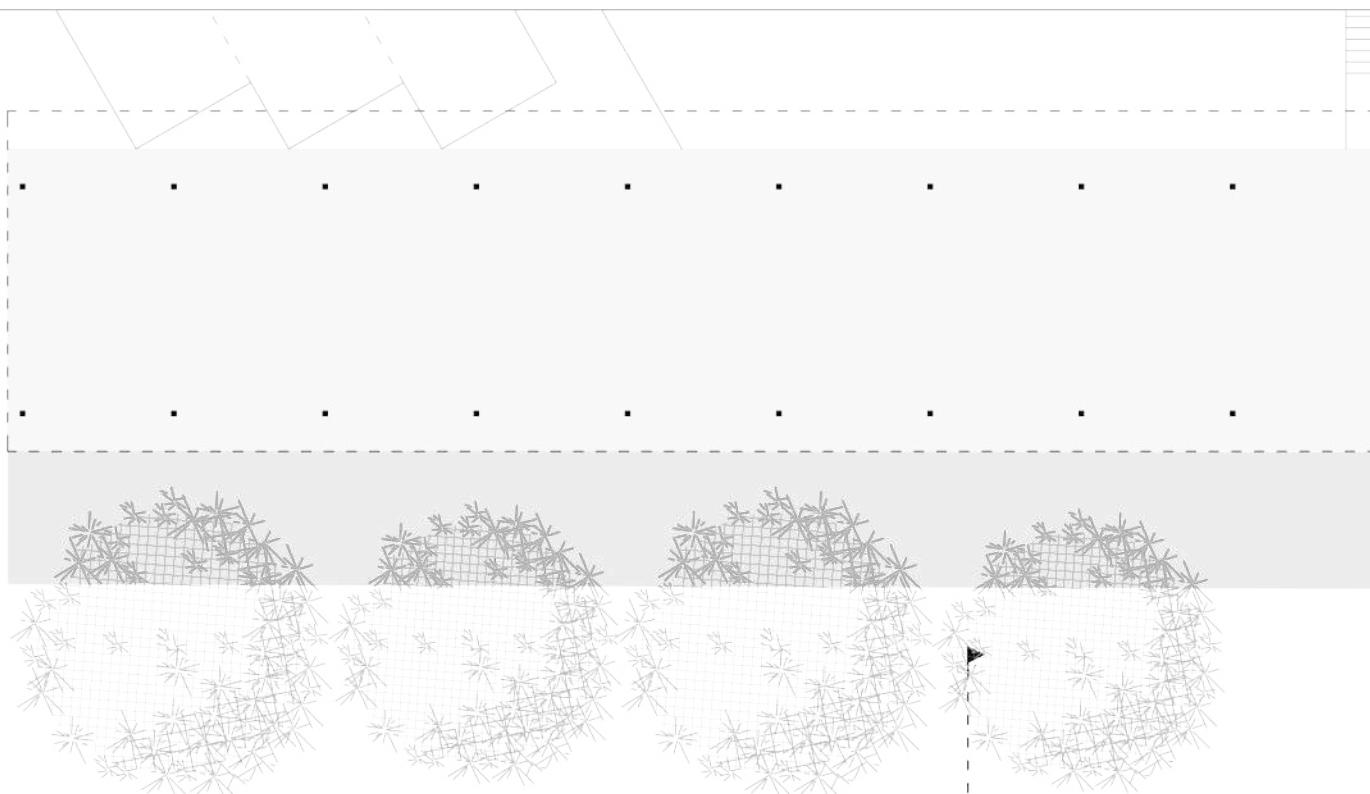




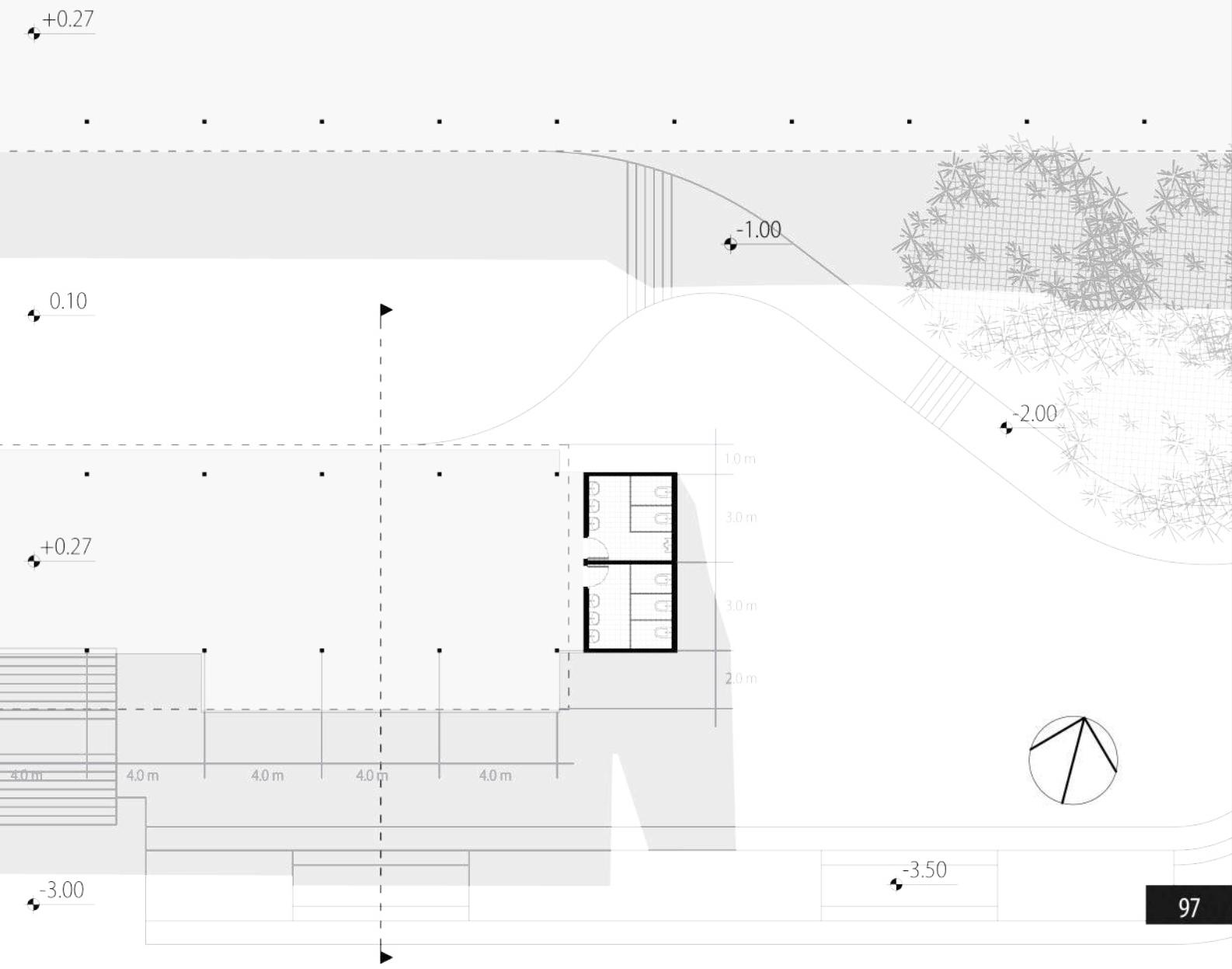
5.6 CORTES GERAIS | CORTE 5 | 1:500 [ACIMA] 1:200 [ABAIXO]

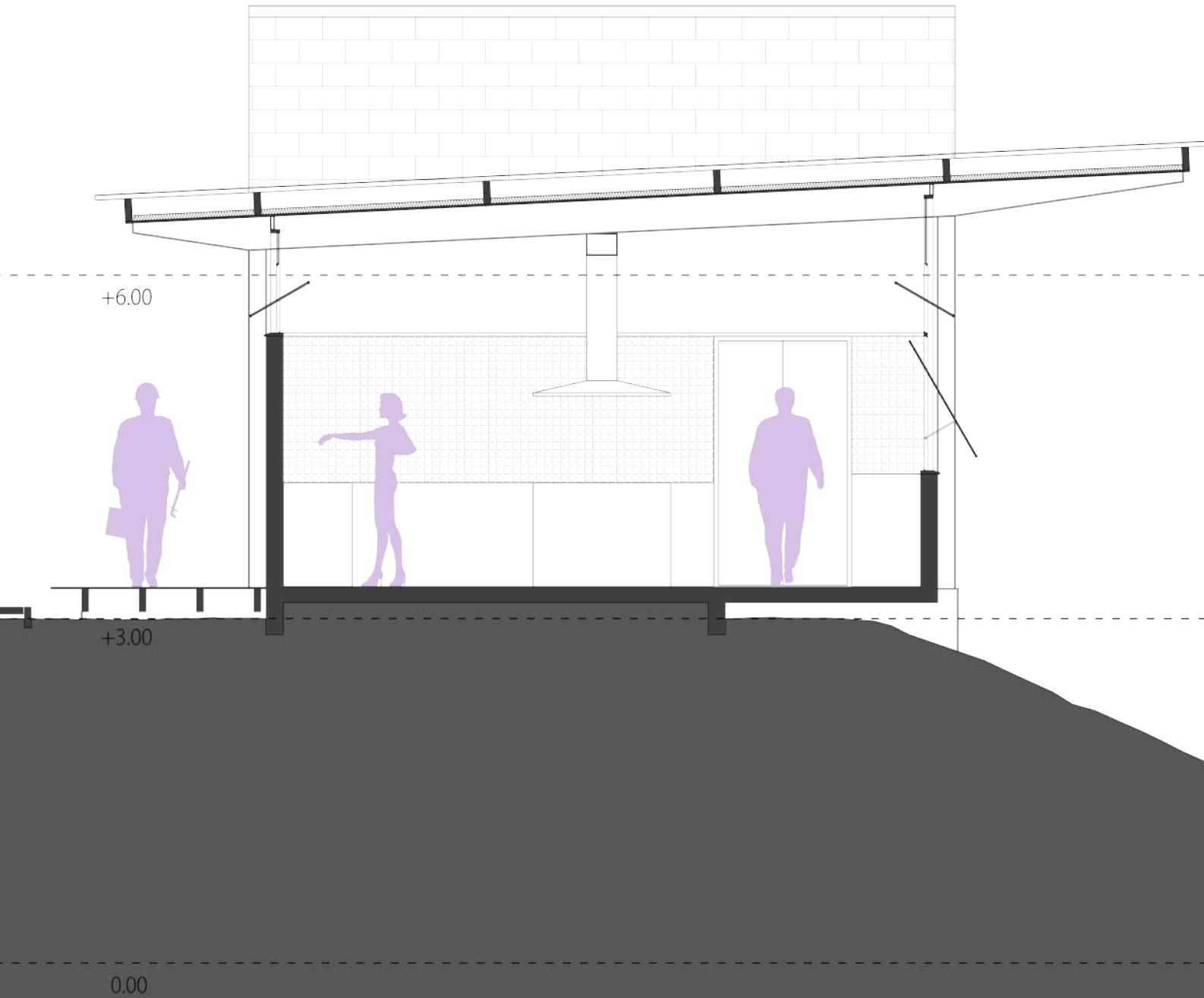




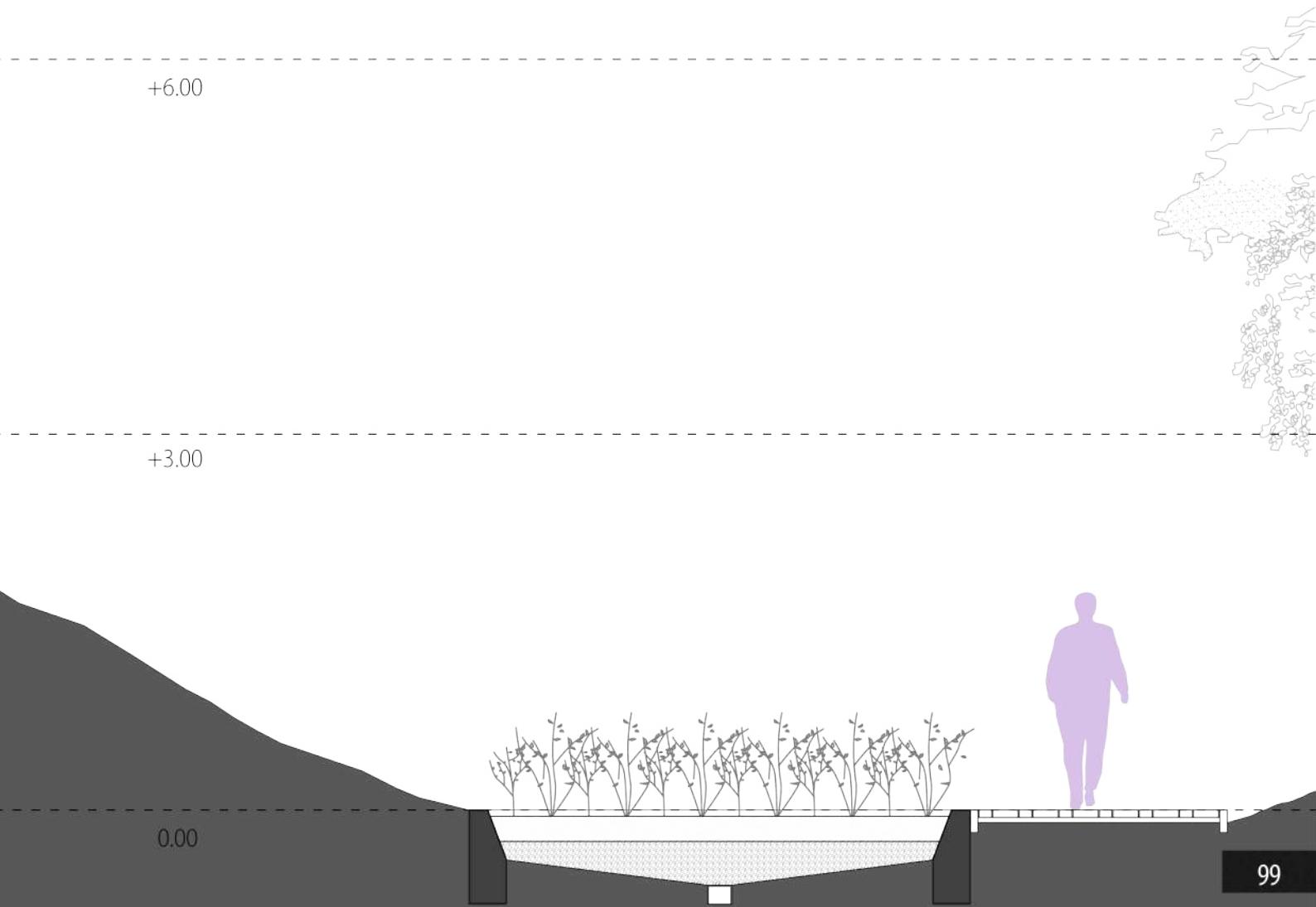


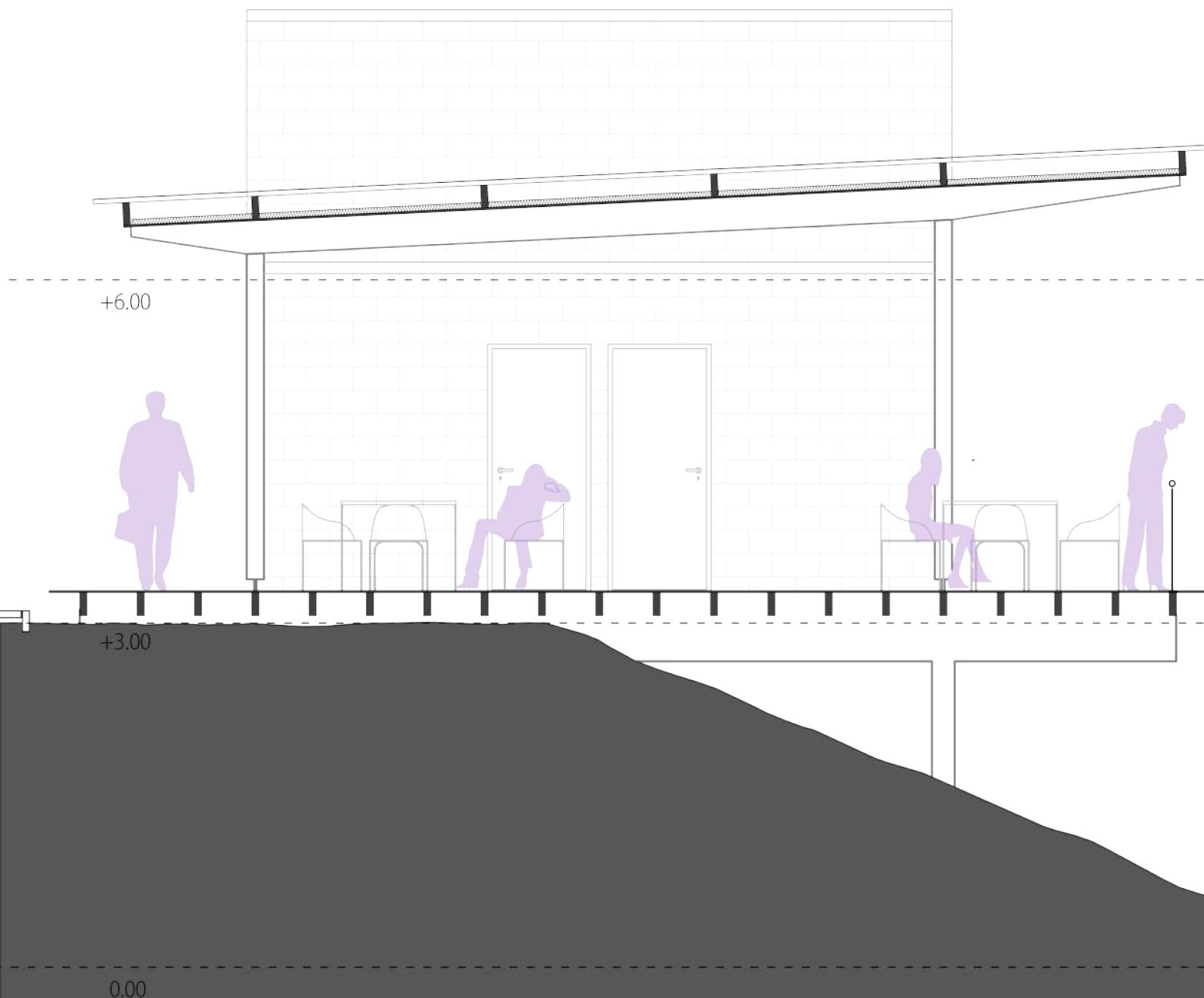
5.7 EDIFÍCIOS | PLANTA FEIRA/COZINHA | 1:200



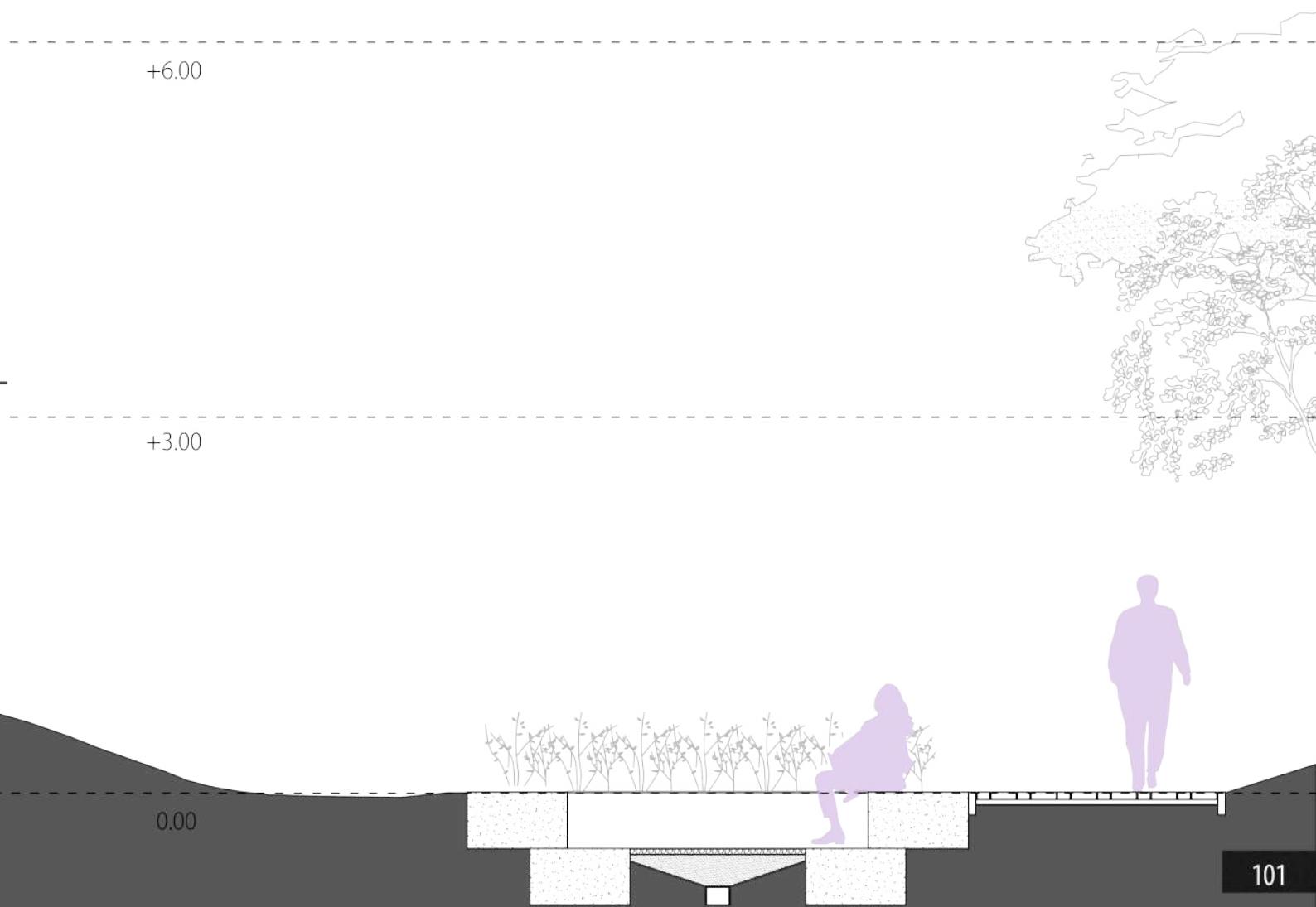


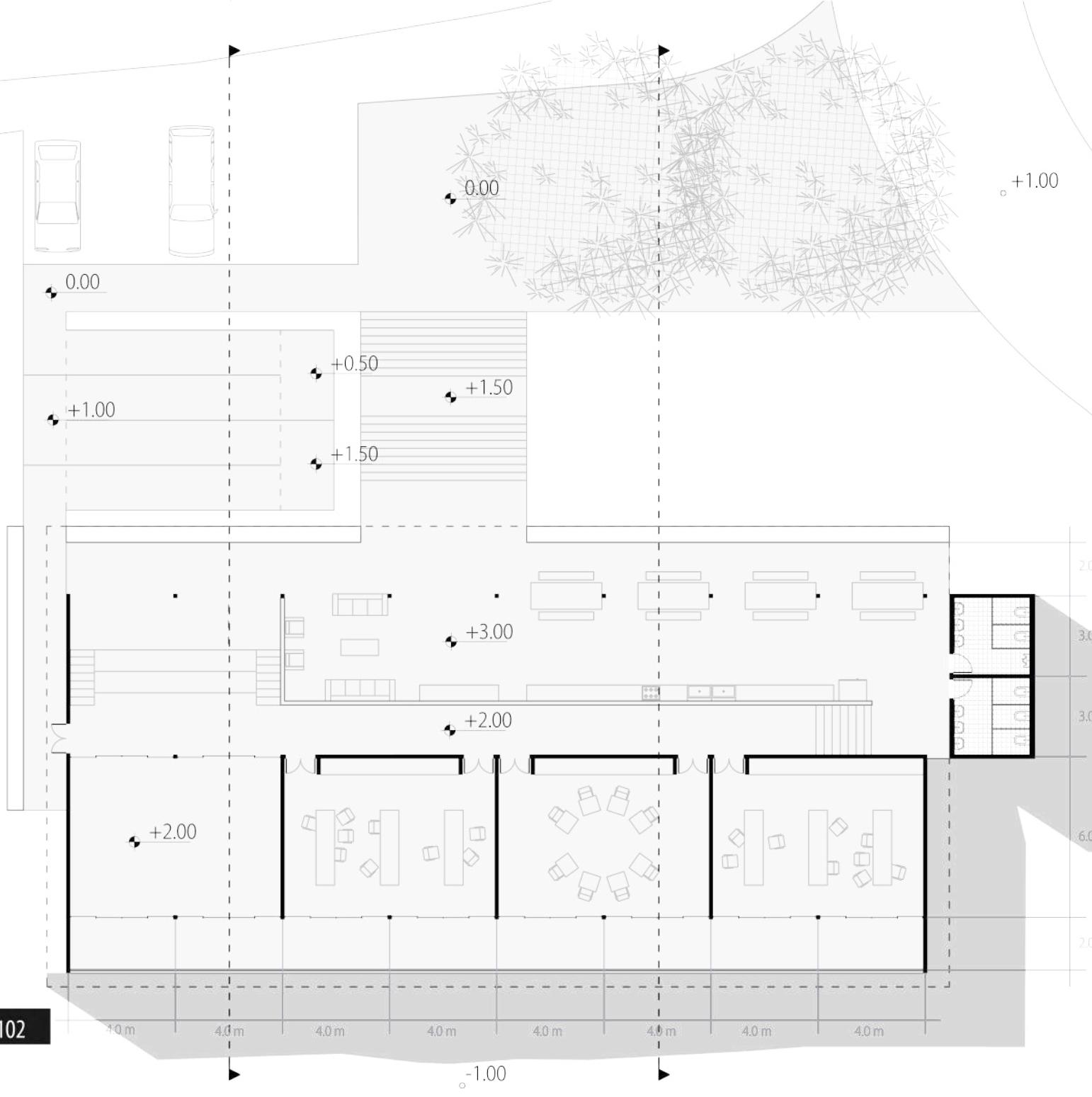
5.7 EDIFÍCIOS | CORTE BLOCO COZINHA | 1:50

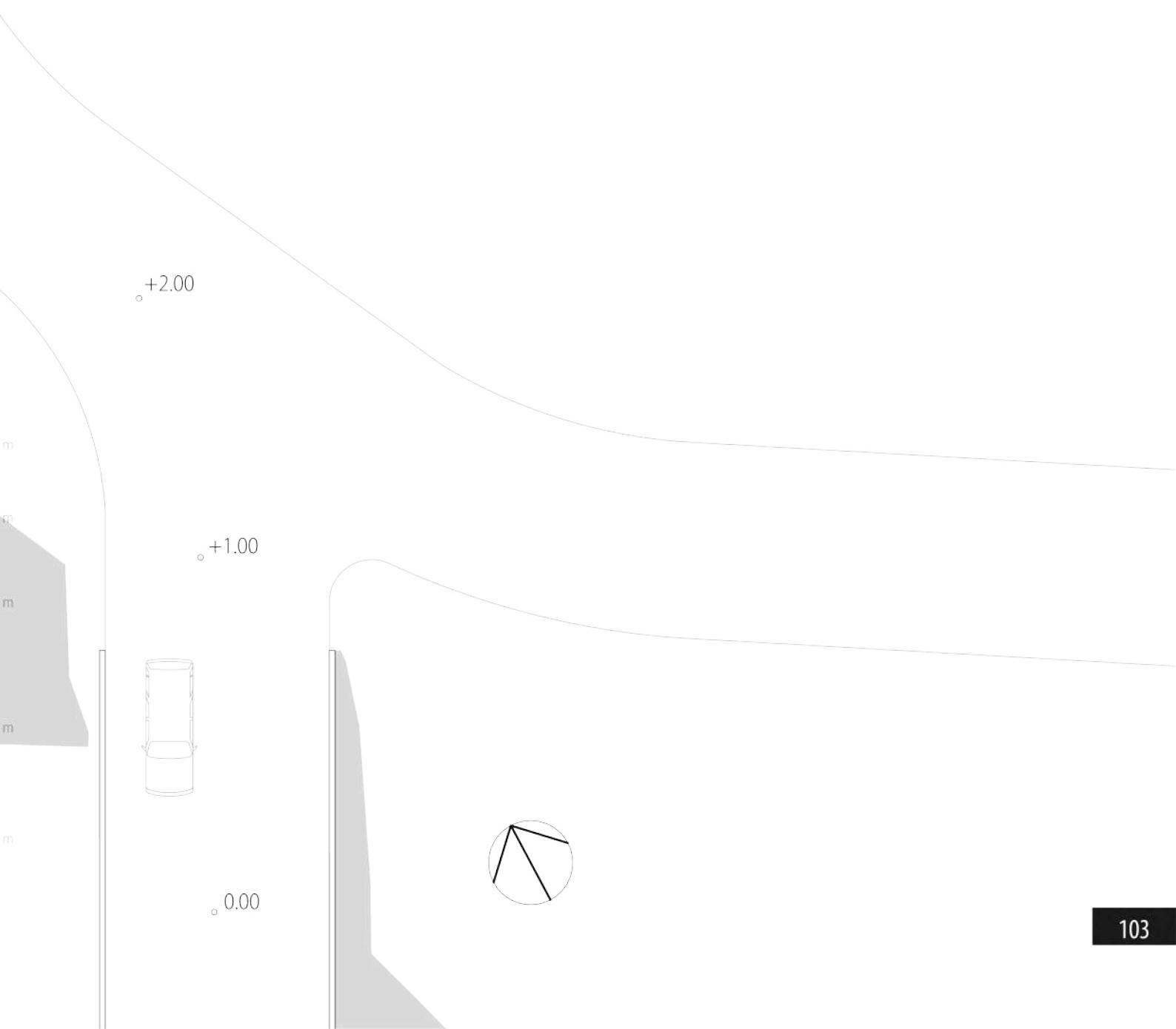


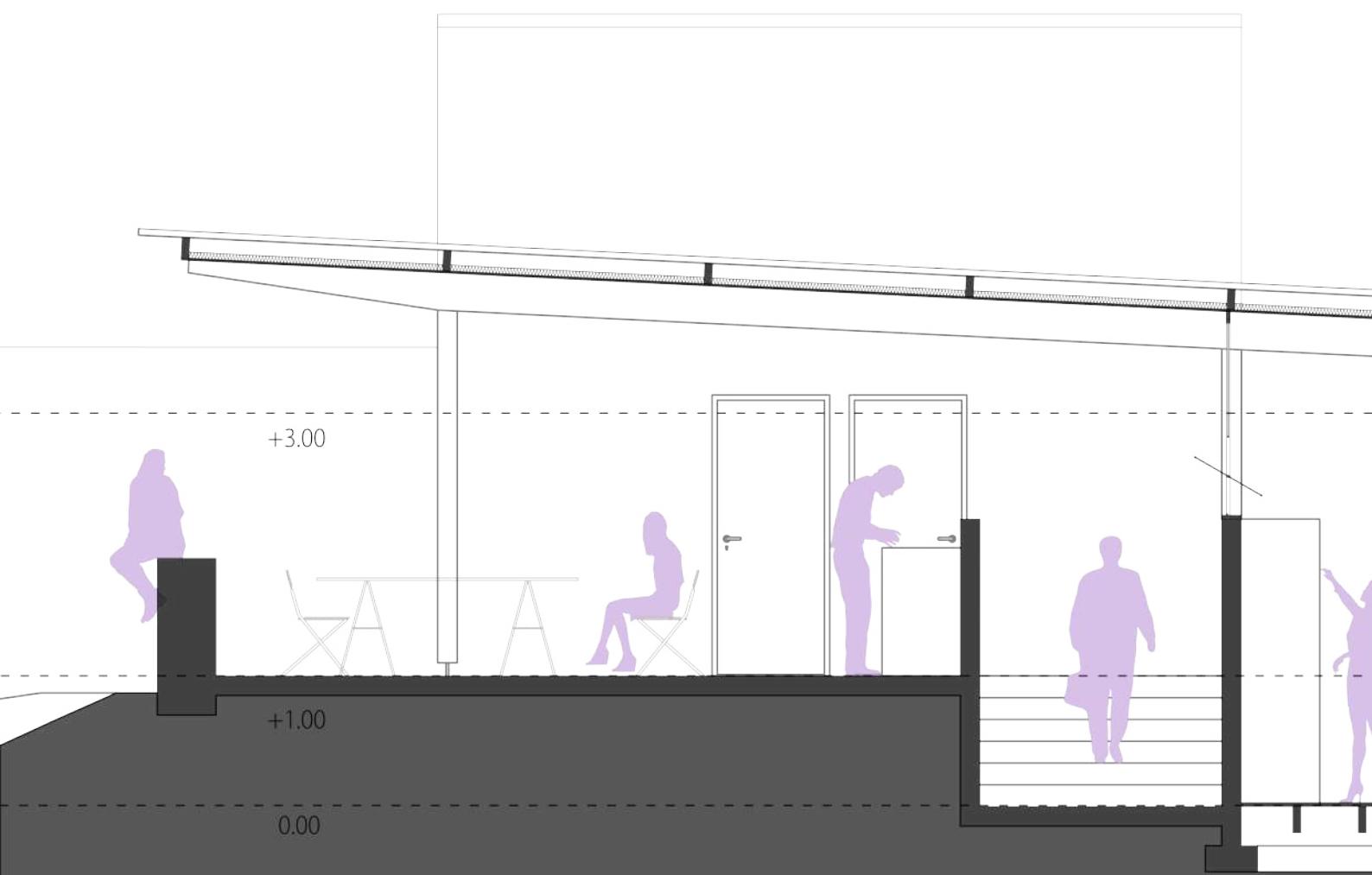


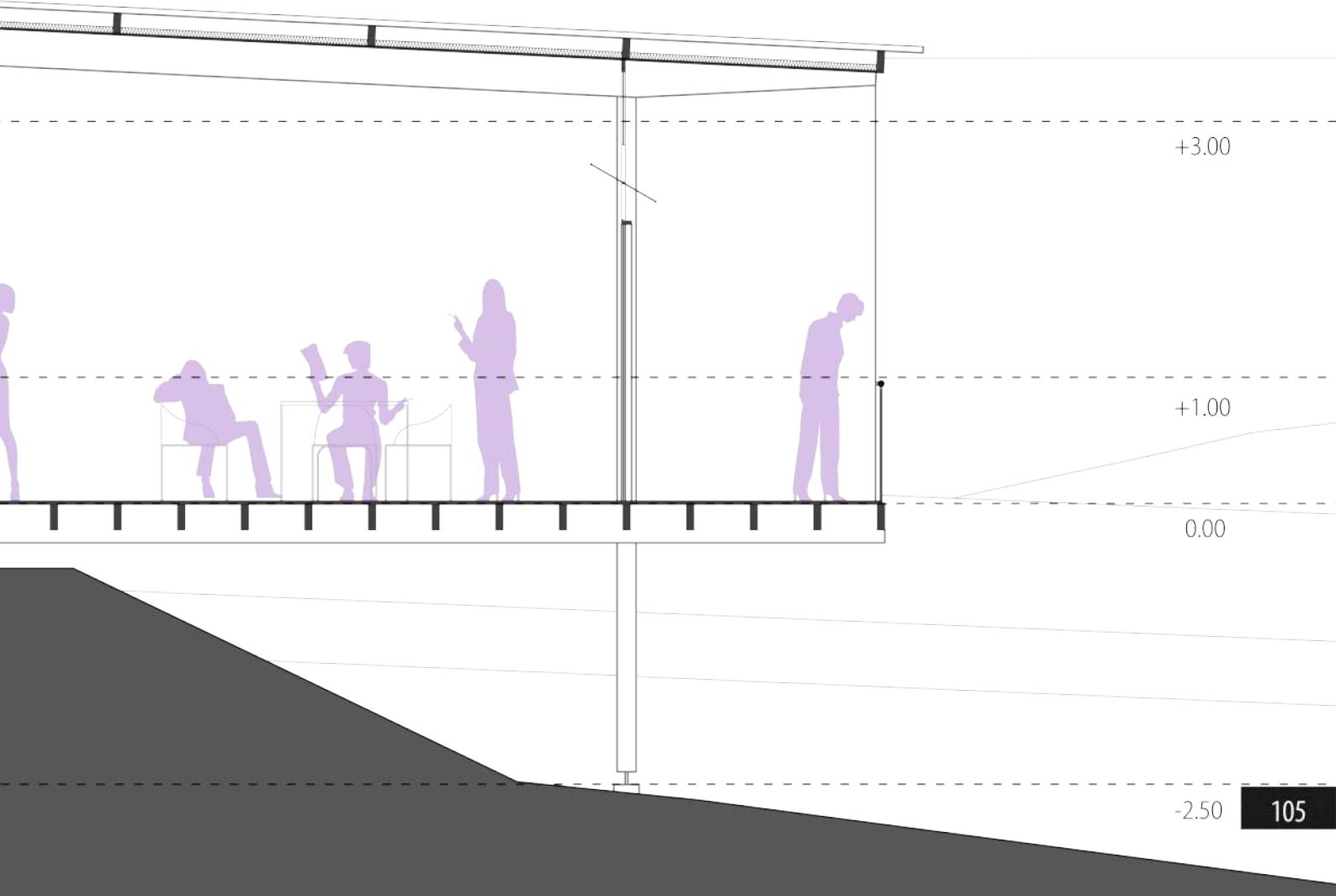
5.7 EDIFÍCIOS | CORTE BLOCO COZINHA | 1:50

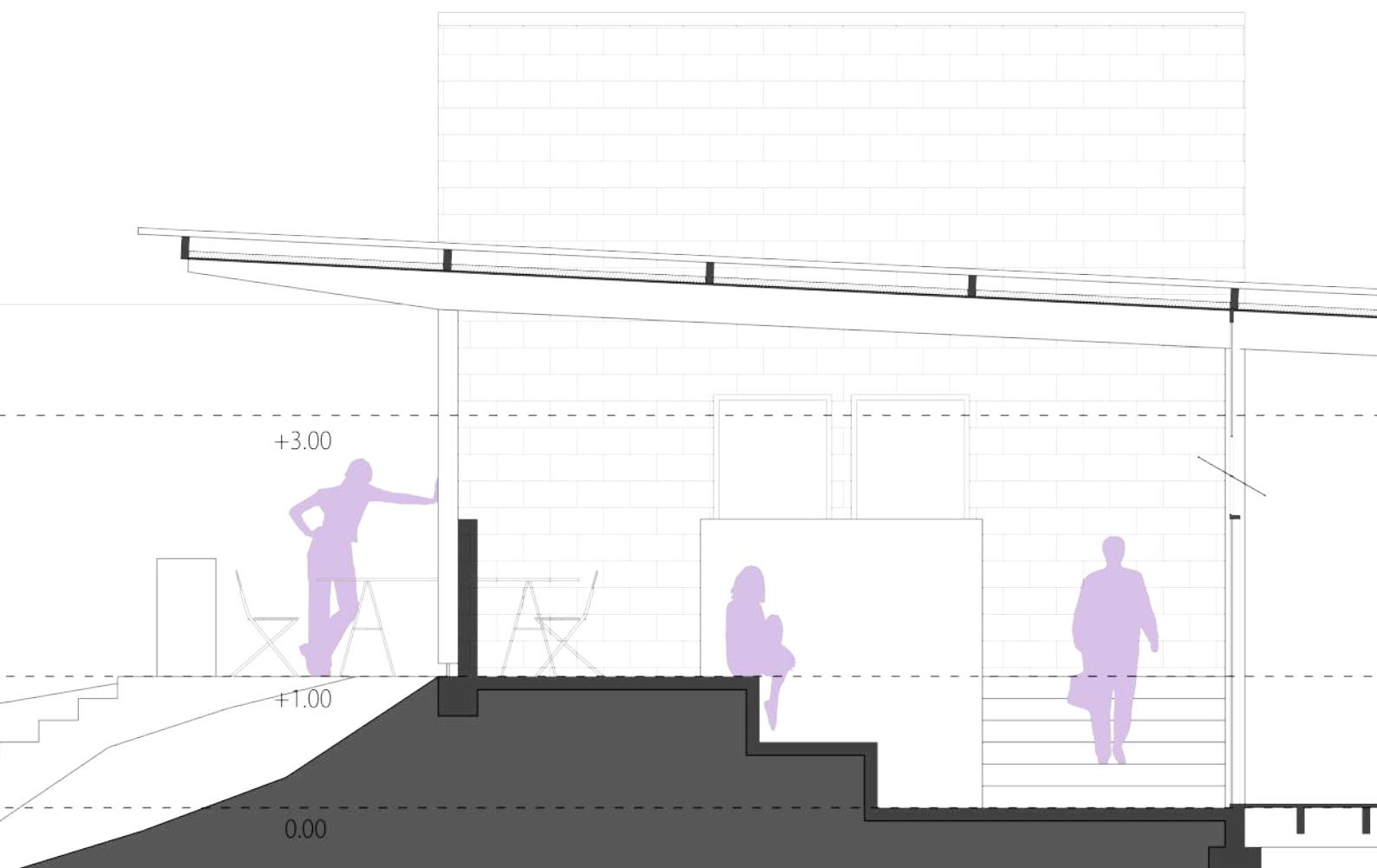


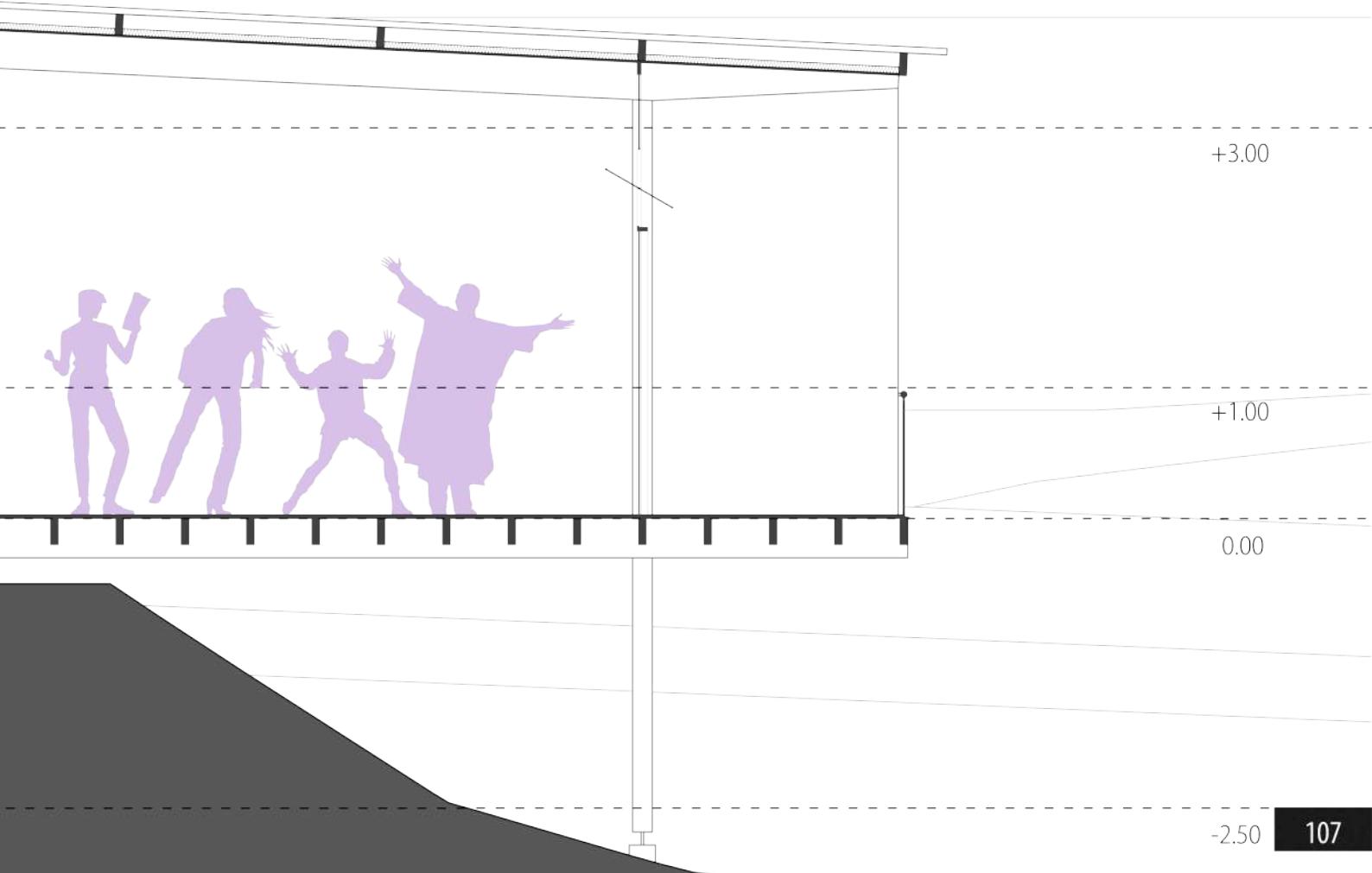












5.8 AMBIÊNCIAS | VISTA GERAL





5.8 AMBIÊNCIAS | VISTA PRAÇA







5.8 AMBIÊNCIAS | VISTA PRAÇA 2



5.8 AMBIÊNCIAS | VISTA PRAÇA 3





5.8 AMBIÊNCIAS | VISTA FEIRA







5.8 AMBIÊNCIAS | VISTA FEIRA E COZINHA



AGUIAR, Vandei Junqueira. Proposta de comuna da terra no assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto - SP. Trabalho de monografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

ARROYO, Julio. Bordas e Espaço Público: Fronteiras internas na cidade contemporânea. Arquitextos 081.02, ano 07, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>> Acesso em : junho de 2019.

CEASA - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. CEAGESP Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ceagesp.org/ceagesp-ribeirao-preto/>. Acesso em: junho de 2019.

DELGADO, Manuel. Espacios en Movimiento, Sociedades sin Órganos. In: El animal público: Hacia una antropología de los espacios urbanos. Barcelona: Editora Anagrama, 4^a ed., cap. 1, p. 36-46, 1999.

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Sobre a RMRP. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP>. Acesso em: junho de 2019.

FIRMIANO, Frederico D. A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP) São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 7(1):43-81. Maio de 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultado dos Dados Preliminares do Censo - 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: abril de 2019.

LIMA, Laís S. De C. F.; BARBOSA, Gisiliana De O. Desenvolvimento do programa Feira do Produtor Rural em Jaguariúna-SP. In: 10^a Jornada Científica e Tecnológica e 7º Simpósio da Pós-Graduação do IFSULDEMINAS. 2018. Disponível em: <https://jornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcmuz2/jcmuz2/paper/viewFile/3864/3085>. Acesso em: junho de 2019.

NUNES, Patricia J. Estratégias de comercialização adotadas por famílias que praticam agrofloresta: um estudo de caso no assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Programa de Pós- Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra. 2004.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIBEIRÃO PRETO. Lei Complementar Nº 2157/, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=21377> Acesso em: abril de 2019.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria da Fazenda. Relação dos Locais de Feira Livre de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2019.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria do Planejamento e Gestão Pública. Mapas do Município. Ribeirão Preto, 2019.

SELEGUIM, F. Escolas do campo: uma questão de cidadania. Artigo de Introdução ao Trabalho de Graduação Integrado. IAU – USP. 2018.

SODRÉ, Maiara; MARTINS, Solismar. A relação entre o rural e o urbano na ótica de Henri Lefébvre: um estudo sobre o papel das tríades Lefebvrianas na configuração espacial contemporânea. Norus, v.4, n.6, p.53-65, 2016.

TWAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência. Editora DIFEL, São Paulo, 1983.

VALADARES, Alexandre Arbex. O gigante invisível: território e população para além das convenções oficiais. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília, março de 2014.

ZAMBONI D. P., DENALDI, R., & MIOTO, B. Os espaços residenciais fechados do setor sul de Ribeirão Preto e o domínio do capital mercantil no processo de expansão urbana no município nos anos 2000. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180148, 2019 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180148> Acesso em: junho de 2019.

ZONETTI, Vitor Moretti. O desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós- Graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

